

Relatório-FAPERJ
Sem nome do Pai
E-26/110.191/2011

Equipe:

Alessandra de Andrade Rinaldi

Ana Paula Alves Ribeiro

Carly Machado Barboza

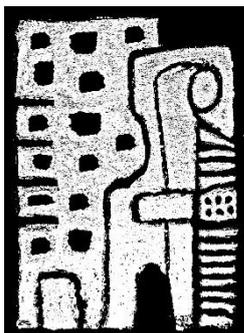
Edson Gastaldo

Naara Lúcia de Albuquerque Luna

Patrícia Reinheimer

Sabrina Parracho Sant'Anna

Novembro de 2013



consideração do público-alvo e seus arranjos familiares

2.1.1. O perfil da primeira amostra: alunos da Escola Estadual Presidente Dutra

2.1.2. O perfil da segunda amostra: do CIEP 155-Nelso Antelo Roma

2.2. Uma análise qualitativa: a família em questão

2.2.1. Família, gênero e reprodução social

2.2.2. Famílias sem pai?

2.2.3. Uma vida partida: a busca pela origem ...

2.2.4. Algumas considerações

3. Oficinas

3.1. Descrição de atividades

3.2. Seminário Interno CULTIS (22 de agosto de 2012)

3.3. Cine-Debate “Os descendentes” e lançamento da oficina de vídeo CULTIS.

3. 4. Módulo 1 (de 12 de setembro a 31 de outubro)

3.4.1. Descrição da oficina

3.4.2. Atividades organizadas

3.4.3. Exercícios e propostas de filmagens

3.4.4. Resultados alcançados

3.4.5. Avaliação dos alunos e Mostra de fotografia e vídeo CULTIS 2012

4. Módulo 2 (De 16 de janeiro a 24 de abril de 2013)

4.1 – Descrição das atividades

4.2 – Organização das atividades por datas

4.3. Possíveis conclusões

5. Levantamento cultural

5.1. Identidade como processo cultural de produção social de memóri

5.2. Iniciação científica e extensão

Referências bibliográficas

Anexos

Anexo 1. Divulgação

Anexo 2. Divulgação em mídias

Anexo 3. Fotos do cine- debate

Anexo 4. Fotos das oficina

Anexo 5. Lista de presença das oficinas

Anexo 6. 1 ° mostra de Áudio Visual.

Anexo 7. Apresentação de trabalhos acadêmicos

1. Introdução

A compreensão ocidental acerca do significado de parentesco e de suas implicações sociais e jurídicas não está isenta de historicidade, tampouco é passível de ser apreendida como uma verdade absoluta e inquestionável. Prova disso são as considerações de Claudia Fonseca (2004) sobre o impacto que as ciências biomédicas tiveram ao final do século XX, não só na composição de novas relações de parentalidade, mas também na maneira como os campos de produção eruditos passaram a conceber família e parentesco.

Segundo essa autora, a popularização da pílula anticoncepcional, na década de 1960, e sua conseqüente promoção de ruptura entre sexualidade/reprodução, as novas tecnologias reprodutivas¹ e a possibilidade de mudança de gênero, por meio das cirurgias de transgenitalização, foram “fatos” que contribuiram para a mudança da visão ocidental sobre laços biológicos, família e parentesco. Nesse contexto, a biologia vai, aos poucos, deixando de ser vista como um dado bruto, existente fora da ou anterior à cultura, ao mesmo tempo em que não é mais vista como uma força que opera a partir de uma natureza dada ou fixa².

No entanto, esse cenário é circunscrito por um paradoxo no que diz respeito à visão sobre elos biológicos e parentesco. Ao mesmo tempo em que aumentam as intervenções sobre o corpo e as percepções da importância das ações humanas na constituição da parentalidade ocorre a disseminação da ideia de que parentesco é biológico/genético. Como exemplo, os exames de DNA surgem como mecanismos científicos de demonstração empírica desta assertiva. David Schneider (1968), ao estudar o sistema de parentesco nos Estados Unidos, revela uma oposição entre dois modos básicos de constituí-lo: como substância biogenética e como código de conduta. Essa oposição se repete na simbólica ocidental e pode ser identificada tanto no discurso leigo como no especializado, como por exemplo o jurídico. Por meio dessa visão parentesco é constituído por um lado, por laços de “sangue” na expressão mais tradicional e por outro, pela esfera relacionada a cuidado, criação e reconhecimento, ou seja, códigos de conduta.

¹ “Novas tecnologias reprodutivas ou técnicas de reprodução assistida são procedimentos da medicina que substituem o ato sexual na concepção. As mais conhecidas são a inseminação artificial e a fertilização *in vitro* (bebê de proveta). Tais técnicas supõem a manipulação de pelo menos um gameta fora do corpo. Na inseminação artificial, em contexto de medicalização, faz-se estimulação ovariana leve, depois sêmen tratado é introduzido através do colo do útero no período fértil. Na fertilização *in vitro*, ou FIV, após um período de estimulação dos ovários com altas doses de medicamentos hormonais, coletam-se óvulos que, por sua vez, são unidos em laboratório com sêmen tratado. O embrião é transferido para o útero ou congelado.” LUNA, Naara. Natureza humana criada em laboratório: biologização e genetização do parentesco nas novas tecnologias reprodutivas. *História, Ciências, Saúde*, v. 12, n°2, p. 395-417, maio-ago, 2005, p. 394.

²Ibidem, p.28.

No que diz respeito aos reflexos destas representações no campo jurídico brasileiro, pode-se afirmar que a visão do parentesco constituído por base de uma herança genética não é exclusiva entre os operadores de justiça no Brasil. Entre alguns teóricos do Direito de família, mais do que biologia, afeto é fundamental na constituição destes laços.

Essa visão pode ser vista no livro *Princípios Fundamentais Norteadores do Direito de Família*, escrito por Pereira (2006). O autor faz especial menção ao princípio da afetividade, afirmando que este se encontra na jurisdição da paternidade socioafetiva, que abrange os filhos biológicos ou não. “Isso porque o que garante o cumprimento das funções parentais não é a similitude genética ou a derivação sangüínea, mas sim o cuidado e o desvelo dedicado aos filhos” (sic).

Adotando a mesma linha de raciocínio com relação ao primado da afetividade em detrimento do elo biológico, Maria Berenice Dias (2007) remete a filiação aos aspectos socioafetivos. De acordo com a autora, a convocação a uma filiação biológica é mais uma preocupação dos pais e dos filhos do que propriamente do Estado, cuja condução maior é a de garantir o interesse da criança, seja por um elo afetivo ou social. Prova disso é que o art. 1597 do Código Civil (2003) prestigia a relação de paternidade legal, ou seja, considera ser pai o marido da mãe. Pela presunção *pater est*, prevalece a “paternidade fictícia” sobre a verdade biológica.

A subvalorização dos elos biológicos não é, no entanto, visão dominante. Ao contrário, a *biologização e a genetização* do parentesco vêm promovendo impactos na legislação brasileira. Um deles diz respeito, por exemplo, à mudança no Código Civil (2003) sobre a paternidade. Segundo Fonseca (2004), o Código Civil de 2002, ao abrir brechas para as possibilidades de contestação de paternidade – mantendo a ressalva (presente na Lei 5.860 datada de 1943) de que um registro de nascimento não pode ser vindicado, salvo provado erro ou falsidade do registro –, instaura legalmente a idéia de que tão somente a realidade biológica determina um estado de filiação.

Além do referido Código, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8069/90, em consonância com o artigo 227 da nossa Constituição Federal de 1988, garante aos infantes e jovens a “identidade pessoal” e a investigação do “estado de filiação” como direito personalíssimo, indisponível e imprescritível: “Art. 27 – *O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de justiça*”.

Através destes dispositivos legais constrói-se a “a integralidade de direitos da criança e do adolescente” e sua preponderância em detrimento de outros, como o dos *genitores* ou o das mulheres, por exemplo. Por meio deste escopo legal intenciona-se que *sujeitos em desenvolvimento* não sejam “penalizados” por motivos alheios aos seus desejos e direitos no que diz respeito ao seu “estado de filiação” e “identidade pessoal”. Através dessa compreensão jurídica dissemina-se a argumentação segundo a qual um indivíduo, independente da vontade dos *genitores* de revelarem ou não dados sobre a “origem” biológica, tem o direito ao acesso a essas informações por serem como constitutivas de sua “identidade pessoal e genética³”. Desta forma, a *doutrina da proteção integral*, contida na Constituição Federal de 1988, é utilizada no cenário jurídico brasileiro como suporte para garantir que crianças e adolescentes tenham o direito a serem reconhecidos por um pai biológico e aos efeitos legais do estado de filiação.

É em harmonia com essas ideias que o meio jurídico vem aceitando, para fins de declaração de paternidade, o uso de “provas menos eficientes⁴” do que o exame de DNA, incorporando “indícios” e “provas testemunhais” como recurso para garantir ao *sujeito em desenvolvimento* “o direito a um nome e a um pai”.

A importância do recurso às “provas menos eficientes” deve-se ao fato de que, desde o ano de 1994, o Supremo Tribunal Federal⁵ decidiu, por maioria de votos, que ninguém pode ser obrigado a se submeter ao exame de DNA com propósito de comprovação de paternidade biológica, no curso das ações de investigação de paternidade. Entretanto, segundo Bodin de Moraes (2009, p. 6), as interpretações judiciais sobre a recusa à realização desse exame têm caminhado em um sentido desfavorável ao réu. Nesses casos, para fins de

³ Segundo Klevenhusen, “o conceito de identidade pessoal passou a ser construído pelo direito a partir da tutela da “verdade pessoal”, considerando-se que a verdadeira identidade é formada por elementos de natureza estática e dinâmica. [...] No que respeita a natureza estática da identidade pessoal, tradicionalmente, a pessoa humana podia ser identificada pelo nome, pelo estado e pelo domicílio. Segundo Heloísa Barboza, o progresso científico agregou mais um elemento para a identificação do ser humano: o DNA”. À idéia de que identidade pessoal é genética, foi agregada a visão de que esta comporta dimensões relacionais que dizem respeito a elos familiares, por exemplo. Significando dizer que as pessoas são definidas em função de uma memória familiar fornecida, em especial pelos progenitores. KLEVENHUSEN, Renata Braga. A responsabilidade Intergeracional e o Direito de Conhecer a origem biológica. *JurisPoiesis*, ano 8, n. 7, p.319-333, jan. 2005. Para uma visão sobre a reconstituição do parentesco genético relacionada a questões de saúde e medicalização, ver FINKLER, Kaja. The kin in the gene: The medicalization of family and kinship in American society. *Current Anthropology*, 42(2): 235-63, Abr, 2001

⁴ São estas: os exames hematológicos; os “elementos fáticos evidenciadores”, tais como a aparência entre um filho(a) e um suposto pai; as provas testemunhais; a coincidência entre a época relatada da ocorrência do relacionamento sexual; a concepção da criança; e, ainda, a “honestidade da mulher”. BODIN DE MORAES, Maria Celina. Recusa à realização do exame de dna na investigação de paternidade e direitos da personalidade. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, vol. 343, pp.156-68, 1998. Disponível em <[http://gontijo-familia.adv.br/2008/artigos_pdf/Maria_Celina_Bodin_de Moraes/RecusaDNA.pdf](http://gontijo-familia.adv.br/2008/artigos_pdf/Maria_Celina_Bodin_de_Moraes/RecusaDNA.pdf)>. Acesso em 03 abr. 2008.

⁵ Para maiores informações, ver decisão do STF nº 73.373-4.

comprovação de paternidade, podem ser usados, “desde indício, passando pela presunção *juris tantum*, com a conseqüente inversão do ônus da prova”. À recusa, por si só, vem sendo conferido valor de “indício”. Em consonância com essa visão, encontram-se o artigos 231 e 232 do Código Civil de 2003, segundo os quais: “Art.231- Aquele que se nega a submeter-se a exame médico necessário não poderá aproveitar-se de sua recusa. Art.232- A recusa à perícia médica ordenada pelo juiz poderá suprir a prova que se pretendia obter com o exame”. Ou seja, tanto as interpretações judiciais como o Código Civil apresentam pouca abertura aos que se recusam a produzir evidências contra si mesmos nesse tipo de exame. Por outro lado, Fonseca (2002) aponta a reação de diversos homens que questionam por meio dos exames de DNA a paternidade dos filhos que eles registraram.

Para o filósofo francês Michel Foucault (1984), a importância que a sociedade ocidental dá ao “nome do pai” é produto de um jogo de verdades, construído num sistema cujo regime discursivo hegemônico é masculino. Assim como Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari (1972) procuram questionar a ideia de que a entrada do sujeito na cultura por meio da importância simbólica da aquisição do nome do pai seja universal⁶. Para esses autores, os sujeitos não podem ser pensados de forma universal e transcendente, mas sim ancorados em construções históricas que lhe conferem sentido⁷. Em outras palavras, não há sujeitos e sim processos de subjetivação. Tais subjetivações são atravessadas por fluxos de forças que montam e desmontam, continuamente, figuras de sujeito.

Por meio dessas reflexões, faz-se necessário retornar ao que foi anteriormente apresentado e refletir, a partir do ponto de vista jurídico, antropologicamente sobre o significado da “aquisição do nome do pai”. É possível pressupor que o escopo dos direitos acima referidos está norteado por um regime discursivo cujo valor de “Lei Maior” está referendado pela figura masculina. Ao relacionar a presença de um pai biológico enquanto selo de garantia a uma vida digna, tal discurso está remetido à uma lógica fundada na visão de que a “aquisição do nome do pai”, mesmo que só em uma certidão de nascimento, é constitutiva do sujeito.

A proposta do *Projeto de Gestão Estratégica*, “Em nome do Pai”⁸, desenvolvido como experiência piloto no ano de 2010 pelo 3º *Centro de Apoio Operacional do Ministério*

⁶ Para relativização da importância da aquisição do “nome do pai” ver: HERITIER, Françoise. *Família. Enciclopédia Parentesco*. Lisboa, n. 20, pp. 81-95, 1989.

⁷ O livro *Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*, de Deleuze e Guattari (1972), tem por objetivo a reflexão das máquinas desejanças e, em consequência disto, a compreensão das implicações políticas da “naturalização” do “nome do pai”.

⁸Ver <http://www.mp.rj.gov.br/portal/page/portal/Internet/Imprensa/>

Público do Estado do Rio de Janeiro, pode ser compreendida como a materialização desta ótica. A referida iniciativa visou promover a erradicação do sub-registro de nascimento paterno com o intuito de garantir o direito ao conhecimento da origem biológica, à convivência familiar, efetivação da paternidade responsável e resgate existencial da dignidade das crianças e adolescentes matriculadas na rede de ensino no Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, o Ministério Público buscou efetuar, por meio das escolas, o mapeamento da relação de alunos já matriculados e os que vierem a ser matriculados, com registro em nome de apenas um dos *genitores*. Posteriormente, notificou os responsáveis pelos alunos elencados para comparecimento e oitiva e, em seguida, procurou tomar “providências cabíveis”, especialmente, ajuizamento de ações de investigação de paternidade conjuntamente com *ação de alimentos*. Além disso, intencionava-se a adoção de medidas que permitam a conscientização das mães acerca da importância do registro paterno.

O sub-registro paterno, problema que move o projeto “Em nome do pai” do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e que inspirou o presente projeto, traz à luz a importância da paternidade na sociedade brasileira. Contudo, como objeto de investigação a paternidade implica diferentes investimentos pela diversas áreas de saber. A busca pela palavra-chave “paternidade” na base de periódicos Scielo traz 76 resultados. Se o termo usado é “pai”, resulta em 69. Não apenas o número varia, mas trata-se de duas amostragens distintas de artigos com relativamente pouca sobreposição, a despeito da proximidade semântica dos termos da busca. Dos 69 levantados com a palavra-chave “pai”, dois representaram erros do mecanismo de busca (siglas PAI). Considerando os 67, metade (34) é de artigos da área da psicanálise ou psicologia, trinta eram da área de saúde (incluindo estudos genéticos e biológicos), um era de lingüística e apenas três poderiam ser classificados como ciências sociais (considerando aqui também medicina social e educação). Considerando os 76 com a palavra-chave “paternidade”, o número de artigos da área de saúde chega a 25, enquanto somam 22 os da área de ciências sociais ou que usam seus métodos, e 21 os de psicologia. Considerando esses dois levantamentos, destaca-se a prevalência dos estudos de saúde e de psicologia sobre paternidade, e um número bem menor de estudos com a perspectiva e métodos das Ciências Sociais. Dos artigos classificados como ciências sociais, parte significativa abordava a homoparentalidade, a adoção e representações da paternidade. Apenas um tratava diretamente do sub-registro paterno (“não-reconhecimento paterno”), por isso serão enfocados aqui os estudos com um universo de preocupações semelhantes aos do presente projeto, enfocando a investigação de paternidade e a paternidade responsável, ambos

os aspectos fundamentais na abordagem da ausência do nome paterno. Também serão consideradas pesquisas anteriores que proporcionem uma perspectiva diferenciada sobre o tema.

O tema do sub-registro paterno tem chegado à mídia televisiva. Iniciada em fevereiro de 2012, terminando em junho do mesmo ano no programa televisivo *Fantástico*, revista eletrônica da Rede Globo, a série “Quem é meu pai” mostrou “como ter o registro do pai na certidão”. Foram encontros de filhos e filhas com pais distantes ou próximos, mas que não os haviam registrado. Os episódios mostravam inclusive as cenas nos juizados de família e os resultados dos testes de DNA para investigação de paternidade. É importante ressaltar que a televisão veio posteriormente a iniciativas que ocorreram nos níveis estaduais e federal de programas que pretendiam remediar o sub-registro paterno. Como dito, a concepção de parentesco ocidental está associada a esse tipo de investigação, com base na oposição entre parentesco biogenético (sangue, natureza) e o código de conduta (sociedade) (cf. Schneider, 1968).

Uma das principais representações que cercam esse debate é a “paternidade responsável”. Moreira e Toneli (2013) analisam ações políticas que pretendem promover a “paternidade responsável” como modo de prevenir a criminalidade no Rio Grande do Sul. As autoras demonstram primeiramente como o pai se torna um objeto de investimento, mostrando para além da figura de provedor, a expectativa de cumprir o papel do pai presente, o qual se envolve com o cuidado dos filhos. Desta forma se opõe o pai tradicional ao pai participativo. Essas políticas públicas associam formas de exercício da paternidade com o destino dos filhos, em particular a ausência paterna com a criminalidade de adolescentes e crianças. Assim o discurso jurídico produz paternidades e demanda dos pais a autoridade, isto é, produzir e instaurar a lei para os filhos. As ações analisadas clamam pela paternidade responsável. Produz-se uma cadeia de responsabilização: espera-se que o pai responsável produza filhos responsáveis. Assim nas representações de paternidade, o “pai de verdade” é aquele que estabelece regras para os filhos, limites e respeito à lei. A paternidade ausente ou irresponsável estaria articulada causalmente à conduta criminosa dos filhos. Há dois aspectos a esse respeito que vão figurar nas políticas públicas que serão descritas adiante: uma expectativa de maior envolvimento paterno no cuidado com os filhos, o que seria decorrente de mudanças de representações de gênero e de papéis parentais e a responsabilização das famílias incompletas pelo destino socialmente vulnerável de seus filhos.

Thurler (2006) vai estudar o problema do não reconhecimento paterno a partir das assimetrias de gênero e reivindicar mudanças nos padrões de paternidade. O artigo interpreta a o não reconhecimento paterno de crianças brasileiras como persistência de práticas patriarcais. Ela considera a filiação paterna um direito de todas as crianças, independentemente se foram nascidas em relações eventuais ou no casamento. Isso promoveria igualdade de responsabilidade e de direitos entre homens e mulheres com o respeito à parentalidade. Thurler compara a ausência de registro de filiação paterna com a ausência do nome da mãe e conclui que para cada cem pais que não reconheceram sua criança foi cem vezes superior ao de mães. A autora demonstra que, no tocante ao gênero, falhas da mãe no cuidado dos filhos resultam em severas acusações de negligência, enquanto o esquecimento dos pais é compreendido. A autora critica a concepção presente no Código Civil brasileiro do pai como o marido da mãe. Também alerta para a desigualdade entre irmãos de uma mesma fratria quando uns são nascidos fora do casamento e outros dentro dele. Chama a atenção para a falta de valor da palavra da mulher em registrar o pai da criança, pois a lei exige que seja o homem. A autora participou das primeiras iniciativas do Ministério Público da Bahia e do Distrito Federal envolvendo escolas da rede pública de ensino para obter o reconhecimento do pai para estudantes apenas com filiação paterna estabelecida. A falta de reconhecimento dos filhos pelos pais é qualificada pela autora de prática patriarcal. Para Thurler, o reconhecimento paterno formal e sócio-afetivo está associado à luta por promoção de direitos humanos.

A respeito dessas políticas Finamori (2012) destaca a novidade introduzida pela lei de paternidade de 1992 que permitiu ao Ministério Público entrar com a investigação de paternidade não apenas no nome do filho, mas em nome próprio como questão de interesse público. Segundo Thurler (2006), essa lei “promoveu um deslocamento da paternidade da condição de questão privada para a condição de questão de interesse público”. O teste de DNA para investigação de paternidade e as políticas que o utilizam representam um aspecto da recrudescência das concepções biológicas de parentesco, situadas na oposição ocidental entre sangue e escolha (Fonseca, 2002). Segundo Finamori, a investigação de paternidade está ligada às leis e às políticas públicas cujo foco é garantir o acesso à justiça e à gratuidade do teste de DNA. O Ministério Público promoveu campanhas em diversos estados do país em parceria com as secretarias dos governos estaduais e cartórios (Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro são citados, mas há outros). A estratégia desses projetos é identificar alunos da rede pública sem registro paterno e promover o reconhecimento. Os projetos são

denominados “Pai legal na escola”; “Mutirão da paternidade”, “Paternidade responsável (Finamori, 2012), entre os quais está o “Em nome do pai” que inspirou o presente projeto, conforme ressaltado antes. Como relatado, as mães das crianças matriculadas eram notificadas e caso indicassem o suposto pai, este seria chamado na escola. Em caso de não comparecer ou de negar o reconhecimento, um pedido de investigação de paternidade e de exame de DNA seria formulado pela Procuradoria da Assistência Judiciária (no exemplo de São Paulo). No projeto “Pai Presente”, a Corregedoria Nacional de Justiça propõe enviar aos tribunais de justiça os nomes dos alunos que não informaram o nome do pai no censo realizado no ano anterior. Os tribunais deveriam tomar as providências cabíveis para o reconhecimento voluntário de paternidade e caso não fosse possível, promover as audiências entre as partes interessadas e oferecer gratuitamente o exame. Nessas iniciativas, o reconhecimento de paternidade é visto como questão de cidadania e de democratização da justiça. Baseados na Convenção dos Direitos da Criança de 1989, e no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) no entendimento que deve prevalecer o direito da criança de conhecer suas próprias origens. Finamori avalia também os aspectos controversos dessa política pública, pois, mesmo quando há reconhecimento da paternidade, nem sempre ocorre a contrapartida de uma pensão para sustento da criança, nem o estabelecimento de uma relação afetiva. Finamori (2012) e Fonseca (2002; 2004) têm exemplos muito distintos quanto à motivação dos envolvidos e dos laços criados ou não. Finamori, na mesma perspectiva em que foi formulado o presente projeto “Sem nome do pai”, questiona que o direito da mulher em apontar quem é o pai de seu filho não deveria se tornar a obrigação de fazê-lo.

Há dois aspectos divergentes a esse respeito: um deles é a iniciativa de mulheres de fazer uma dita “produção independente” conforme apontou Dauster (1987) em pesquisa ainda na década de 80, e mais recentemente com o uso das tecnologias reprodutivas com doação de sêmen. Nesses casos, a mulher recusa o papel de vítima abandonada como na representação das políticas públicas e exclui intencionalmente o homem da relação, ao tomar a decisão reprodutiva. O outro aspecto vem por parte de políticas públicas e de legislação que vêm cobrar a dita paternidade responsável. Um exemplo está na legislação peruana que não estabelece distinção da filiação nas circunstâncias do nascimento (se dentro ou fora do casamento) e que inverte o ônus da prova: a paternidade é imputada ao pai e declarada pela mãe no registro de nascimento. O pai tem o direito de contestar a paternidade submetendo-se a exame de DNA (Rospiglioni, 2006). Atualmente no Brasil, um projeto de lei semelhante

está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça do Senado.⁹ Outro exemplo ainda mais forte no contexto brasileiro são as decisões judiciais em ações de reparação por danos causados que punem o pai que sustentou o filho com pensão, contudo não estabeleceu laços afetivos e não procurou o contato com a criança (Pereira e Silva, 2006). O abandono afetivo é punido financeiramente.

Machado, Silva e Miranda (2012) fazem uma investigação comparativa em dezessete países europeus e o Brasil sobre a investigação de paternidade e elaboram uma tipologia. As legislações para estabelecimento da paternidade são caracterizadas pelas formas de atribuição da paternidade (voluntária ou involuntária); pelo tipo de consentimento exigido para a realização do teste genético (voluntário ou forçado); autoria da investigação da paternidade (Estado/outros); limites temporais para estabelecer uma ação de investigação de paternidade (existência de prazos processuais ou ausência de prazo processual). A primazia da verdade biológica absoluta verifica-se em países onde a investigação de paternidade ocorre obrigatoriamente sempre que não esteja identificada. A primazia da verdade biológica relativa se verifica em países onde a investigação não era compulsória. Essa pesquisa comparativa confirma a importância jurídica, social e simbólica da verdade biológica no estabelecimento das relações de filiação.

Fonseca (2002; 2004), Machado, Silva, Costa e Miranda (2011), e Finamori (2013), vão mostrar diferentes modos de significar essa paternidade e as ênfases dos sujeitos. No primeiro artigo, Fonseca mostra as diferentes motivações para pedir o teste, que vão além da representação popular de golpe do baú: iniciativa das mães que não querem auxílio do pai, mas que são pressionadas pela perguntas dos filhos; a expectativa de atar laços com o pai (Fonseca, 2002). No segundo descreve ações de destituição de paternidade: um modo de homens ao romper a relação com as companheiras questionarem a paternidade dos filhos que criaram, na expressão irônica quanto aos usos da tecnologia “a certeza que pariu a dúvida”, além da destituição de paternidade também nos casos de adoção à brasileira, em que o casal registra como seu o filho gerado por outros (Fonseca, 2004). Machado e colegas (Machado, Silva, Costa e Miranda, 2011) abordam a moralização da maternidade com um duplo processo nos exames de DNA: os tribunais tendem a restringir o acesso aos exames de DNA às mulheres com comportamento sexual convencional, e como elemento probatório da fidelidade feminina, segundo a visão leiga.

⁹ GÓIS, Chico de. Mãe poderá registrar a criança sem o consentimento paterno. Proposta foi aprovada em caráter terminativo e pode ir a sanção. *O Globo*, 17 out. 2013. País, p. 8.

O problema da nomeação é abordado tanto por Machado (Machado, Silva, Costa e Miranda, 2011) como por Finamori em termos de um elemento essencial na constituição da identidade e da condição de pessoa. A busca pelo sobrenome do pai pode estar relacionadas a experiências duras de discriminação no acesso a uma certa carreira profissional e o rótulo de bastardia, a necessidade de uma vitória sobre o pai que não quis reconhecer o filho (Finamori, 2012). Nos estudos dessas autoras, há registro de desilusão quando a obtenção do reconhecimento paterno almejado não resultou no estabelecimento de relações afetivas duradouras, nem do contato esperado (Finamori, 2012; Machado, Silva, Costa e Miranda, 2011). Segundo Machado e colegas (2011), o DNA pode ser encarado pelos informantes como um elemento facilitador dos afetos por dissipar dúvidas que estavam associadas a situações de conflito. Nesse mesmo artigo, as autoras concluem que os usos da tecnologia do DNA são mediados por relações de gênero convencionais por meio das quais os tribunais buscam normalizar os nascimentos fora do casamento ao tentar aproximá-los do modelo da procriação do casal heterossexual. O resultado dessas políticas públicas tanto em Portugal como no Brasil é a identificação do nome do pai biológico, mais do que proporcionar o apoio e o afeto do pai. Os efeitos simbólicos estão na política estatal de identificação de cidadãos (Machado, Silva, Costa e Miranda, 2011) ou na expectativa da criação de sujeitos que respeitem a lei conforme os estudos de Moreira e Toneli (2013) nas políticas de fomentar a paternidade responsável para evitar a criminalidade. Ao enfatizar o laço biológico como determinante do parentesco, as políticas públicas que se apoiam na investigação de paternidade querem unir as dimensões do parentesco de sangue e a escolha, obrigando o genitor que não registrou o filho a assumir a conduta adequada que faria dele um parente verdadeiro.

1.1. Justificativa, objetivos e questões norteadoras

Frente ao que foi apresentado é possível perceber que o presente projeto se inspirou tanto nas questões teóricas acima referidas, quanto nas práticas suscitadas pela referida iniciativa do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP), diferenciando-se daquele em termos de abordagem. Enquanto, diante da ausência do nome do pai no registro, o MP buscava preencher o suposto vazio, o “Sem nome pai” partiu do pressuposto de que essa ausência do registro é um campo repleto de sentidos que necessitam ser analisados e discutidos.

Sendo assim, por meio desta iniciativa almejamos analisar junto aos jovens e adolescentes entre 15 e 18 anos, moradores de Seropédica, que não possuem o registro paterno, a forma como vivenciam a situação. Além disso, procuramos desenvolver competências de utilização da linguagem audiovisual em jovens para que por meio delas esses possam formular os sentidos da filiação e da parentalidade e de sua visão sobre a cidade de Seropédica. Há investimento na promoção de mobilização e participação social através da produção cultural audiovisual como caminho para o fortalecimento das vozes dos atores envolvidos na questão do sub-registro paterno. Por meio de oficinas de capacitação em técnicas e linguagens audiovisuais, este projeto visava criar um diálogo entre a cidade de Seropédica e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Almejamos, assim, a articulação das práticas e os saberes universitários com as demandas da população.

O projeto visava, assim, a promoção de desenvolvimento local, por meio de uma produção sociocultural capaz de dar voz às demandas das populações. Não há desenvolvimento local se este não for legitimamente conduzido pelos atores que expressam as reais demandas destas localidades. Em direção contrária a uma noção desenvolvimentista que tende a um evolucionismo social sob novo disfarce, o projeto “Sem Nome do Pai” afirma a busca por vias de transformação social pautadas na realidade sócio-cultural do grupo atingido e guiadas por sua voz. Compreende-se assim que uma ação de desenvolvimento local deve promover não apenas desenvolvimento econômico, mas também sustentabilidade ambiental, mobilização e participação social. Neste sentido, o presente projeto investiu na promoção de mobilização e participação social através da produção cultural audiovisual.

Para a UNESCO¹⁰, a diversidade cultural brasileira tem papel central em seu desenvolvimento. Nesta direção, articula-se cultura, participação política e direitos humanos como um conjunto central ao desenvolvimento e à transformação social. A desigualdade social no Brasil reflete-se tanto no acesso à produção cultural quanto na participação mesmo dos grupos populares nesta indústria cultural e nesta direção, a produção cultural no Brasil caminha lado a lado com a linguagem dos direitos sociais. Sensível a esta questão, o Ministério da Cultura do Brasil criou o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, com o objetivo de “estimular e fortalecer no corpo do país uma rede de criação e gestão cultural, tendo como base os Pontos de Cultura selecionados por meio de editais públicos¹¹”. Os Pontos de Cultura são iniciativas que envolvem comunidades em atividades de arte, cultura, educação, cidadania e economia solidária. Atualmente, há quase

¹⁰ <http://www.unesco.org/pt/brasilia/culture-in-brazil/cultural-diversity-in-brazil/> Data do acesso: 01-12-2010.

¹¹ <http://www.cultura.gov.br/culturaviva/cultura-viva/> Data do acesso: 01-12-2010.

quatro mil Pontos de Cultura em 1122 municípios de todo o Brasil (dados de abril/2010). Segundo projeção do MinC, a partir de levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no primeiro semestre de 2010, os Pontos de Cultura alcançaram oito milhões e 400 mil pessoas no país, entre participantes diretos e indiretos das atividades.

Identificou-se, no entanto, que não existem *pontos de cultura* nos municípios de Seropédica. Assim sendo, inseria-se no escopo desta proposta a mobilização dos atores envolvidos nas atividades de produção audiovisual do projeto **Sem Nome do Pai** na direção da organização de um *ponto de cultura* no município de atuação do projeto, visando assim uma perspectiva de sustentabilidade social e multiplicação da proposta específica que aqui se segue.

1.2.Sem nome do pai e a criação de um ponto de cultura

Ao se formular como projeto, a pesquisa ora em fase de conclusão, propôs como um de seus desenvolvimentos o mapeamento da produção cultural existente em Seropédica e municípios vizinhos. O objetivo, na ocasião, era estudar as possibilidades de criação de um ponto de cultura na região. A partir do diagnóstico de que não havia pontos de cultura nos municípios de Seropédica, Paracambi ou Itaguaí, localidades que seriam analisadas para os fins de implementação da iniciativa, inseria-se “no escopo desta proposta a mobilização dos atores envolvidos nas atividades de produção audiovisual do projeto Sem Nome do Pai na direção da organização de um ponto de cultura no município de atuação do projeto, visando assim uma perspectiva de sustentabilidade social e multiplicação da proposta”.

No entanto, o projeto, formulado em 2011, pressupunha, para seu sucesso, a continuidade das políticas públicas implementadas no âmbito do Ministério da Cultura. Na ocasião apostava-se, sobretudo, na permanência do Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, que tinha o objetivo de “estimular e fortalecer no corpo do país uma rede de criação e gestão cultural, tendo como base os Pontos de Cultura selecionados por meio de editais públicos”. Quando o projeto *Sem nome do pai* foi formulado, Juca Ferreira, ministro da Cultura no Governo Lula, havia acabado de deixar o cargo, sendo substituído por Ana de Hollanda. Ainda assim, nada apontava para as profundas mudanças que marcaram as reformulações de gabinete.

Ainda que não tenha sido extinto, o Programa Cultura Viva passou desde 2011 por extensas reformulações. De acordo com os dados do MINC, a dotação orçamentária prevista pela Lei Orçamentária Anual para o *Cultura Viva* passaria de 216.114.705,00 em 2010 para

99.000.000,00 em 2011, uma queda de mais de 50%¹². De fato, ainda que tenha sido dada continuidade à criação de pontos indígenas, em 2011 não foram criados novos Pontos de Rede Municipal ou Intermunicipal, que eram objeto do projeto, de modo que a proposição de um ponto de cultura na região foi duramente comprometida. Em recente entrevista à Folha de São Paulo, Juca Ferreira afirmaria: “É óbvio que há um retrocesso, um desinvestimento, a desestruturação de uma frente de trabalho importante. Não vi argumento sustentável que justifique o retrocesso do programa Pontos de Cultura”.

Independente da existência de argumento sustentável que justifique rupturas e descontinuidades, fato é que há de fato uma profunda mudança de foco nas políticas implementadas pelo Ministério da Cultura a partir de 2011. De 2004 a 2010, o Cultura Viva foi o carro-chefe do Ministério da Cultura no governo Lula. Baseada numa concepção de cultura do desenvolvimento e cidadania, Gilberto Gil e, depois dele, Juca Ferreira apostaram na diversidade para estabelecer uma política voltada para a produção de cultura em comunidades locais, contribuindo para a descentralização dos editais nos grandes centros urbanos do Sul e Sudeste.

Ao assumir a pasta em 2011, Ana de Hollanda, contudo, mudaria o foco do gabinete. Criando a secretaria da Economia Criativa, Ana de Hollanda focaria a política do MinC, sobretudo, na cultura como cadeia produtiva, chamando tanto a atenção para a necessidade de que a cultura fosse capaz de gerar renda através dos direitos autorais, quanto para a inclusão de setores que produzem cultura na informalidade e não geram produtos passíveis de contabilização. Em recente artigo, diria ela:

É nítido que, informalmente, a produção cultural e suas extensões diretas e indiretas movimentam valores bem superiores ao que é contabilizado oficialmente. Geram um número desconhecido de postos de trabalho temporários, também não computados, principalmente em grandes eventos populares. Não há dúvida de que essa informalidade e as conseqüentes inseguranças social e financeira são altamente prejudiciais não apenas à economia, mas aos profissionais desses setores. Tais fatores me fizeram ver o quão premente se fazia a busca de meios que estimulassem a sustentabilidade econômica do setor cultural, independente dos eventuais apoios a projetos através de editais públicos e leis de mecenato¹³.

¹² <http://www2.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/>

¹³ <http://www.ocafezinho.com/2013/08/10/economia-criativa-um-belo-projeto-que-nao-saiu-do-papel/#sthash.loNh7k7o.dpuf>

Neste sentido, o mandato de Ana de Hollanda foi marcado pela discussão dos direitos autorais e por um maior controle de dados das cadeias produtivas da cultura. No caso do Cultura Viva, enfatizando o ajuste dos gastos do MinC, foram privilegiados os restos a pagar e a otimização da gestão do ministério.

Assim, o projeto de criação de um ponto de cultura tal como inicialmente proposto pelo Sem Nome do Pai teve que ser revisto. A partir do extenso levantamento da produção cultural de Seropédica, outras possibilidades começaram a ser discutidas.

Desde 2010, um novo prédio está sendo construído para a Biblioteca Central da UFRRJ. A desativação do atual edifício está prevista para 2014 e seu destino começa a ser discutido pela comunidade acadêmica. A Biblioteca Central da UFRRJ ocupa um prédio de 03 pavimentos, cuja área compreende 2.469,62 m²; situada ao lado do Prédio Principal, dentro do Campus Universitário. O destino inicialmente pensado para a edificação foi transformá-la em depósito para a universidade. No entanto, grupos organizados dentro da universidade têm reivindicado a construção de um novo espaço cultural e de sociabilidade para a instituição.

Ainda que a UFRRJ já tenha um Centro de Artes e Cultura, a pouca atuação do CAC junto à comunidade acadêmica justifica uma nova discussão de seu papel. As últimas atividades relatadas no blog do centro se encerraram em 2008 e, de acordo com os dados coletados acima, a atuação do centro em 2012 se limitou à organização do I Seminário de Memória, Patrimônio e Cultura da UFRRJ, dentro da Semana Nacional de Museus, promovida pelo IBRAM e a atividades em dias comemorativos junto à Secretaria de Educação de Seropédica.

A produção da universidade e o intuito de estabelecer vínculo mais profundo com a comunidade do entorno, justifica, no entanto, uma atuação mais relevante do CAC. O A Pró-reitoria de Extensão da UFRRJ contabiliza hoje dezesseis grupos culturais organizados, que vêm reivindicando espaço na instituição.

Descrição dos Grupos¹⁴
Grupos Culturais – Subtotal: 16
1. Acadêmicos do ES (ACADES)
2. Associação Erva-Doce
3. Centro Cultural Senzala de Capoeira
4. Grupo Capoeira Angolinha
5. Grupo de Teatro APOENA
6. Grupo de Tradições Gaúchas Raízes dos Pampas

¹⁴ Dados da Pró-reitoria de extensão disponibilizados em http://www.ufrj.br/rural_em_numeros/04.1%20-%20gruposorganizados.php (consultado em 21.10.2013)

7. Grupo de Tradições Nordestinas Patativa do Assaré
8. Grupo Teatral Zouthrus
9. Grupo Folclórico Raízes dos Pampas
10. Grupo Mineiro “Nóis Uai”
11. Grupo Nortista Ajuri
12. Grupo Paulista
13. Johrei
14. Jornal Folha Criativa
15. Mundo da Arte
16. Projeto Mutuca

A criação de um novo Centro de Cultura e convivência tornaria, portanto, possível atender as reivindicações da comunidade acadêmica e estabelecer vínculo mais profundos com a comunidade do entorno que hoje já utiliza o espaço da universidade como espaço de lazer nos finais de semana. Neste sentido, a professora Patricia Reinheimer tem procurado estabelecer diálogo entre grupos organizados e Pró-reitoria de Extensão, no sentido de colocar em pauta a discussão sobre o destino do atual prédio da biblioteca.

1.3.Métodos e metas

Este projeto desenvolveu sua metodologia pautada, sobretudo, no potencial reflexivo e produtivo das linguagens audiovisuais na construção de agentes sociais participativos e com potencial mobilizador e transformador. Sendo assim, explorou por diferentes ângulos este potencial, desenvolvendo gradativamente em seu público alvo o caminho de uma audiência passiva acerca das questões sobre família, filiação e parentalidade e a cidade, para uma audiência crítica e analítica sobre estas mesmas questões e, enfim, seu posterior descolamento para o lócus da produção de sentidos sobre suas experiências em torno da temática orientadora do projeto. Através de uma sequência articulada de atividades, o projeto **Sem nome do pai** investiu no fomento à apropriação criativa dos meios de comunicação, com vistas a garantir os direitos à expressão subjetiva e identitária e ao encontro com o outro como via de promoção da autonomia de jovens, para que atuem como agentes de mobilização de um novo paradigma de comunicação: democrático, processual e efetivamente participativo.

Compondo a metodologia deste projeto, compreendeu-se indispensável a participação produtiva da universidade na construção de reflexões socialmente relevantes e conhecimento científico sobre a temática da família, da filiação e da parentalidade e a cidade. Assim sendo, acompanhando todo o percurso de intervenções práticas, este projeto propôs um eixo de

produção científica através de levantamentos bibliográficos, pesquisa de campo, entrevistas e análises críticas sobre a experiência realizada.

Foi realizado levantamento de referências acadêmicas sobre o tema da família, da filiação e da parentalidade em torno da questão do sub-registro paterno nas Ciências Sociais, Ciências Jurídicas, Psicologia e áreas afins. Além de levantamento de referências na área de antropologia visual e produção de documentários e de referências acadêmicas sobre o campo da produção audiovisual no cenário da mobilização e do protagonismo social.

Além disso, realizamos levantamento de dados sobre instituições escolares dos municípios de Seropédica de forma a iniciar parcerias institucionais para desenvolvimento do projeto. A proposta era a de realizar exibição de filmes e cine-debates em instituições escolares da rede pública de Seropédica. Listamos a existência de 47 instituições educacionais no município. Decidimos, no entanto, que ao invés de nos encaminharmos para todas as escolas, escolheríamos duas.

O contato inicial foi realizado no CIEP 155 Nelson Antelo Romar. Depois foi procurada a Escola Estadual Presidente Dutra. Levamos uma cópia do projeto “Sem nome do pai” e um resumo, para que os diretores dessas instituições de ensino se informassem sobre nossos objetivos e métodos. O primeiro encontro com a diretora do CIEP foi fundamental para rever e reformular estratégias adotadas. O programa do Ministério Público que era de localizar os casos de sub-registro paterno nas escolas e intervir para que se obtivesse o registro com o nome do pai. Baseadas nesse modelo, falamos de nosso objetivo inicial de contatar os estudantes do CIEP que fossem casos de sub-registro paterno e oferecer a eles atividades como cine- debates e oficinas de audiovisual. A diretora vacilou: disse que não tinha autorização para fornecer esses nomes. Era diferente se eu quisesse trabalhar com um grupo previamente formado no CIEP. Essa conversa nos levou a uma nova reflexão. A diretora não autorizou imediatamente a implementação do projeto, mas ficou de se informar com a direção regional. Após essa primeira reação, o grupo decidiu por nova estratégia: em vez de contatar apenas os alunos que não tivessem o registro de nome do pai, houve a decisão de estender o convite à escola toda. Comunicamos a decisão para a diretora que, então, autorizou o projeto. Através do contato de uma aluna de graduação que era também professora do CIEP marcou-se o cine-debate. Houve a decisão de fazer contato com turmas de EJA (educação de jovens e adultos). Uma preocupação foi atingir turmas com estudantes maiores de idade também, a fim de reduzir os problemas colocados por projetos que envolvessem menores de idade: necessidade de autorização dos responsáveis para reproduzir

imagens que identificassem esses adolescentes. Pensávamos na dificuldade que seria fazer entrevistas sobre a experiência em relação à paternidade como era previsto no projeto inicial.

Quando fizemos o contato com a Escola Estadual Presidente Dutra, já havíamos visitado o CIEP 155 e tomado a decisão de tentar atrair estudantes a partir do conjunto de turmas disponíveis, e a partir daí sensibilizá-las para o problema da ausência paterna, e não apenas do sub-registro. Os diretores foram contatados e receberam uma cópia do projeto e um resumo. Com autorização de uma diretora, estivemos em uma reunião de “pais e mestres” e divulgamos o projeto a fim de despertar o interesse de participação dos responsáveis em uma oficina de direitos da família. A reunião tinha cerca de 40 pessoas, mas apenas duas assinaram a lista de interessados.

Após essa etapa, o trabalho foi iniciado por meio da exibição de filmes em escolas da rede pública sediadas no município de Seropédica. Foi organizada a exibição de três filmes: *Cidade dos Homens*, na Escola Estadual Presidente Dutra; *Linha de Passe*, no CIEP Nelson Antelo Romar; *Os Descendentes*, na UFRRJ. Da projeção dos dois primeiros filmes foi lançada uma frente de pesquisa e da exibição do último, uma oficina de vídeo.

A proposta inicial era a de que os filmes tivessem como temática a busca pelo pai desconhecido e que possuíssem linguagem próxima ao que se pressupunha ser o universo a ser trabalhado: um cenário composto por jovens e mulheres adultas de classes populares. Sendo assim, foram escolhidos: *Cidade dos Homens*, de Paulo Morelli (2007); e *Linha de Passe*, de Walter Sales e Daniela Thomas (2008), dentre tantos outros possíveis. Posteriormente ampliou-se a reflexão sobre os sentidos de família e as cidades. Por esta razão, optou-se pela película *Os Descendentes*, de Alexander Payne (2011).

A partir dos dois primeiros debates, em 2011, investiu-se na dimensão de pesquisa do projeto. Por meio de filmes exibidos, suscitaram-se reflexões e expressões de ideias sobre família, formação de identidade, reconhecimento e direitos sociais da criança e da mulher. Estes foram gravados, filmados e analisados. Além deste material, sempre que iniciadas as atividades nas referidas escolas, a equipe optou por aplicação de questionário endereçada aos participantes dos debates: os discentes destas instituições. Tal instrumento foi proposto de forma a subsidiar o mapeamento da questão do sub-registro paterno e as distintas modalidades de arranjos familiares. Foram aplicados 106 questionários e foi realizada a análise quantitativa e qualitativa dos mesmos. Essa frente de trabalho resultou no artigo “**Sem nome do pai**” escrito por Alessandra de Andrade Rinaldi, apresentado do **Fórum Antropologia e**

Políticas Públicas: o fazer do Estado e seus efeitos na produção de sujeitos de direitos” na 28 RBA, PUC, São Paulo, em 2012 (ver anexo 7)

Os alunos que registraram voluntariamente em suas fichas o número de telefone, endereço e/ou email foram procurados pelo mesmo grupo de trabalho. A razão desse contato foi decorrente da intenção da realização de entrevistas por meio de roteiro semiestruturado no formato história de vida, versando sobre como essa suposta lacuna do sub-registro paterno é representada em suas trajetórias. Ao todo foram entrevistadas quatro alunas. Nós avaliamos que poucas pessoas desejaram participar desta fase e que isso se deveu a dois fatores: o fato de haver decorrido meses entre a realização dos cine debates e o retorno da equipe para as entrevistas; a dificuldade que é falar sobre suas famílias com pessoas que pouco conheciam, uma vez que não houve uma realização continuada em campo de forma a estabelecer uma empatia pesquisador/pesquisado.

Destas frentes de pesquisa - entrevistas e análises feitas a partir das gravações e filmagens foram ouvidos indivíduos ligados às suas famílias por filiação ou por laços conjugais. Escutamos alunos provenientes de famílias nucleares, constituídas por pai/mãe e filhos e também aqueles que residiam no mesmo espaço doméstico com parentes de diferentes gerações como filhos, pais e avós, por exemplo. Participaram ainda dos debates os que habitavam com um dos genitores; os que moravam com um de seus pais em um contexto de novo arranjo familiar; e indivíduos que moravam sozinhos. Em grande maioria estas pessoas possuíam registro paterno, mantinham contato com o pai e diziam ter uma convivência mais estreita com suas mães.

Como pode ser visto estes jovens e adultos estudantes de escolas da rede pública de Seropédica afirmaram o lugar central da família em suas vidas. Consideraram-na *locus* de construção de identidade, espaço de sustentação psíquica de crianças e adultos. Em termos organizacionais, pensaram-na estruturada na valência diferencial entre os gêneros, na supremacia do masculino, materializada na simbólica figura do pai. Em termos de concepção de parentesco, suas visões são, ao mesmo tempo, fundadas no primado da afetividade e na concepção biogenética. Por esta razão entendem que o conhecimento sobre a ascendência biológica é um direito e um veículo de construção de uma identidade pessoal capaz de criar e/ou alterar vínculos parentais preexistentes.

Com a projeção de *Os Descendentes*, em agosto de 2012 foi lançada a outra dimensão do projeto: a oficina audiovisual. A primeira, sob responsabilidade das professoras Ana Paula Alves Ribeiro, Carly Machado e Patrícia Reinheimer, durou de 12 de setembro a 31 de

outubro de 2012 e tratou de forma introdutória da linguagem audiovisual. **(ver anexo 4 e anexo 5)**

Houve ampla divulgação nas escolas CIEP 155 Nelson Antelo Romar e na Escola Estadual Presidente Dutra. Fizemos cartazes, divulgações por meio de *facebook* e convidamos os discentes dessas instituições a irem à UFRRJ para assistirem a exibição do filme e tomarem ciência da proposta da Oficina que iria ser iniciada **(ver anexo 4)**.

O objetivo desta oficina desenvolvida em três módulos, pelo núcleo de pesquisa CULTIS, em Seropédica foi desenvolver competências de utilização da linguagem audiovisual em jovens desta cidade para que estes formulem seus próprios sentidos de filiação e parentalidade e sobre a cidade de Seropédica, cujo objetivo final é a produção de um documentário.

Todas essas atividades foram divulgadas em diferentes mídias. Foi publicada no Boletim FAPERJ a matéria “Sem nome do pai: a paternidade em debate” (http://www.faperj.br/boletim_interna.phtml?obj_id=8685), como resultado de entrevistas feitas pela jornalista por Vilma Homero à equipe do projeto. Além disso, em 18 de dezembro de 2012, a pesquisadora Alessandra de Andrade Rinaldi falou sobre o projeto da Rádio Roquete Pinto FM 94,2 (<http://www.fm94.rj.gov.br/>). **(ver anexo 2)**

Além de sua divulgação, o projeto se desdobrou em outras iniciativas de pesquisa e extensão. A pesquisadora Carly Barboza Machado desenvolveu os projeto de extensão “**Sem nome do pai: oficinas de audiovisual para jovens de Seropédica**”. Este foi apoiado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Contou com a participação do aluno Vitor Silva Lopes, que por meio de auxílio de uma bolsa de Extensão BIEXT - 2012 a 2013, acompanhou os módulos 1 e 2 da Oficina de áudio visual para jovens de Seropédica. O que resultou na Apresentação de trabalho "Sem nome do pai": oficinas de áudio visual para jovens de Seropédica IX SEMEX - Semana de Extensão da UFRRJ 21 a 24 de janeiro de 2013. **(Ver anexos 7);**

Além disso, a pesquisadora obteve uma bolsa **PROIC/CNPQ** de iniciação científica por meio do projeto “**Sem nome do pai**”. O aluno contemplado foi Igor Casemiro, que realizou levantamento bibliográfico sobre Antropologia Visual; Imagem e Família e fez acompanhamento dos módulos 1 e 2 da Oficina de áudio visual para jovens de Seropédica. O Trabalho resultou o pôster “**Sem nome do pai**”(ver anexo 7) **XXII JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - 5 a 9 de novembro de 2012 - Onde chegamos? Os caminhos da Iniciação Científica na UFRRJ.**

A partir da dificuldade em descobrir produtores culturais locais associados ao discurso de construção de uma identidade particular para o município de Seropédica, a pesquisadora Patrícia Reinheimer transformou o projeto a proposta de elaboração de um mapeamento cultural _visando a possível elaboração de um projeto de Ponto de Cultura para a região_ em uma investigação acerca desse projeto político. Foi assim que foi apresentado à Faperj o projeto “**Da seda à chita: Seropédica como espaço de observação empírica dos processos de produção e reprodução de memória e identidades regionais**”. A docente contou com bolsistas de iniciação científica para o desenvolvimento do referido projeto, um desdobramento das propostas do “Sem nome do pai”. Os alunos contemplados são: Eriknatan Clementino Medeiros, bolsista de iniciação científica/FAPERJ- março 2012- março 2013; Igor Casemiro, bolsista PROIC/CNPQ- junho 2012 - junho 2013 e Marlon Bruno Morais, bolsista de iniciação científica/ FAPERJ , agosto 2013 (**ver anexo 7**).

2. Atividades realizadas.

2.1. Cine-debate: uma breve consideração do público-alvo e seus arranjos familiares

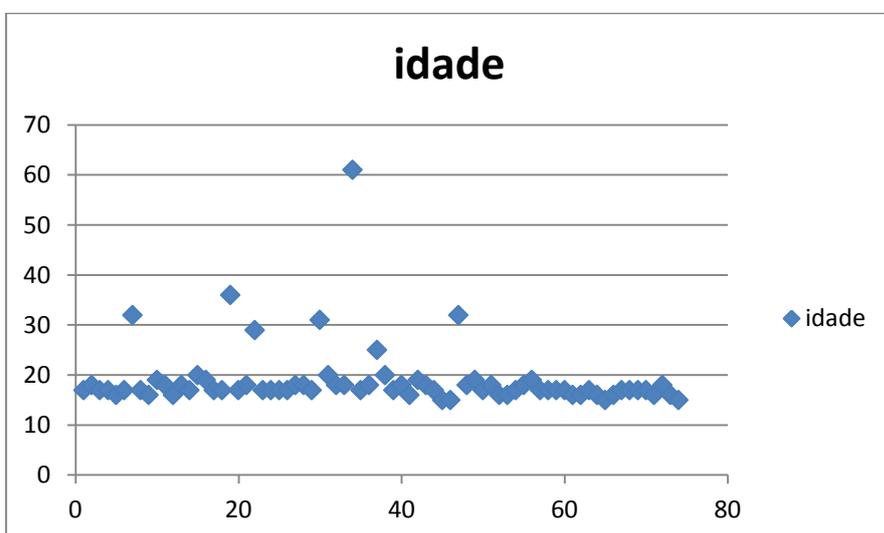
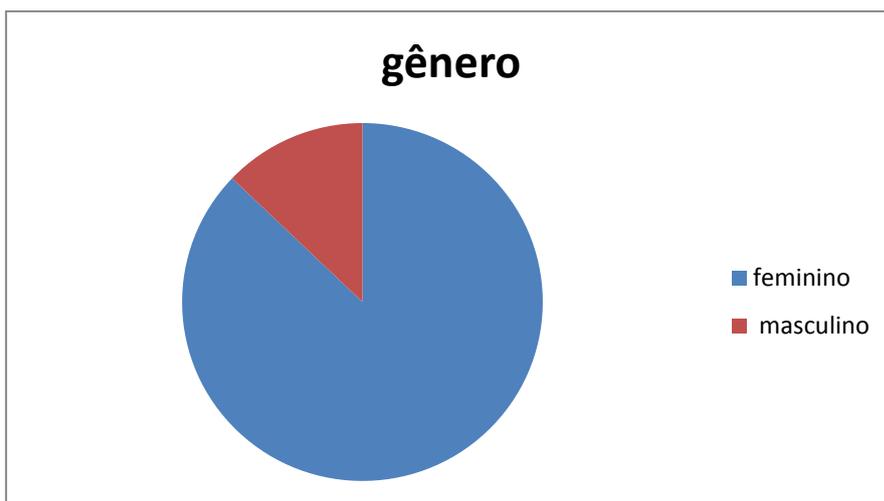
Como dito, foram aplicados 106 questionários, sendo 73,5 % em alunos da Escola Estadual Presidente Dutra e 26,41% em discentes do CIEP 155-Nelso Antelo Roma. Foi realizada uma aplicação aleatória endereçada a todos os que estivessem presentes nos cine-debates.

Vale ressaltar que esses dados foram coletados inicialmente com a intenção de mapear a questão do sub-registro paterno entre os pesquisados. No entanto, a coleta por meio de aplicação de questionário pouco serviu a este propósito. Esse instrumento parcial, cheio de limitações, funcionou mais como um auxílio à análise das visões resultantes dos encontros feitos nas escolas a ser discutida a frente.

2.1.1. O perfil da primeira amostra: alunos da Escola Estadual Presidente Dutra

Ao longo do projeto Sem nome do pai, foram aplicados questionários para definir o perfil da amostra, entender organizações familiares predominantes e, sobretudo, identificar tanto possíveis informantes sobre a ausência da figura paterna, quanto alunos interessados em participar das oficinas para a realização de vídeos sobre o assunto.

Para o primeiro contato com os alunos foi formulado um questionário de identificação que foi aplicado a uma amostra de 74 alunos matriculados em turma de nível médio da Escola Estadual Presidente Dutra, escola pública de Seropédica localizada próxima ao campus da UFRRJ. A escolha das escolas já discutida acima, nos apresentou um perfil bastante definido de aluno, em termos de gênero, idade e expectativas de futuro. Como se pode verificar nos gráficos abaixo, a amostra apresenta grande prevalência de alunas mulheres (90,3% - ver gráfico 1), com média etária de 18,9 anos. Ainda que se possam encontrar alunos com idade entre 15 e 61 anos, a maior frequência incide, de fato, sobre o fim da puberdade e início da vida adulta, como se pode depreender do gráfico de dispersão (ver gráfico 2).



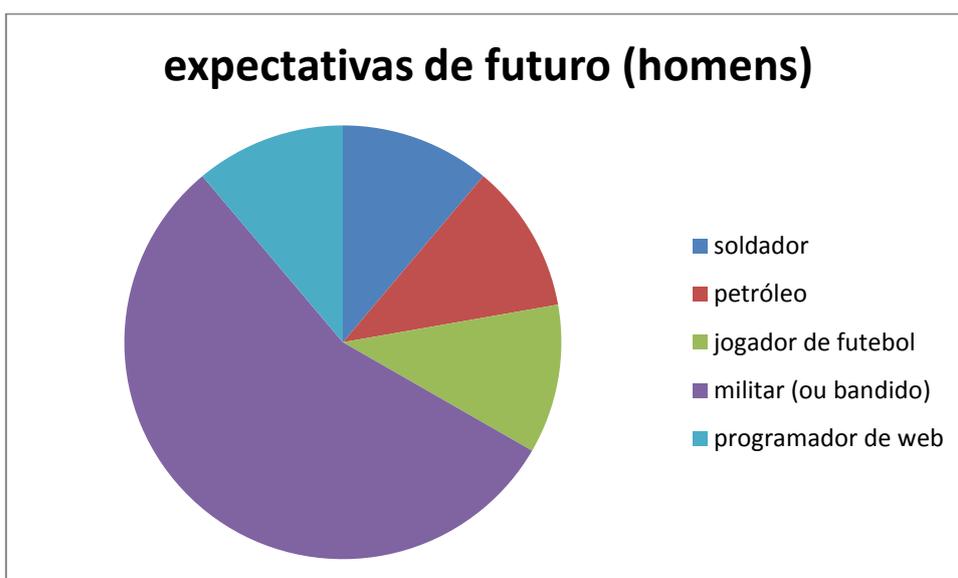
A escolha da escola e o corte de gênero também serve como hipótese explicativa da predominância de algumas profissões no que diz respeito às expectativas de futuro da amostra. Em Seropédica, município com a 41ª posição de IDH-M no estado, as expectativas de futuro na amostra da rede pública de ensino denota que as expectativas de futuro dependem das possibilidades de rápido acesso ao mercado de trabalho. O curso normal se coloca, portanto como destino final de grande parte das entrevistadas que esperam se colocar profissionalmente como professoras (32,3%) e as profissões de nível superior ainda que mencionadas, são muitas vezes seguidas de expressões de dúvida que, podem ser depreendidas, mesmo na análise do questionário predominantemente fechado¹⁵. Ao analisar a amostra masculina (ver gráfico 4), no entanto, o olhar crítico sobre as expectativas de futuro é ainda mais visível. A predominância da opção pela carreira militar que propicia rápido acesso

¹⁵ Pontos de interrogação e expressões de dúvida, como “talvez”, são acrescidas às respostas abertas.

ao mercado de trabalho e menos anos de escolaridade é visível, mas vem seguida de comentário irônico, “militar ou bandido”, que pode denotar um olhar crítico sobre as expectativas de futuro para o gênero masculino numa escola normal¹⁶. Além da carreira militar, são também citadas profissões ligadas ao ensino técnico que demandam menos tempo fora do mercado de trabalho. A definição do perfil dessa amostra será essencial para avaliar o impacto sobre as expectativas de futuro a partir da inserção desses alunos na vida universitária através das oficinas de áudio-visual do contato mais próximo com graduandos dos cursos da UFRRJ.



Gráfico 3

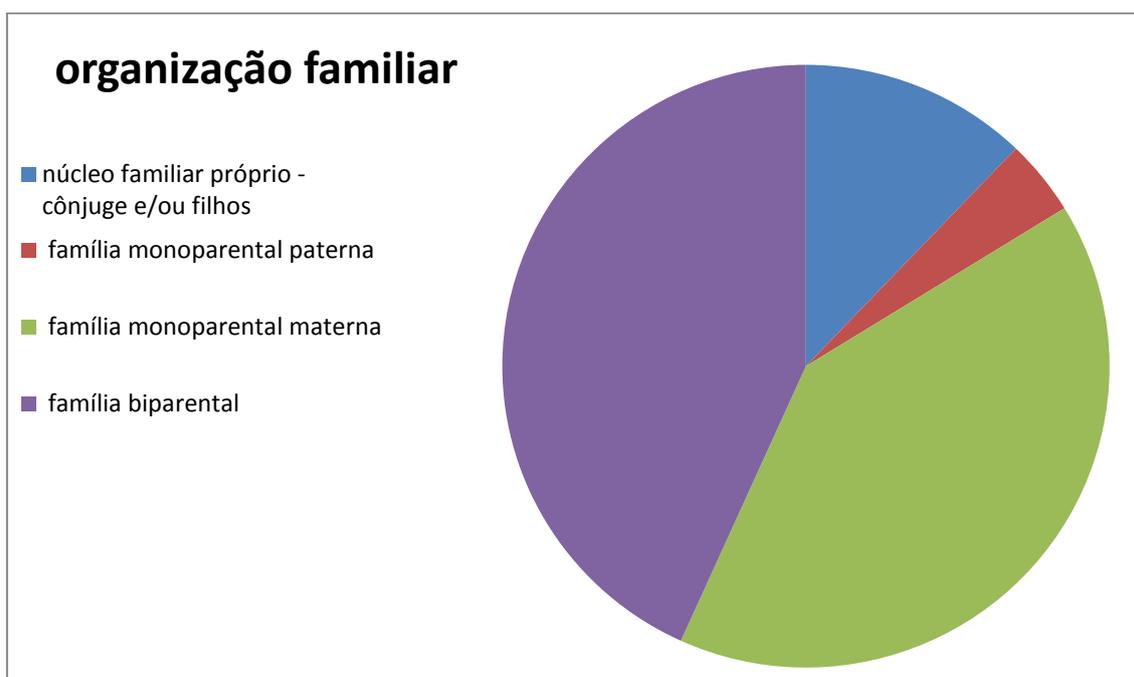


¹⁶ Sobre uma discussão da profissão do professor e perfis de gênero ver Néri, Aparecida "Professores, trabalho e mercado". Caderno CRH, nº49, 2007.

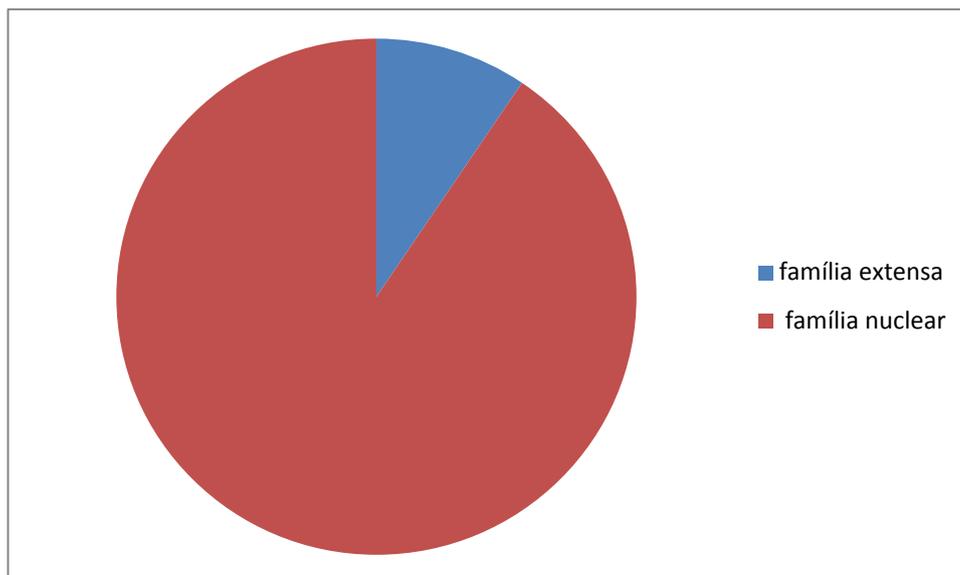
A organização familiar:

No que respeita a análise dos dados sobre estrutura familiar, alguns apontamentos permitem entender o lugar da figura paterna na organização dos arranjos familiares. Na análise dos dados da amostra, a estrutura de organização familiar (ver gráfico 5) parece replicar tendências recentes de mudança na estrutura da família brasileira (Sorj, 2007). Se ainda predominam famílias biparentais, em que o entrevistado(a) mora com os dois pais (43,2%) – ou no caso de núcleo familiar autônomo, com cônjuge e/ou filhos (12,2%) –, outros arranjos familiares têm também relevância na amostra, representando 44,6% das famílias.

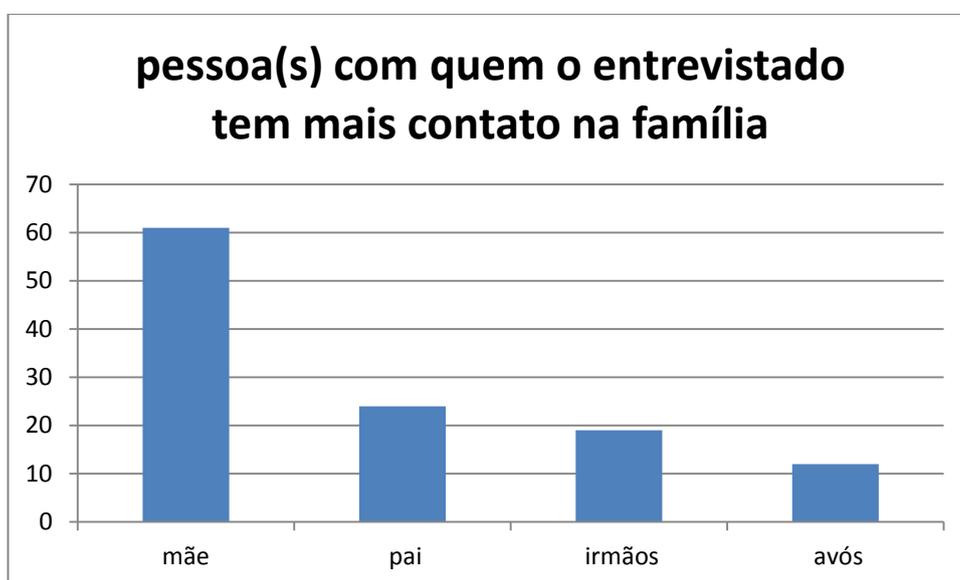
Como se pode depreender dos dados abaixo, ainda que as famílias monoparentais paternas não estejam ausentes, representando 4,1% da amostra, são as famílias monoparentais femininas que merecem amplo destaque, somando 40,5% da amostra.



Uma certa matrifocalidade pode ser observada também quando examinados os dados sobre famílias nucleares ou extensas. Embora predominem as famílias nucleares, em que coabitam apenas filhos, pai e/ou mãe, foi observada também uma minoria de famílias com a presença de avós (9,5%), das quais todas contavam com a presença da avó materna. A presença da avó paterna foi observada apenas em um núcleo familiar em que as duas avós estavam presentes.

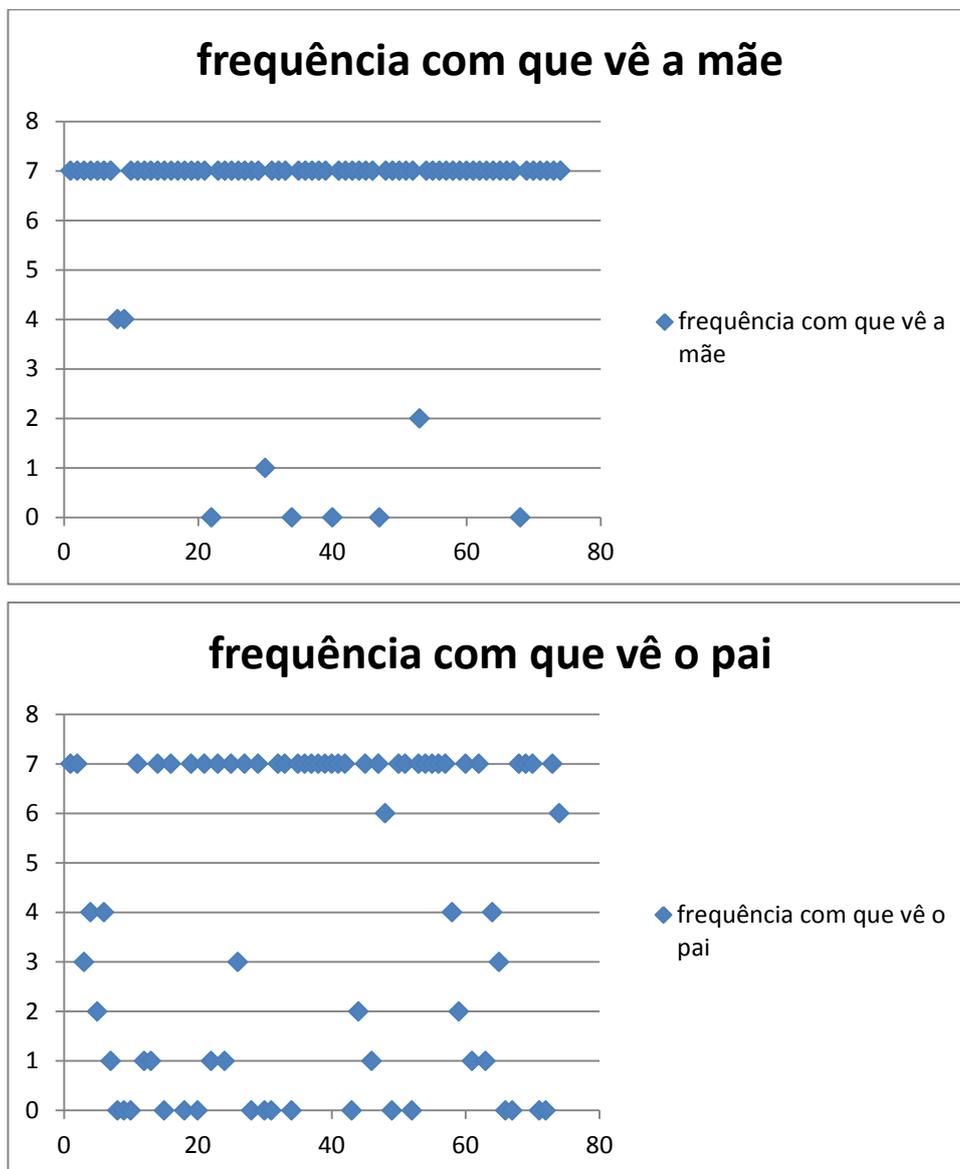


O papel da figura materna é também enfatizado quando os entrevistados são consultados quanto ao tempo de convívio com os familiares. Ampla maioria de entrevistados indica a mãe como a figura familiar com quem tem maior contato (82%). Note-se que figura materna é citada mesmo pelos entrevistados que já constituíram núcleo familiar próprio e que a figura materna só é mencionada por 34% dos entrevistados.



Os dados são ainda mais reveladores quando os entrevistados são questionados sobre a frequência semanal com que encontram pai e mãe. A média de frequência para encontros com a mãe é de 6,3 dias por semana, enquanto os encontros com o pai somam em média 4,2 dias por semana. Os dados se tornam ainda mais reveladores quando colocados em gráficos de

dispersão. Poucos são os entrevistados que não dizem ver as mães todos os dias (gráfico 7), enquanto no caso dos pais, o número é visivelmente maior (gráfico 8).



A análise da amostra permite, portanto, supor a centralidade da família materna nas representações dos jovens pesquisados. No entanto, as questões aqui esboçadas serviram apenas de antecâmara para as análises etnográficas realizadas nos cine-debates e para a análise qualitativa que se seguiu. Nesse sentido, vale notar que o questionário permitiu, ainda, identificar cinco casos de pai não conhecido pelo entrevistado, permitindo contato posterior para realização de entrevistas em profundidade. Ainda que nem sempre o contato tenha frutificado, foi importante instrumento para uma primeira aproximação dos informantes.

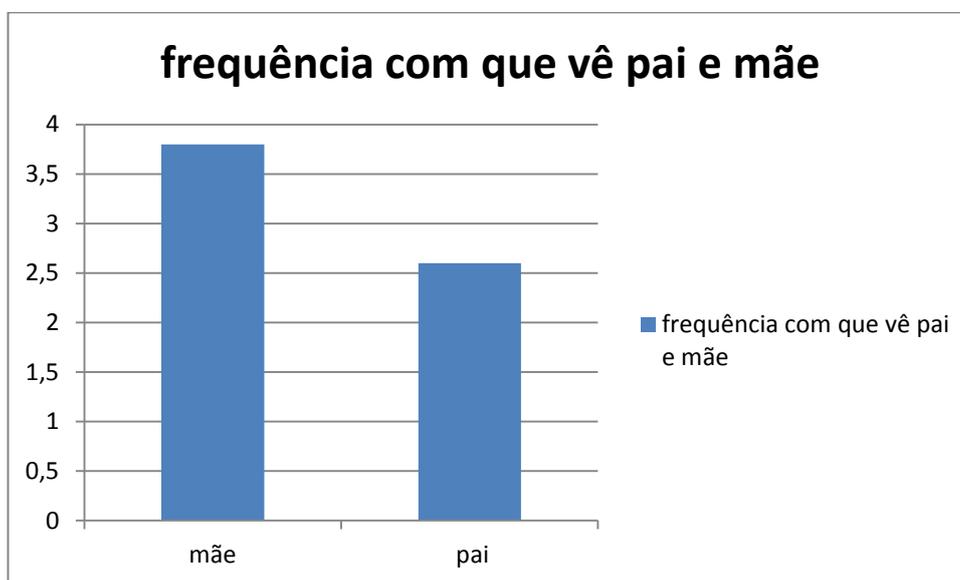
O contato com os entrevistados resultou ainda no mapeamento do interesse em realizar oficinas de audiovisual na UFRRJ. A partir do levantamento foi possível identificar 25

entrevistados interessados em filmar suas respectivas famílias e 45 interessados em aprender técnicas para usar equipamento audiovisual. O contato foi, portanto, fundamental para formar o público das oficinas.

2.1.2. O perfil da segunda amostra: do CIEP 155-Nelso Antelo Roma

A segunda amostra foi definida a partir de contato com alunos do oriundos das turmas de Educação de Jovens e Adultos da Escola. A necessidade de analisar os dados em separado se deve à diferença de idade e à baixa adesão dos entrevistados ao questionário, em que vários dados não foram preenchidos, especialmente com relação a idade e a expectativas de futuro.

Vale notar, ainda, que a média de idade nesta amostra é de 31,8 e que o alto índice de pais falecidos enviesa a comparação com a amostra anterior. Também os núcleos familiares autônomos, composto pelo entrevistado, cônjuge e/ou filhos, por exemplo, sobe para 70%. Nesse caso, a média de frequência com que o entrevistado vê mãe e pai, por exemplo, se aproximam: 3,8 dias por semana mãe, e 2,6 dias por semana para o pai (ver gráfico 10).



Diante do exposto, apenas a pesquisa em profundidade pode tornar os dados comensuráveis. Vale, no entanto, chamar a atenção para o fato de que foram identificados dois casos de ausência da figura paterna e um caso de ausência da figura materna. Além disso, foram identificados 19 interessados em participar das oficinas de audiovisual.

2.2. Uma análise qualitativa: a família em questão

A partir dos dados coletados nos cine-debates foi possível apreender que para o grupo em questão fazer parte de uma família, constituir relações de parentesco, significa estar ligado a outras pessoas não somente pela ideologia do “sangue”, mas também por relações de agregação, solidariedade, convivência e afeto. Sendo assim, família não é compreendida somente como um conjunto de pessoas consanguíneas que habitam um mesmo espaço¹⁷, mas um agregado de pessoas que se apoiam por meio de troca afetiva e ajuda humanitária. Tal visão é manifesta na fala de uma aluna do CIEP após a exibição do filme Linha de Passe:

A família não é o vínculo de sangue, né? A família a gente vai agregando. Eu sai de casa aos 13 anos de idade, porque eu fui uma filha adotiva. Quando eu sai, fui encontrando pessoas com as quais fui me agregando e graças a Deus também se prontificaram a me ajudar. Então, tem muitas pessoas mais próximas, pessoas que nos ajudam muito mais do que a família de sangue. (....) Então, a família a gente não encontra só no pai e na mãe, a gente encontra nos de fora também, nos amigos, naquele que nos ampara. (Trecho do cine-debate- CIEP).

João de Pina Cabral e Antónia Lima (2005) ao discutirem o método de análise da *história de família* ressaltam¹⁸ a necessidade de ampliação dos sentidos de família e parentesco. Segundo os mesmos, há que ser levado em conta, nas narrativas pesquisadas, a forma como estes termos estão ligados ao percurso de vida do sujeito, aos contextos de sociabilidade, aos constrangimentos socioeconômicos etc.

O pertencimento à uma família e o estabelecimento de *horizontes de parentesco*¹⁹, neste caso acima, depende não só de elos criados pela reprodução biológica, mas também

¹⁷ ROCHA- COUTINHO, Maria Lúcia. Transmissão geracional e família na contemporaneidade. In:LINS DE BARROS. Myriam. *Famílias e gerações*. Rio de Janeiro: EDFGV, 2006, pp.91-107.

¹⁸ Segundo os autores, “uma história de família (*hf*) é um método de análise socioantropológico que tem por finalidade dar conta do percurso de vida de um sujeito social, inteirando-o nas relações intersubjetivas em que está envolvido através da constituição do seu universo de parentesco. Enquadrar desta forma o percurso de vida de ego permite contextualizar os actores das nossas pesquisa numa parte essencial da complexa teia de relações que constitui a sua vida, escapando ao reducionismo individualizante das descrições biográficas de um ego único. Nesse sentido, através da (*hf*) propomo-nos desenhar o universo de relações familiares de uma pessoa (um ego) e encontrar os processos de estruturação interna(...) do campo de relações delimitado pelos horizontes desse universo ao longo da vida de um ego e daqueles que, por lhe estarem mais próximos, contribuem de forma decisiva para a sua constituição enquanto pessoa social”. PINA CABRAL, João; LIMA P., Antónia. Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização social. *Etnográfica*, Vol IX (2), pp. 355-388, 2005, p 360

¹⁹“A expressão ‘horizontes do parentesco’ é usada aqui para dar a entender que ‘estar relacionado’ é um fenômeno expansivo (tipicamente egocentrado) em que os limites do universo dos parentes recordado por ego não são do tipo fronteira, mas horizontes”. PINA CABRAL, João; LIMA P., Antónia. Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização social. *Etnográfica*, Vol IX (2), pp. 355-388, 2005,p. 366.

de teias de relações sociais que contribuíram para a sobrevivência, em razão de atos solidários.

Família, para o grupo pesquisado, significa ainda uma espécie de alicerce, uma base de sustentação que possibilita aos sujeitos ingressarem na vida social. Pode ser entendida, de forma bastante semelhante ao descrito pelo sociólogo francês De Singly (2007), como espaço de formação de *selves*, além de ser vista como veículo de transmissão e reprodução de valores, de bens e de nomes. É vista como formadora de sujeitos que futuramente se transformarão em pais e mães e entende-se que o exercício “adequado” destes papéis dependerá da forma como os mesmos foram transmitidos por seus ascendentes. Sobre isso fala uma jovem aluna ao abordar as razões que levariam rapazes a assumirem ou não uma paternidade imprevista:

Sobre um garoto assumir ou não a gravidez? Depende da estrutura do garoto. Para mim, depende da estrutura familiar. Se o garoto tem uma cabeça boa e vem de uma família que tem um pai, que tem uma mãe, que tem um tio, que tem uma pessoa para falar por ele, seja lá qual idade que o homem tiver, ele vai assumir. (Trecho do cine-debate- Escola Estadual Presidente Dutra).

Os pesquisados creem que, por meio desta instituição, os seus componentes conseguirão aprender e saberão reproduzir códigos de condutas, prescrições de gêneros e de sexualidade que lhes permitirão convívio social. Segundo uma estudante entrevistada:

Acho que a família é a base de tudo, né? Por isso me casei. Eu não achava certo criar meus filhos com meus pais. Até porque se eu fosse morar em outro canto eles teriam a liberdade deles e eu a minha, né? Meus pais queriam até que eu criasse a criança junto com eles e não casasse, mas optei por constituir uma família mesmo, já que eu gostava dele (marido) e ele gostava de mim. (Trecho de entrevista feita com aluna da Escola Estadual Presidente DUTRA).

Indagada sobre o que a levou ao casamento, a entrevistada não hesita em apontar a necessidade de constituição de um novo núcleo familiar não só como *lócus* de reprodução de valores a serem passados aos seus filhos, mas como espaço de produção do casal como par afetivo. Sua visão reproduz, de certo modo, a ótica corrente em nossa sociedade de que família é o lugar autorizado para amor e para a sexualidade (Foucault, 1997).

Para aqueles que foram ouvidos, o espaço familiar é, portanto, responsável pela reprodução de valores sociais. É possível vislumbrar uma aproximação semântica entre a visão “nativa” e uma dada interpretação analítica. Segundo Pierre Bourdieu (2010) a família ocidental possui um papel de reprodução não só do biológico, mas também da ordem social,

exercido por meio da inculcação das normas e de sua transmissão intergeracional. Para os pesquisados, a ordem familiar também tem o papel de reprodução e transmissão de valores e por esta razão é vista como fundamental na vida dos indivíduos. Como pode ser visto em outro trecho de entrevista feita com aluna da Escola Estadual Presidente Dutra. Segundo a mesma, “família, acho que é alicerce, é através dela que você vai criar a sua personalidade. Mas se você tiver pais separados, acho que fica mais difícil”.

2.2.1.Família, gênero e reprodução social

Para os alunos que participaram dos debates a família está fundada nas tradicionais distinções entre os gêneros, materializadas nos papéis assimétricos de pais e mães, exercidos preferencialmente por homens e mulheres respectivamente. Ao primeiro compete a ordenação e normatização do mundo; à segunda, a constituição psíquica de seus componentes.

De forma análoga ao que Marilyn Strathern (1995) discute sobre constituição de relações de parentesco euroamericanas, dentro o universo pesquisado há exigência simbólica de que filhos tenham dois pais “iguais em termos de doação genética, mas desiguais em termos de papéis”. Isso fica claramente demonstrado em duas falas. A primeira feita por uma jovem durante debate decorrente da exibição do filme Cidade dos Homens; a segunda, proferida por uma mulher após a abertura de discussão a respeito do filme Linha de Passe:

Acho tanto que a figura materna, quanto paterna são muito importantes. Um pai e uma mãe (...).Eu vejo que todo mundo quer ter um pai e uma mãe. Em meu casamento, minha festa de quinze anos e minha formatura, eu preciso do meu pai e da minha mãe. Sei lá, eu vejo todo mundo com o pai e com mãe, e eu? Eu tenho amiga que não tem a presença do pai e tem uma carência da figura paterna. (Trecho do cine-debate-Escola Estadual Presidente Dutra).

Hoje em dia fala-se muito da produção independente, da mãe dar conta sozinha de cuidar dos filhos. Eu discordo um pouco deste aspecto. Eu acho que a família é constituída pelo pai, a mãe e o filho. Acho que o pai tem uma grande importância no seio da família, como chefe de família. Num todo do filme, eu reparei que eles se respeitavam muito pouco: viviam se xingando, se ofendendo e faltavam com o respeito, com gestos obscenos e não respeitavam a religião que o irmão adquiriu. (Trecho do cine-debate - CIEP)

De acordo com outra aluna do CIEP, compete à mãe informar à criança que a família é “seu porto seguro”. Esta deve ser responsável pela estruturação dos filhos, devendo estar sempre atenta às suas demandas e mostrando-se apta a receber os questionamentos que

possam surgir. É responsabilidade dela a formação da prole tornando-os aptos à enfrentarem intercorrências da vida, como expresso abaixo:

Eu sou mãe, sogra e avó (...). E eu sempre falo pra minha nora: “você precisa se organizar com o seu tempo porque as crianças precisam de você”. É possível estar cuidando das coisas, mas ter sempre um diálogo com eles (filhos), ter sempre uma resposta, porque isso influencia muito no psicológico da criança, né? Primeiro que ele (filho) nunca vai ter vergonha de perguntar nada em qualquer lugar, nem para qualquer pessoa. Isso ajuda muito no aprendizado da criança. Qualquer dúvida ele vai sempre perguntar o porquê e com isso vai melhorar o aprendizado dele. Com isso a criança vai criando uma estrutura. Uma convivência com a família e vai ajudar muito no crescimento (...). Assim ele vai ver que a família dele é um porto seguro para ele. Isso traz muita segurança para vida da pessoa. Isso faz com que ele amadureça que tenha o psicológico legal e independente do que venha acontecer na vida dele, quando ele perder um pai, quando perder um namoro. (Trecho do cine-debate- CIEP).

À mãe fica a incumbência da educação moral e dos cuidados com a prole. Por esta razão a maternidade se impõe em relação aos projetos pessoais de vida como o estudo e/ou trabalho. Isso fica claro quando, ao ser entrevistada e indagada sobre a sua vida e a relação com a maternidade uma discente disse:

Teve certa época que eu tive que parar de estudar. Mesmo ele (o marido) dando aquele apoio, levando a criança para eu amamentar na escola (...). Mas achei melhor parar de estudar do que deixar meu filho com alguém. Até porque a responsabilidade era minha. Não era justo deixar com a minha mãe para criar (...). Não sei se eu sou perfeita, né? Mas, eu procuro fazer sempre o melhor. Acho que muitas vezes a gente abre mão do nosso conforto por eles (filhos). Dá a vida por eles, né? O certo é a mãe morrer e não o filho, né? O filho tem que enterrar a mãe, não? (Trecho de entrevista feita com aluna da Escola Estadual Presidente Dutra).

Ao pai compete a provisão material, a transmissão do nome e da autoridade (cf. BOURDIEU,1993) da qual ele não é autor, nem criador, mas antes veículo de reprodução de um mundo estruturado sobre uma dominação masculina. Segundo uma entrevistada,

Eu acho que pai sempre tem aquela responsabilidade de criar, de dar o nome, né? O pai (...), acho que é autoridade. Ensina os caminhos certos. Diz o que é o certo e o que é errado. É modelo como homem, né? (Trecho de entrevista realizada com aluna da Escola Estadual Presidente Dutra).

Os pesquisados, ao compartilharem da importância da nomeação paterna referendam a representação de que o homem, na qualidade de pai, ocupa um lugar de dominação e

hegemonia. Reproduzem, assim, a ideia de que a “nomeação paterna”, (cf. Roudinesco, 2002) representa a entrada de um indivíduo no mundo da cultura.

Para o filósofo francês Michel Foucault (1984), a importância que a sociedade ocidental dá ao “nome do pai” é produto de um jogo de “verdades”, construído num sistema cujo regime discursivo hegemônico é masculino. Assim como Foucault, Gilles Deleuze e Félix Guattari (1972) procuram questionar a ideia de que a entrada do sujeito na cultura por meio da importância simbólica da aquisição do nome do pai seja universal. Para esses autores, os sujeitos não podem ser pensados de forma universal e transcendente, mas sim ancorados em construções históricas que lhes conferem sentido.

Por meio dessas reflexões, faz-se necessário retornar ao material empírico e continuar a reflexão sobre o significado do pai em âmbito familiar. É possível observar que, em sua maioria as pessoas pesquisadas estão sendo norteadas por um regime discursivo cujo valor de “Lei Maior” está referendado pela figura masculina. Reiteram que presença de um pai é uma espécie de garantia a uma vida digna, em razão de sua presença representar a ordem, a norma e a regra. Creem na necessidade de uma família composta por pais e mães com papéis assimétricos/ complementares. Tomam as arbitrárias distinções entre os gêneros como naturais e evidentes e acreditam que a ordem familiar está fundada na necessidade simbólica da presença masculina tida como ordenadora da vida daqueles que compõem esta instituição. De forma significativa são predominantemente mulheres que constroem estes discursos fundados numa espécie de “reconhecimento da submissão” à dominação masculina²⁰.

Isso permite que seja aventada a hipótese de que por esta razão, em situações de inexistência de um pai ou nos casos em que este é tido como “ausente”, afirma-se idealmente a importância de sua presença ou de alguém que ocupe simbolicamente o seu lugar. Questão claramente esboçada por uma jovem entrevistada:

Quando criança às vezes meu pai me levava para passear, mas nunca foi presente. Ele é alcoólatra e usa drogas. Em razão de ter começado a ter convulsões por causa das drogas foi morar com a mãe dele. Por isso me afastei da casa da avó. Assim que fui crescendo e entendendo o que ocorreu comecei a me afastar do pai. (...) Assim que meu pai soube que minha mãe estava grávida de mim pediu que ela abortasse. Ela disse não e se separaram. Minha mãe me contou sua história, mas disse que não queria me separar do meu pai. Eu sinto muito a falta de um pai, mas não do meu pai, que me registrou. Quero ter uma família normal, com pai, mãe e irmãos. Para mim, pai é aquele que protege. Minha mãe fez papel de pai, mas mesmo assim sinto falta de um pai. Vejo minhas amigas e penso que queria uma família igual. Assim, tradicional

²⁰BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 34.

mesmo. Queria um pai que dissesse para eu não chegar tarde, não namorar (...). (Entrevista realizada com aluna da Escola Estadual Presidente Dutra).

2.2.2. Famílias sem pai?

Seguindo a mesma lógica de uma valorização simbólica do pai, os investigados afirmam ser possível existirem famílias chefiadas por mulheres desde que estas exerçam papel de pai. Dito de outra forma, desde que estas, em termos de desempenho de papéis, migrem para o gênero masculino, sem que isso implique necessariamente alteração em sua orientação sexual (1989). Esta situação é passível de ser comparada à que foi descrita por Françoise Héritier, ao analisar o casamento legal entre mulheres no Sudão. A autora pesquisou os Nuer patrilineares dentre os quais a filha não é considerada como pertencendo ao grupo do pai, exceto quando dá provas de que é estéril. Neste caso, é tida como homem da sua linhagem de origem. Segundo Héritier (1989, p.83)

O casamento legal entre os Nuer é sancionado pelo pagamento de um dote em gado ou ‘preço da noiva’, efetuado pelo marido ou pela família do marido aos parentes do lado do pai da esposa que o dividem entre si. A mulher estéril recebe deste modo, como ‘tio’ paterno, uma parte dos dotes recebida pelas suas sobrinhas, as filhas de seus irmãos. Com este capital, ela pode por seu turno pagar o ‘preço da noiva’ por uma jovem com quem ela casa legalmente e por quem ela cumpre os rituais oficiais do casamento. Em seguida, será ela a escolher um homem, um estrangeiro pobre, geralmente dinka, para coabitar com ela e gerar filhos. Este homem não é mais do que o criado da mulher-esposo e cumpre por sua vez as tarefas de um criado. Os filhos que nascem desta ‘união da sombra’ são os da mulher-esposo: chamam-lhe ‘pai’ e ela transmite-lhes o seu nome e os seus bens. A sua esposa chama-lhe marido ‘meu marido’, deve-lhe respeito e obediência e serve-a como serviria um verdadeiro marido.

Salvo diferenças espaço-temporais, no contexto em questão descreve-se situação análoga. Trata-se de pessoas que por “exigência social” são transformadas em mulheres do gênero masculino. Porém, por vezes, estas precisam circular entre os gêneros para conseguirem ora serem pais, ora serem mães. Isso fica claro em uma fala de aluna expressa no decorrer do cine-debate:

Meu pai faleceu quando eu era muito nova, então a minha mãe ficou sendo minha mãe e o meu pai. Ela fez o que uma mãe faria e o que um pai faria. Então a figura do homem não ficou só no homem. A minha mãe se formou. **Virou um homem para criar agente daquela forma como meu pai criaria.** Entendeu? A mesma coisa é se o meu marido vier a falecer. Eu vou criar meu filho só na figura materna? Não. Eu vou

ensinar ao meu filho as coisas da forma como meu marido ensinaria. Entendeu? (Trecho do cine-debate- Escola Estadual Presidente Dutra).

Sendo assim, é possível a existência de uma família sem a figura paterna/ masculina desde que ela seja dirigida por mulheres, transformadas em pais. Na condição de mães do gênero masculino, são descritas como “duras” e menos afetuosas. Dirigirem suas famílias se apropriando do capital simbólico atribuído aos homens e desta forma conseguem “bom desempenho” como chefe de família. Desta maneira dão conta de educar econômica e moralmente seus filhos. Ao assim o fazerem, referendam a ordem simbólica fundada na dominação masculina e compartilham de suas estruturas de percepção, linguagem e de ação no mundo, como demonstra a fala de uma adolescente:

Minha mãe criou agente desde pequeno. Ela sempre falou pra mim, olha se o seu pai fosse vivo ele faria a mesma coisa que eu estou fazendo: não deixaria você namorar nessa idade ou chamaria sua atenção quando fizesse algo errado. (Trecho do cine-debate- Escola Estadual Presidente Dutra).

2.2.3.Uma vida partida: a busca pela origem ...

Emergiram dos encontros e das entrevistas realizadas reflexões sobre a importância e o direito de conhecer a origem biogenética. Vale ressaltar que a valorização da ascendência biológica para construção dos sentidos de parentesco está presente neste cenário, assim como em nossa esfera legislativa e em nossa prática jurídica.

A concepção biogenética do parentesco vem promovendo impactos na legislação brasileira. Um deles diz respeito, por exemplo, à mudança no Código Civil (2003) sobre a paternidade. Segundo Fonseca(2004), o Código Civil de 2003, ao abrir brechas para as possibilidades de contestação de paternidade²¹ instaurou legalmente a ideia de que tão somente a realidade biológica determina um estado de filiação.

Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8069/90, anterior a este código, também se baseia nesta na concepção biogenética de parentesco. Em consonância com o artigo 227 da nossa Constituição Federal de 1988, o (ECA), ao assegurar a condição de sujeitos de direito a todas as crianças e adolescentes, em seu artigo 27, garantiu o direito à

²¹Mantendo a ressalva (presente na Lei 5.860 datada de 1943) de que um registro de nascimento não pode ser vindicado, salvo provado erro ou falsidade do registro –, cf.FONSECA, 2004.

investigação do “estado de filiação” enquanto um direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, como pode ser visto abaixo.

Art. 27 – O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de justiça.

Está suposto neste artigo 27, além da integralidade de direitos da criança e do infante, a importância de que estes não sejam penalizados por motivos alheios às suas vontades. Considera-se, então, que independente do que queiram os genitores, uma pessoa tem o direito ao acesso as informações sobre sua origem biológica, bem como o direito a um nome, a um pai e a não ser discriminado em razão de sua ausência. Sendo assim, a Doutrina da Proteção Integral é utilizada para garantir o direito dos filhos a serem reconhecido por um pai biológico e aos efeitos legais do estado de filiação_ nome completo, composto pelo sobrenome paterno e dos avós paternos na certidão de nascimento. A propósito de assegurar toda a complexidade de sua identidade aos indivíduos está garantido um “direito à historicidade pessoal”, por meio do “reconhecimento do estado de filiação” ou “identidade genética”.

Segundo Klevenhusen (2005), o direito à origem biológica, ou seja, o reconhecimento à “identidade genética” pauta-se na ideia de que o ser humano é constituído por uma historicidade biológica. Para conhecê-la é necessário saber quem são os genitores que igualmente contribuíram para a existência de uma dada pessoa. Nesse sentido torna-se compreensível porque os exames de DNA têm adquirido valor no Direito brasileiro atual. Representa mecanismo de acesso à “identidade pessoal”, vista como notadamente genética.

Em consonância com estas ideias, a Lei 12010/09, conhecida como “Nova Lei de Adoção²²”, no art. 48 prevê que filhos adotivos tem também o direito à historicidade biológica.

Art. 48. O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar 18 (dezoito) anos.

Parágrafo único. O acesso ao processo de adoção poderá ser também deferido ao adotado menor de 18 (dezoito) anos, a seu pedido, assegurada orientação e assistência jurídica e psicológica.

²² Esta Lei dispõe sobre adoção e altera as Leis nº 8.069/90 de 13 de julho de 1990 (ECA), 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivo da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2001, e da Consolidação das Leis do Trabalho- CLT, aprovada pelo Decreto Lei nº 5452 e 1 de maio de 1943.

Retornando ao objeto deste artigo, dentre o universo pesquisado a discussão sobre a conhecimento à ascendência biológica como um direito não é unânime, mas se faz presente. Algumas pessoas ouvidas reconhecem o valor da informação sobre a origem biológica. Sobre isso uma aluna expressa:

Todo mundo tem direito de saber. O direito de saber é uma coisa sua. Mas, pai e mãe são os que criam. (Trecho retirado do cine-debate- CIEP)

No entanto, saber quem é o genitor ou genitora, nem sempre os transforma em pais ou mães. Ou seja, a aquisição da historicidade biológica pode não alterar relações porque o exercício parental pode ser visto como decorrente do afeto, do cuidado e não da consanguinidade. Mas, obter dados sobre um pai desconhecido, adquirir informações de parentesco²³ significa saber um pouco mais sobre si mesmo. Dito de outra maneira representa uma alteração na dimensão subjetiva, na construção da identidade pessoal, como expressou uma discente:

A gente que foi criada longe de pai e de mãe sabe... É claro que a gente supera né? A gente sobrevive. Mas a gente sente falta. Fica um vazio. Então assim, o filme ele mostrou que os filhos tinham curiosidade e interesse de conhecer o pai. Eu fui de uma família adotiva e com doze anos de idade fui conhecer minha família biológica. Então assim, por mais que eu tenha tido uma estrutura, pai e mãe, ficava aquela curiosidade, aquela vontade de saber da origem. Né? Assim, você foi um pedacinho de quem? Você pertence a quem? (Trecho do cine-debate- CIEP)

Outra participante conta que, mesmo morando com a mãe e o padrasto desejou conhecer o pai. Iniciativa não compreendida por seus familiares, sobretudo pelo marido da mãe. Segundo disse:

Eu resolvi procurar meu pai. Meu padrasto quando soube disse: “O que está faltando? Eu te dou carinho, te dou casa, te dou tudo.” Por que fui buscar o outro, entendeu? Mas ele deixou e disse: “Você quer ir, vai”. (Trecho do cine-debate - Escola Estadual Presidente Dutra).

Para alguns dos que estiveram nos cine-debates o fato de alguém não ter todas as informações sobre sua ascendência ou possuir apenas parte delas faz deste um ser humano “pela metade”. Por isso, descobrir a existência de um pai, chegar até ele e ser reconhecido como filho representa uma “completude”, como expressou uma aluna do CIEP:

²³CARSTEN, Janet. Constitutive Knowledge: tracing trajectories of information in new contexts of relatednes. *Antropological Quaterly*, , pp. 403-426,2007

No dia que você conhece seu pai, vê que ele tem metade de você. Quando conhece o seu pai, conhece os familiares do seu pai, os primos, o tio, o avô (...). Só quem vive isso sabe o que é. Muitos olham pra mim e falam “ai, é saudade”. Não, não é saudade. É uma falta que ocupa tudo. (Trecho do cine-debate-CIEP).

De forma distinta há casos em que a obtenção de dados sobre genitores modifica ou cria laços de parentalidade até então inexistente. Em conformidade com o que Finamori descreve em sua tese de doutoramento, o conhecimento a respeito da ascendência biológica raramente se restringe ao sentido identitário²⁴. Assim posto, descobrir quem é o pai ou mãe, ser reconhecido como filho (a) leva ao questionamento sobre o papel que esses “novos sujeitos” desempenharão e o lugar que ocuparão nas já estabelecidas relações de parentesco, como disse uma aluna:

Você espera uma coisa, você espera ser acolhido. Nem sempre você é bem recebido. Aí você descobre que aquele pai não é a pessoa que você esperava. É um irresponsável. (Trecho de cine-debate- Escola Estadual Presidente Dutra)

Em razão de surgirem expectativas sobre como será ter um pai, ocorrem também frustrações. Idealiza-se um comportamento do “novo pai” e, ao este se afastar do que fora imaginado, surgem sentimentos descritos como se fossem o de vivenciar “nova situação de abandono”. Segundo um discente da Escola Estadual Presidente Dutra, um dos poucos alunos do sexo masculino a se manifestarem:

Eu tenho um amigo que foi procurar o pai dele. E eu não faria a mesma coisa que ele. Não iria me dispor pra procurar meu pai porque, se meu pai me aparecesse, eu já iria ter uma rejeição. Eu preferiria ficar na minha, levar minha vida pra frente do que ficar procurando e ser rejeitado de novo. Ser rejeitado uma vez já é ruim, imagina duas. (Trecho do cine-debate-Escola Estadual Presidente Dutra)

2.2.4. Algumas considerações

As visões acima são provenientes de indivíduos ligados às suas famílias por filiação ou por laços conjugais. Trata-se de olhares de pessoas provenientes de famílias nucleares, constituídas por pai/mãe e filhos. Foram ouvidas também aquelas que residiam no mesmo

²⁴FINAMORI, Sabrina Deise, Os sentidos da paternidade: dos pais desconhecidos ao exame de DNA. 2012. 330 f.(Tese de doutoramento). Programa de Doutorado em Ciências Sociais.Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2012, p.192.

espaço doméstico com parentes de diferentes gerações_ como filhos, pais e avós, por exemplo. Participaram ainda dos debates os que habitavam com um dos genitores; os que moravam com um de seus pais em um contexto de novo arranjo familiar; e indivíduos que moravam sozinhos. Em grande maioria estas pessoas possuíam registro paterno, mantinham contato com o pai e diziam ter uma convivência mais estreita com suas mães.

Como pode ser visto estes jovens e adultos estudantes de escolas da rede pública de Seropédica afirmaram o lugar central da família em suas vidas. Consideraram-na *lócus* de construção de identidade, espaço de sustentação psíquica de crianças e adultos. Em termos organizacionais, pensaram-na estruturada na valência diferencial entre os gêneros, na supremacia do masculino, materializada na simbólica figura do pai. Em termos de concepção de parentesco, suas visões são, ao mesmo tempo, fundadas no primado da afetividade e na concepção biogenética. Por esta razão entendem que o conhecimento sobre a ascendência biológica é um direito e um veículo de construção de uma identidade pessoal capaz de criar e/ou alterar vínculos parentais preexistentes.

Vale ressaltar que o modelo acima descrito de uma família nuclear fundada na dominação masculina não é unânime no cenário atual brasileiro. Tem havido um crescimento de famílias *monoparentais* e novos arranjos familiares estão sendo compostos com casais homossexuais, por exemplo. A partir da pesquisa “A genetização do parentesco e o impacto sobre a questão da adoção”²⁵ foi possível apreender que diferentes modelos de família vêm sendo criados e estes nem sempre contam com a presença masculina. Sendo assim, vale investigar se dentre esses novos arranjos o lugar masculino é tão valorizado quanto para o universo descrito neste artigo. Por esta razão ressalta-se a importância da continuidade da pesquisa voltada para outros grupos de forma a poder comparar e relativizar os dados por ora apresentados com o propósito de ampliar os múltiplos sentidos sobre família, filiação e parentalidade

²⁵ RINALDI, Alessandra de Andrade. Solidariedade, localidade, filiação e a “nova cultura da adoção” no município do Rio de Janeiro. In: KLEVEHENSEN, Renata Braga. *Temas de Direitos Humanos 2*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. (no prelo); RINALDI, Alessandra de Andrade. A arte de lutar contra a natureza. In: LADVOCA, Cunthia; DIUANA, Solange(org.). *Guia de adoção: no jurídico, no social, no psicológico e na terapia familiar*. São Paulo: Roca, .. (no prelo).

3. Oficinas

3.1. Descrição de atividades

Temos por objetivo nesta parte do relatório apresentar a Oficina de vídeo desenvolvida pelo CULTIS no âmbito da extensão, projeto que se inicia em agosto de 2012, com um cine-debate promovido na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e termina, em seu segundo módulo, em abril de 2013. A oficina contou com a participação de alunos de graduação de diversos cursos da universidade, alunos das escolas estaduais do entorno e comunidade, tendo passado por ela cerca de 250 pessoas durante os meses em que funcionou, entre participantes do cine-debate, dos dois módulos da oficina e da mostra promovida pelos alunos.

Para divulgar as atividades do CULTIS, além da tradicional divulgação impressa, com confecção de cartazes e logotipos desenvolvidos pela professora Patricia Reinheimer, criamos e-mail próprio para o núcleo e no facebook, um grupo fechado de discussão para os participantes do módulo 2 (25 participantes) (https://www.facebook.com/groups/166572580165256/?ref=br_rs) e um perfil com aproximadamente 350 contatos (<https://www.facebook.com/cultis.ufrj?fref=ts>), canais preferenciais de divulgação dos eventos, atividades e orientação pública aos alunos quanto as atividades.

3.2. Seminário Interno CULTIS (22 de agosto de 2012)

Nossas atividades com a oficina se iniciaram dia 22 de agosto de 2012, uma quarta-feira, em reunião na casa da professora Patricia Reinheimer, com o que chamamos de Seminário interno. Este seminário tinha por objetivo fazer com que todos os integrantes do projeto tivessem a mesma leitura básica sobre antropologia e imagem as relações entre imagens da

cidade e imagens de famílias, temas que seriam abordados de forma permanente nos dois módulos da oficina.

Escolhemos uma manhã e convidamos todos os alunos bolsistas de extensão e iniciação científica do projeto (seis estudantes), além da presença de todas as professoras envolvidas no projeto. Fizemos uma conversa inicial sobre o que seria projeto, como pensamos em desenvolver as oficinas, que, conforme combinação anterior, ficaria sob responsabilidade de Carly Machado, Patricia Reinheimer e Ana Paula Alves Ribeiro. Com seleção prévia de dois filmes e três textos orientadores do debate, conversamos durante três horas sobre o que consistia a área de antropologia e imagem e como pensar as imagens (fotos e filmes) de família e cidade.

Para tratar das imagens de famílias na antropologia, escolhemos o texto *A noética do vídeo etnográfico*, de Claudia Fonseca, publicado em 1995 na revista Horizontes Antropológicos. Texto seminal na área de antropologia visual, a autora propõe uma reflexão sobre filmagens com famílias que tinham filhos adotivos em uma periferia de Porto Alegre nos anos 1990. Fruto deste trabalho de campo, o filme *Ciranda Cirandinha* (também de Claudia Fonseca, 27 min., 1994), lançado pela coleção Cinema e Antropologia/Inarra, também foi exibido para os participantes deste seminário interno. O filme, a partir do depoimento de mães, avós, madrinhas e crianças, mostra a trama das relações sociais que respaldam a circulação de crianças nos bairros populares em Porto Alegre e questões como filiação e maternidade, importantes para refletirmos sobre o próprio sentido do projeto.

Para conhecer projetos sobre a cidade, as expressões culturais da cidade e a produção da antropologia sobre o assunto, vimos *Lá do Leste*, de Carolina Caffé e Rose Satiko Gitirana Hikiji (28 min., 2010) e lemos um texto da própria Satiko, chamado *Imagens que afetam – filmes da quebrada e o filme da antropóloga*. Ambos são desdobramentos do trabalho desenvolvido por Rose Satiko e Carolina Caffé na Cidade Tiradentes, periferia de São Paulo, onde foi realizado um mapa cultural pelos próprios moradores, nos moldes teóricos da Antropologia Compartilhada apresentada pelo antropólogo Jean Rouch, cineasta fundamental nas discussões de Antropologia Visual. Escolhemos estes trabalhos pois

o filme segue a vida e as transformações do street dance, grafite e rap neste lugar considerado o maior complexo de conjuntos habitacionais populares da América Latina, marcado pela exclusão, no qual a população orchestra suas dificuldades com dinâmicas próprias de sociabilidade, moradia, e apropriação do território.

Como uma das pontas do projeto era a produção cultural da cidade de Seropédica, a integração dos alunos à cidade, suas participações na vida cultural do município além das atividades desenvolvidas por eles, consideramos o trabalho de Rose Satiko e Carolina Caffé interessantes para pensar estratégias de filmagens, relações desenvolvidas no campo, antropologia compartilhada e o trabalho com fotografia e filme de uma forma geral, pensando inclusive nas implicações éticas e estéticas da produção audiovisual.

Lemos ainda, na área de Antropologia Visual, um texto recente da professora da Universidade de São Paulo, Sylvia Caiuby Novaes, chamado *O Brasil em Imagens: Caminhos que antecedem e marcam a antropologia visual no Brasil* e publicado no livro **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil – Antropologia**, da ANPOCS e ficamos com a referência do filme *Jean Rouch – Subvertendo Fronteiras* (de Ana Lucia Ferraz, Edgar Teodoro da Cunha, Paula Morgado, Renato Sztutman, 41 min., 2000), que discute conceitos como cinema-verdade, etnoficção, antropologia compartilhada.

A leitura prévia dos textos e termos assistidos os filmes em grupo foi importante para aproximarmos os olhares que teríamos ao longo do processo da oficina, além de dar subsídios teóricos aos alunos que nos auxiliariam neste processo, fosse por que eram bolsistas das professoras envolvidas no projeto, fossem por que tinham interesse na área de audiovisual e atuariam nos meses seguintes como uma espécie de monitores nos módulos das oficinas.

Este momento também foi importante na preparação da equipe de pesquisa para o lançamento da oficina de vídeo, que aconteceria com um cine-debate, quase uma semana depois, no dia 28 de agosto.

3.3. Cine-Debate “Os descendentes” e lançamento da oficina de vídeo CULTIS.

No dia 28 de agosto fizemos o lançamento da oficina de vídeo CULTIS, com inscrições para o módulo 1 podendo ser realizadas na hora e por e-mail. Nosso objetivo era apresentar o grupo de pesquisa a comunidade acadêmica, explicar por quais caminhos iríamos trabalhar na oficina.

GRÁTIS

Oficina de vídeo e Cine-debate

Cine-Debate No lançamento da oficina de vídeo faremos um cine-debate com apresentação de um filme, seguido de debate sobre conteúdo e as técnicas de produção de imagem sobre famílias

Cine-Debate 28 de agosto de 2012

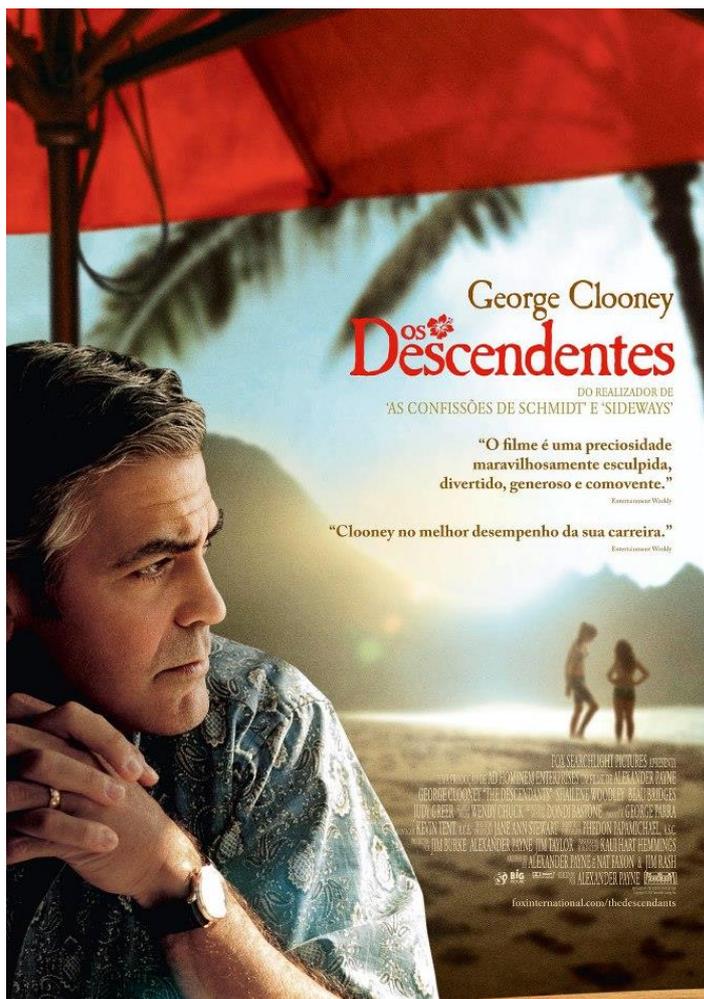
Oficina de vídeo

a partir de setembro

Aprenda a fazer filmes de curta-metragem com câmera digital e celulares

Inscrições e informações pelo email cultis.rj@gmail.com





OFICINA DE VIDEO CULTIS

3. 4.Módulo 1 (de 12 de setembro a 31 de outubro)

3.4.1. Descrição da oficina

Com a projeção de *Os Descendentes*, em agosto de 2012 foi lançada a outra dimensão do projeto: a oficina audiovisual. A primeira, sob responsabilidade das professoras Ana Paula Alves Ribeiro, Carly Machado e Patrícia Reinheimer, durou de 12 de setembro a 31 de outubro de 2012 e tratou de forma introdutória da linguagem audiovisual.

O objetivo desta Oficina, que foi planejada para funcionar em dois módulos pelo núcleo de pesquisa Cultis, era desenvolver competências de utilização da linguagem áudio-visual em jovens desta cidade para que estes formulassem seus próprios sentidos de filiação e parentalidade, cujo objetivo final era a produção de um documentário.

A oficina foi prática e os participantes tiveram a oportunidade de desenvolver os trabalhos, apresentados da forma que lhes conviesse, mas em conformidade das orientações específicas de cada semana. Discutiram a cidade de Seropédica, a universidade e as formas dos participantes se relacionarem com suas famílias. Em um primeiro momento, com dinâmicas voltadas para a desconstrução do olhar e muitas vezes sem equipamentos, os participantes foram estimulados a trabalhar com foco, enquadramento, intenção da imagem e captura da imagem. Apresentação dos equipamentos, e de noções de armazenamento e backup das imagens realizadas foram realizadas neste momento. Em uma segunda parte exercícios semanais eram realizados, priorizando a construção de roteiros e narrativas, análise do processo fílmico de cada um e os diferentes tipos de filme (documentários e filmes etnográficos, por exemplo) que poderiam ser realizados.

Cerca de 110 pessoas passaram pela oficina, embora apenas em torno de 40 a tenham feito integralmente o curso onde foram debatidas também questões referentes à memória e a ética no uso de imagens, reflexões sobre desenvolvimento tecnológico e seu impacto na produção de vídeos. Ao seu término foi organizada uma mostra de vídeos resultantes desse módulo.

3.4.2. Atividades organizadas

Iniciamos o Módulo 1 da Oficina de Vídeo no dia 12 de setembro, com cerca de aproximadamente 60 estudantes de diversos cursos da Rural e das escolas estaduais do entorno. Apresentamos os objetivos da oficina e optamos por não divulgar o cronograma preparado antecipadamente e ir, ao longo do processo, ‘sentindo a turma’: suas necessidades, conhecimentos prévios, desejos e demandas. A partir de técnicas de desconstrução do olhar desenvolvidas pelo fotógrafo e psicólogo Cláudio Feijó, fizemos uma dinâmica: em um primeiro momento, as pessoas deveriam andar pela sala, trabalhando a respiração, sentindo o espaço, conhecendo o ambiente. Deveriam logo após encontrar um par, de preferência alguém que não conhecesse e ficariam observando o colega por um tempo determinado.

Ambos deveriam criar uma história sobre aquele colega. Quem era? O que fazia? Quais seus sonhos, planos, desejos, criando uma narrativa sobre o outro. Depois seu par fazia o mesmo e por fim ambos conversaram sobre o que criaram, quais imagens vieram sobre os colegas.

Em um segundo momento, utilizando as duplas, formamos duas rodas, uma interna e outra externa. Quem estava dentro ficava de olhos fechados e ouvia os colegas passando e falando as imagens que tem do outro a primeira vista. A primeira palavra que vinha para definir o colega.

O objetivo desta primeira dinâmica era demonstrar que as imagens são criadas o tempo inteiro pelos olhos e fazemos filmes com os olhos e ouvidos antes da existência das câmeras. Criamos imagens dos outros antes de utilizar as lentes.

Após estas duas dinâmicas conversamos sobre as imagens, apresentando a oficina, o que a antropologia e a sociologia se relacionam com a produção das imagens e como estas são utilizadas hoje por muitas pessoas e estudadas em diversas disciplinas. Conversamos ainda sobre como imaginavam produzir imagens da cidade e imagens da família.

Utilizando o e-mail e o perfil do facebook para divulgação, pedimos que os participantes trouxessem como trabalho para o primeiro dia uma imagem, preferencialmente produzida por eles. Deveriam então falar por que gostavam daquela imagem e o que estas significavam para eles. Os resultados do primeiro dia foram bem surpreendentes, com uma turma que terminou a noite a vontade, falando das suas escolhas de imagens e em alguns casos, por que estavam fazendo a oficina. Tinham como trabalho de casa para a semana seguinte, trazer qualquer equipamento que produzisse imagem.

Iniciamos os trabalhos da semana seguinte (19 de setembro) com um feirão de equipamentos e manipulação destes. Nossa proposta inicial e objetivo era tocar nos



equipamentos, conhecê-los, conversar sobre a popularização das câmeras, os prós e contras de utilizar uma câmera digital ou celular para filmar. Como ligar a câmera, para que servem os cabos, cartões de memória, a função do backup, armazenamento de imagens.

Como exercício do dia decidimos trabalhar o foco. Levamos duas imagens para que eles pudessem recortar um retângulo e perceber o que é importante naquela imagem para cada um. Escolhemos quatro imagens com diversas possibilidades para que o trabalho ficasse mais rico,

de fotógrafos como Henri Cartier-Bresson, Margaret Bourke-White e José Medeiros, levamos tesouras, tiras de papel que serviram de referência ao cortar, duréx e folhas em branco para que eles pudessem colar e montar, criando novas possibilidades. Fizemos depois uma colagem no quadro do que foi produzido para que possamos reconhecer as diferenças de foco e olhares.

O objetivo do exercício era trabalhar com a escolha do olhar, do que queremos ou precisa ser mostrado. Paisagem? Prédios? Pessoas? Como escolher o que focar? Basicamente, como deveríamos pensar as imagens antes de produzi-las. Outras questões foram levantadas: como pensávamos as imagens com câmeras analógicas? E agora? Revisitamos nossos olhares? Como cuidamos das nossas imagens? Fotografar muito/Filmar muito? Fotografar pouco/Filmar pouco?

Estas questões, para quase todos que têm celulares com câmeras são relevantes, principalmente na produção e armazenamento destas. Neste sentido, utilizamos esta aula para explicar as diferenças entre câmeras analógicas e digitais, os diferentes tipos de cartões de



memória que existem, suas capacidades e velocidades, os melhores para fotografia, os melhores para filmagens, as possibilidades de backup e os diferentes tipos de compartilhamento e as redes sociais como estratégia de divulgação dos trabalhos produzidos com as imagens. Como exercício para casa pedimos a produção de dez fotos para a semana seguinte, com a ideia do foco sendo trabalhada.

Dia 26 de setembro: captura de imagem, foco, enquadramento.

A proposta e objetivo da nossa terceira aula era conversar e orientar a captura de imagem, o foco e o enquadramento, trabalhando a construção do recorte e a intenção da imagem. Nossa orientação era não fotografar muito, não filmar muito, pensar a imagem. Foi com esta orientação em mente que recebemos os sete ensaios dos alunos, alguns individuais, outros coletivos, totalizando setenta imagens (o limite era dez por pessoa/grupo) que foram analisadas em sala, pelas orientadoras e colegas.

Foi neste dia que começamos a perceber grupos sendo formados emais, uma intenção, como esteavamos propondo desde o primeiro dia, na produção das fotos. Fotografias de trânsito, do caminho entre a casa e a universidade, do cotidiano universitário, da natureza, dos colegas, da rotina de estudos nos diferentes cursos. Começamos também a conhecer melhor os alunos que estavam participando daquele módulo. Estudantes do ensino médio das escolas do entorno, matriculados em história, ciências sociais, biologia, hotelaria, engenharia florestal, arquitetura, belas-artes, professores da Rural, parentes dos alunos, todos interessados em conhecer um pouco mais sobre recursos audiovisuais.

Percebemos também, neste momento, que mais que construir possibilidades de filmagens do nosso documentário, estávamos capacitando aquelas pessoas a olhar, refletir e criticar as imagens de outra forma, assim como, possivelmente, instrumentalizá-las a trabalhar com as noções sobre estes recursos em seus próprios campos.

Neste dia também começamos a trabalhar com o que é roteiro, a partir das imagens produzidas por eles. Como o exercício era selecionar dez das imagens produzidas em uma sequência, que contasse uma história, queríamos com isso demonstrar que histórias podem ser pensadas e construídas com poucos recursos e podem ser curtas. Optamos por não passar trabalhos de casa e trabalhar na aula seguinte com curtas, pensando em duas dimensões bem distintas: a curadoria e o trabalho do curador, feito por nós e o a construção de roteiros, que deveria ser feito por eles no dia 3 de outubro.

Para este dia, combinamos que íamos trabalhar com construção de narrativas, histórias e seus roteiros. Em um primeiro momento tínhamos pensado em levar Histórias em Quadrinho e como se poderia reescrevê-las. Depois pensamos em algo mais adequado para nossa proposta e ao andamento da oficina, no caso, vídeos de um minuto. Selecionamos dez filmes do projeto Claro-curtas, que mostrassem histórias de família, dos bairros e cidades, crianças, amor, gênero e diversidade cultural. Em nossa conversa inicial, apontamos como havia sido feito o trabalho de curadoria, nossas escolhas e principalmente nossa restrição, que era: os filmes não poderiam passar de um minuto e meio. Assistimos juntos os dez filmes, pesamos os prós e contras de cada história, fazendo uma análise também em conjunto da estrutura de cada curta e de como eles haviam sido realizados, quais os possíveis equipamentos que foram usados, as escolhas estéticas, se havia recursos como legenda, tradução para a língua de sinais e etc. Após esta análise e as considerações dos integrantes da oficina, pedimos que eles produzissem um filme de até um minuto, de preferência editado, mesmo de forma simples e que esta edição fosse feita na própria câmera.

3.4.3. Exercícios e propostas de filmagens

Após o quarto encontro e a definição dos alunos mais assíduos e interessados, da formação de grupos e do retorno às aulas, já que havíamos começado a oficina durante a greve, começamos a trabalhar especificamente com exercícios de filmagem. Escolha do que filmar, reflexão sobre imagem, exercícios de foco, construção de roteiros e narrativas já haviam sido feitos, então era hora de colocar a mão na massa. Em um primeiro momento, pedimos para o dia 10 de outubro a produção de um filme-minuto como exercício para casa. Tivemos algumas produções interessantes sobre como estudavam, como ‘bandejavam’, momentos de lazer, encontros poéticos. Foi importante conhecer e analisar, sempre com a turma, sempre dando voz a eles próprios, o processo de filmagem de cada um e suas escolhas.

Na semana seguinte, dia 17 de outubro, a partir do que Angela Torresan orienta em seus workshops de filmes etnográficos, pensamos em três exercícios práticos, que deveriam ser realizados individualmente ou em grupo, em até 5 minutos.

Para o dia 17/10 pedimos que filmassem um PROCESSO com começo, meio e fim, sem entrevista. Contar uma história por meio das imagem. Nossa proposta e objetivo era analisar o processo fílmico de cada um e conversar sobre o que é filmar, o que é filmar um processo, e o que é filmar família e cidade.

Para o dia 24/10, pedimos que filmassem um TESTEMUNHO: captassem informações orais de uma forma diferente de entrevistas, mostrar os discursos integrados na vida dos protagonistas e fazer com que as pessoas conversassem entre si, a interação entre as pessoas e com o grupo fazendo aparecer o ambiente e o assunto. Nossa proposta e objetivo era analisar o processo fílmico de cada um e conversar sobre o que é filmar, o que é filmar um testemunho, a ética na captura de imagens e as implicações éticas na distribuição desta imagem. Explicamos rapidamente ainda o que era a edição e a importância da edição na finalização de um filme.

E para o último dia da oficina, 31/10, pedimos que filmassem um EVENTO: captar um evento com começo, meio e fim, podendo usar informações orais. Como nos dois exercícios anteriores, nossa

proposta e objetivo era analisar o processo fílmico de cada um e conversar sobre o que é filmar. Finalizamos o módulo 1 no dia 31 de outubro, da mesma forma que havíamos



trabalhado até então: assistindo e analisando o material produzido em casa.

3.4.4. – Resultados alcançados

Durante o período que durou a oficina foi interessante observar alguns movimentos dos participantes que se mostraram, a médio prazo, resultados do próprio trabalho. Alguns alunos aproveitaram a oficina como oportunidade de experimentações, temáticas e estéticas, filmando situações nas quais tinham interesse. Passamos a listar aqui alguns casos: um curta sobre o processo de fazer um presente para um filho, como a comunidade de Seropédica aproveita o campus da Rural aos finais de semana, processos de estudo durante a época de prova e o cotidiano de cursar a universidade, curtas sobre a locomoção para a universidade, festas populares, gênero e diversidade, suas próprias cidades de origem, religião, entre tantos bons curtas que foram apresentados na oficina nas semanas que durou.

Um outro resultado interessante foi perceber os alunos se organizando em grupos e montando equipes conforme afinidades e interesses. O surgimento do Coletivo Ornitorrinco (alunos de Hotelaria e Floresta), que produziu três curtas muito interessantes sobre a própria Rural (o primeiro sobre socialabilidade no campus, o segundo sobre a Rural como espaço de lazer em Seropédica e o terceiro sobre um funcionário da universidade), dos alunos das escolas públicas, que formaram um grupo e produziu curtas sobre o curso normal, a questão da profissionalização e as atividades nas escolas, a organização de uma dupla, que produziu dois curtas ótimos sobre umbanda e um sobre eleições municipais, o trio formado pelas alunas da arquitetura, que investiram em falar das questões do próprio curso e do cotidiano fora da universidade, o trabalho de Victor sobre sua cidade natal, Rezende, desenvolvido em três curtas, as alunas da biologia que decidiram investir posteriormente em outros cursos



**Mostra de fotografia e vídeo
CULTIS 2012**

O Cine Casulo apresenta os vídeos produzidos pelos participantes da oficina de vídeo oferecida pelo Cultis entre 12 de setembro e 31 de outubro, de 2012. Os produtores dos vídeos e as professoras do curso estarão debatendo a produção e conversando sobre documentários, antropologia e etnografia visual. Venha participar!!!

realização
CULTIS
CULTIS é um projeto de extensão da UFRRJ que promove a produção e a exibição de vídeos produzidos por alunos e professores do curso de Antropologia e Etnografia Visual.

apoiado por
FAPERJ
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

**28 de novembro
Gustavão - P1
18h**

BR-465, Km 7 - Seropédica
Rio de Janeiro CEP 23890-000
(0xx21) 2682-2935

UFRRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

audiovisuais fora da universidade.

3.4.5 – Avaliação dos alunos e Mostra de fotografia e vídeo CULTIS 2012

Os alunos avaliaram a oficina positivamente, mas ressaltaram que gostariam de aprofundar questões técnicas de filmagens, algo que ponderamos para oferecer no segundo módulo. Se entusiasmaram a ponto de propor uma atividade um mês depois do término da oficina, em parceria com o Cine-casulo, a Mostra de fotografia e vídeo CULTIS 2012, que contou com curadoria das professoras do CULTIS e apresentou, na noite de 28 de outubro, doze dos melhores trabalhos apresentados ao longo do curso. Finalizamos com entrega dos certificados de participação na oficina e de presença na Mostra e explicando como pretendíamos desenvolver o segundo módulo: desenvolver as atividades de janeiro a abril, com aulas voltadas à captura de imagens, orientação sobre filmagens da família e da cidade, orientação sobre o projeto Sem nome do pai e a visita de profissionais ligados a área de audiovisual. Além disso, a proposta de editar, ainda no módulo 2 ou em um possível módulo 3 edição do material capturado durante o processo e do documentário proposto no projeto.

4. Módulo 2 (De 16 de janeiro a 24 de abril de 2013)

O segundo módulo começou em janeiro de 2013 e tinha dezessete alunos que se dividiram, até o final do módulo, em equipes para produção, filmagem e edição. Possíveis personagens foram selecionados e leituras mais orientadas para o processo de filmagem sobre famílias e cidades foram sendo estimuladas e pesquisadas/levantadas pelos próprios participantes. Recebemos palestrantes em algumas aulas para falar de temas específicos, como produção de baixo orçamento, equipes reduzidas, roteiro, fotografia, iluminação, som e montagem. Este módulo foi dedicado principalmente para captura das imagens, sendo que um terceiro módulo será dedicado a edição final do documentário.

Além do documentário que está sendo produzido pelos alunos, estamos desenvolvendo artigos apresentando um relato de experiência de produção fotográfica e de vídeos de curta duração utilizando a linguagem das mídias digitais de fácil acesso, tais como celulares e *point and shoot* câmeras. Visamos discutir ainda nestes artigos, como essa oficina intensificou sua

forma de apreensão através das redes sociais e multiplicou seu impacto desdobrando-se em uma mostra organizada pelos próprios participantes. Essa experiência fez a posição de “realizadores” se deslocar entre os diversos agentes envolvidos, inserindo no escopo geral da proposta e no documentário em vista novas temáticas não inicialmente previstas, como a universidade, a cidade e a relação dessas com seus moradores.

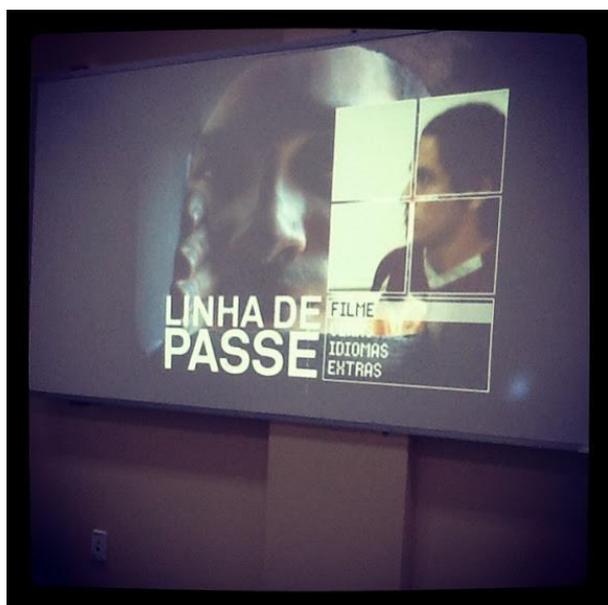
4.1 – Descrição das atividades

Planejamos para desenvolvermos neste segundo módulo, iniciar com um filme que tivesse como referência o projeto Sem nome do pai, e debater, logo no primeiro encontro, o próprio projeto. O filme escolhido foi um dos já trabalhados nos cine-debates anteriores, Linha de Passe, de Walter Salles. Para muitos alunos que não haviam assistido, o filme foi um bom começo para refletir sobre as nossas propostas com relação ao documentário que queríamos desenvolver.

Além disso, desta vez explicamos aos participantes como desenvolveríamos as atividades, semana a semana. Ainda como forma de agregar outros saberes, resolvemos convidar alguns colegas que pudessem explorar outras perspectivas ao trabalhar com audiovisual, além das nossas aulas. Convidamos dois colegas para falar de filmes coletivos e de baixo custo, uma colega para falar de filmes de pesquisa na área de antropologia visual, e por último, um colega montador, que falasse de edição de filmes com os alunos. Por uma questão de agenda não conseguimos convidar colegas para falar de produção, operação de câmera e som e curadoria.

Quem foram nossos alunos neste segundo módulo? Os que fizeram o primeiro conosco e tinham interesse não apenas em audiovisual, como também nas questões propostas pelo projeto, fosse as imagens da família, fosse as imagens da cidade. O grupo foi composto por dois (2) alunos das escolas estaduais, sete (7) de ciências sociais, três (3) de hotelaria, dois (2) de história, duas (2) de biologia e 1 (um) de engenharia florestal, além de três (3) eventuais visitantes dos cursos de belas-artes e licenciatura em educação no campo. Entre assíduos e visitantes, seis (5) eram homens e quinze (15) mulheres, com idades entre 16 e 26 anos. O grupo formado era um grupo coeso, colaborativo, interessado e proativo, que sugeria o

andamento do segundo módulo, contribuía com leituras relacionadas aos seus interesses e expressavam suas próprias demandas, inclusive que os auxiliassem nas suas trajetórias profissionais e nas atividades desenvolvidas nos projetos de extensão e de iniciação científica. Destes 17 assíduos, ao menos 10 foram até o final, em abril.



4.2 – Organização das atividades por datas

A oficina re-iniciou em 16 de janeiro, com a exibição e debate sobre o filme *Linha de Passe*, de Walter Salles (2008). Em sua sinopse, este filme é apresentado da seguinte forma:

São Paulo. 19 milhões de habitantes. 200 quilômetros diários de engarrafamento. 300 mil motoboys. No coração de uma das maiores metrópoles do mundo, quatro irmãos tentam reinventar suas vidas. Reginaldo, o mais novo, procura obstinadamente seu pai, que nunca conheceu. Dario, prestes a completar 18 anos, sonha com uma carreira como jogador de futebol profissional. Dinho, frentista em um posto de gasolina, busca na religião o refúgio para um passado obscuro. Dênis, o irmão mais velho, já é pai de um filho e ganha a vida como motoboy. No centro desta família está Cleusa, 42 anos, grávida do quinto filho. Ela trabalha duro como empregada doméstica enquanto luta para manter os filhos na linha. Para sobreviver à brutalidade de uma cidade onde as oportunidades se afinilam, eles só podem contar um com o outro.

Fonte: Wikipédia:

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Linha_de_Passe_\(filme\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Linha_de_Passe_(filme))

A exibição de *Linha de Passe* foi importante para apresentarmos o projeto Sem nome do pai e debatermos questões como família, ausência paterna, maternidade solitária, cidade, juventude, profissionalização e memória, alguns dos temas que nos interessava particularmente e nos preparou para as semanas seguintes, quando desenvolveríamos estes temas na prática.

Como primeiro exercício, para o dia 23 de janeiro, combinamos que levaríamos fotos de família, cartas, cartões, documentos. A proposta era explorar as imagens das famílias,

mexer nos baús das famílias, conversar com os familiares e saber um pouco mais da própria história.

No dia 23 de janeiro, o segundo encontro deste módulo foi importante para conhecermos um pouco melhor dos nossos participantes. Após dois meses trabalhando de forma intensiva no primeiro módulo e a consolidação dos vínculos de confiança entre os colegas, muitos se sentiram a vontade de expor suas próprias histórias de família, das cidades onde nasceram, quem eram seus pais e como percebiam suas próprias trajetórias familiares. Uma questão curiosa foi que uma parte significativa dos alunos contaram histórias de ausência paterna (relacionada ao pai biológico), desde a não convivência, passando por não conhecerem seus pais na infância e terem estabelecido contato apenas na idade adulta. Estas conversas foram surgindo ao longo da aula, que ia de 18h até 20h, e cuja proposta daquele dia era justamente “revirar baús familiares” e levar seu próprio acervo. Trabalhamos com os diferentes suportes em que vinham as fotos, já que tínhamos registros que iam desde os anos 1930, como os da professora Patricia Reinheimer, até a visualização das fotos digitais no computador, levadas pelos alunos.

Estávamos orientadas teoricamente por textos de memória e imagens da família, em textos escritos por antropólogos especialistas no tema, como Clarice Peixoto, Joon Ho Kim, Bárbara Copque e César Augusto Ferreira de Carvalho. Disponibilizamos estes textos, que discutiam filmagens e fotografias de família, aos alunos e demos como exercício para a semana seguinte a produção da imagem das suas próprias famílias, exercício que foi apresentado no dia 30 de janeiro. Fotos de sobrinhos, primos, avôs e avós, pais e mães, foram analisadas em grupo durante duas horas, intercaladas com os comentários das professoras e colegas sobre como estas imagens poderiam ser produzidas e absorvidas em um futuro documentário. Demos como referências outros trabalhos que desenvolviam a temática da família como objeto, principalmente documentários como *Construção*, de Carolina Sá e Elena (naquele momento ainda em produção), de Petra Costa. Falamos dos recursos utilizados por Edurado Coutinho e Sandra Kogut, principalmente em *Jogo de Cena* e *Passaporte Húngaro*, respectivamente, como boas referências para filmar histórias de famílias e das nossas próprias famílias.

Como no dia 30 de janeiro já estávamos em nosso terceiro encontro, fizemos ainda um balance do que havia sido aquele primeiro mês. Algumas demandas apontadas era de que eles queriam mais material e mais textos para ler e referências. Pediram que organizássemos as aulas de forma a cobrar melhor os trabalhos, já que eles precisavam ter mais segurança e se

organizar melhor também. Que começássemos a pensar efetivamente os documentários, dividíssemos as equipes e pensássemos nas funções dentro da equipe. Diante de tais demandas, acordamos que chamaríamos logo após o carnaval dois colegas que poderiam conversar com eles sobre produções coletivas.



23 de janeiro

(Imagens de famílias)



No dia 6 de fevereiro de 2013, recebemos a visita de um aluno da universidade que havia sabido do projeto e se disponibilizou a dar um depoimento sobre seu caso. Ele ainda não

conhecia o pai biológico, havia sido criado pelos avós maternos e nutria uma intensa vontade de conviver com a família paterna. O depoimento deste aluno foi filmado e ao longo deste módulo, acompanhamos sua história, tendo voltado a filmá-lo nas últimas semanas do curso. Com a sua autorização estamos trabalhando em seu material, decupando o material para que possa ser incorporado ao documentário. Fizemos o recesso do carnaval e retornamos dia 20 de fevereiro, com a aula de dois colegas, Rodrigo Dutra e Marcelo Lima. Ao convidá-los explicitamos que estávamos desenvolvendo uma oficina de vídeo desde agosto de 2012 e que no primeiro módulo trabalhamos mais com a construção do olhar e com uma sensibilização à utilização dos equipamentos e que neste módulo, os alunos fariam coletivamente um documentário sobre nossos projetos, que envolvem família e cidade em Seropédica, que recebíamos alunos de diversos cursos e que um encontro de compartilhamento de experiências seria bem interessante ao projeto.

Este primeiro encontro acabou servindo de base aos dois posteriores, tanto na maneira como escolhemos os colegas, convidamos e como a turma recebeu as dicas, orientações e referências de colegas mais experientes.

Escolhemos dois colegas que poderiam compartilhar a sua experiência profissional com os alunos da oficina e que, como tínhamos entrado na fase de dividir as equipes para a produção chamamos dois para falar das diversas fases da produção de um filme e que o primeiro encontro seria dedicado a conversar sobre grupos que desenvolvem projetos audiovisuais.

Fizemos uma roda de conversa de uma hora e meia que denominamos *PANORAMA DA PRODUÇÃO INDEPENDENTE NO AUDIOVISUAL*. Marcelo está desenvolvendo três projetos atualmente (outubro de 2013): um sobre Jacob do Bandolim, outro sobre a Cidade dos Meninos e filmando 'Presente', filme sobre Marcos Bonfim, artista plástico de Duque de Caxias. Tem inserção no Cineclubes Mate com Angu, de Duque de Caxias e larga experiência em produção coletiva. Rodrigo Dutra é historiador, estudou Cinema e Novas Mídias na Itália. Com mais de 15 filmes feitos no formato colaborativo e de baixo orçamento ganhou o CINECUFA 2011 de melhor documentário, o RECINE 2011 de melhor filme de oficina, o prêmio especial ANGU DE OURO, representou o Brasil na Mostra TAMU JUNTO realizado em Moçambique e na Itália ganhou o concurso da Vale di Lanzo com o documentário *Sopra la Città, Sotto La Montagna*. Ambos fazem parte do Coletivo de produção cultural e audiovisual Macaco Chinês, de Duque de Caxias [<https://www.facebook.com/pages/Macaco-Chinês/531276003605736>].

Vimos "Coturnos e Bicicletas"²⁶, filme realizado na Oficina do RECINE 2011 e com direção coletiva de Bárbara Moraes, Luisa Pitanga, Julia Barreto, Livia Uchoa e Rodrigo Dutra. Além de batermos um papo sobre o filme, outras questões importantes para nós surgiram, tais como a produção coletiva, equipamentos, soluções de baixo custo, equipe reduzida e divisão de tarefas, a necessidade de estar sempre vendo filmes e a importância de uma boa pesquisa. Rodrigo deixou para o acervo do CULTIS o filme Solano Trindade - O Vento Forte do Levante²⁷, que foi revisto em trechos nas aulas posteriores. Alguns filmes citados neste encontro:

- Ladrões de bicicleta, de Vittorio De Sica;
- Garapa, de José Padilha;
- Arquitetos do Poder, de Vicente Ferraz e Alessandra Aldé;
- Recife Frio, de Kléber Mendonça Filho;
- Prisioneiros da grade de ferro (auto-retratos), de Paulo Sacramento;
- Tiros em Columbine, de Michael Moore;
- Estamira, de Marcos Prado;
- Daquele instante em diante, de Rogério Velloso;
- Os filmes de Glauber Rocha;
- Os filmes de Nelson Pereira dos Santos, principalmente Rio 40 graus, Rio Zona Norte e Memórias do Cárcere.



Após o encontro, Marcelo e Rodrigo deixaram estas mensagens para a turma:

²⁶ Coturnos e Bicicletas: http://www.youtube.com/watch?v=EQqS7_YRxBM (Direção coletiva: Bárbara Moraes, Luisa Pitanga, Julia Barreto, Livia Uchoa e Rodrigo Dutra)

²⁷ Solano Trindade - O Vento Forte do Levante (documentário de Rodrigo Dutra): <http://www.youtube.com/watch?v=ZkSEjmK5b8s>

Rodrigo Dutra: "Foi um grande prazer estar com vocês. Que venham mais encontros como esses!!!!"

Marcelo Lima: "Agradeço pela grande oportunidade, foi muito bacana esse encontro, que venham mais!"

Nos dias 13 e 20 de março trabalhamos com a mesma questão: Reflexões sobre a filmagem de famílias. Como 3o exercício, filmar depoimentos, histórias de famílias, entrevistas com pessoas com mais de 50 anos e estimular a pergunta de onde as famílias vieram. Recebemos alguns trabalhos interessantes, não apenas de filmagens realizadas entre a própria família, mas também algumas realizadas na cidade de Seropédica, com moradores desconhecidos do grupo. Estas também foram semanas importantes para fazermos campo. Enquanto parte da turma filmava e selecionavam possíveis personagens, com outros dois dos alunos da oficina, as professoras percorreram a cidade filmando e fotografando, conversando com moradores e fazendo imagens de cobertura que serão utilizadas na montagem do documentário, contextualizando o cenário e a cidade.

Aproveitando o mês de março que tiramos para conversar e produzir justamente sobre filmagens da cidade e das famílias dos alunos e as de Seropédica, convidamos Cecília Figueiredo, jornalista e documentarista que trabalha principalmente com os temas socioambientais e é doutoranda em Psicossociologia e Ecologia Social pela UFRJ. Cecília nos propôs apresentar o vídeo Carroceiros e falar um pouco sobre o processo de montagem deste trabalho, que é ao mesmo fruto do trabalho de pesquisa e reflexão do grupo NATI da Rural e que, com os olhares dos fotógrafos e com seu olhar de editora, ganhou um tom mais poético e sensorial. A partir deste trabalho ela falaria sobre o processo de dar corpo ao material gravado e as diversas possibilidades de iniciar uma montagem. Os dois vídeos que escolhidos são recentes e falam sobre temas próximos, pois o primeiro é feito em Seropédica e o segundo na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e discute a invisibilidade da agricultura na região.

A Palestra *CAMINHOS DIVERSOS NA ELABORAÇÃO DE VÍDEOS NO CONTEXTO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS* aconteceu no dia 27/3, e conversamos naquele momento sobre temas como participação em projetos de pesquisa e recursos audiovisuais, antropologia visual, produção de filmes, projetos por encomenda, autoria, montagem e soluções poéticas no

audiovisual. Assistimos seus últimos trabalhos: "A Agricultura mora em mim" [<https://vimeo.com/55602335>] e "Carroceiros" [<http://vimeo.com/38255301>].

Os filmes indicados neste encontro foram:

- Só dez por cento é mentira - A desbiografia oficial do poeta Manoel de Barros, de Pedro Cezar (2008)
- Luna e Cinara, de Clara Linhart (2012)
- Pequenos tormentos da vida, de Gustavo Spolidoro (2006)
- Os filmes do Jorge Furtado, entre eles: Ilha das Flores (1989); O homem que copiava (2003), Saneamento Básico, o filme (2007)
- Os filmes produzidos pela Casa de Cinema de Porto Alegre [<http://casacinepoa.com.br/>]

Indicamos ainda, para conhecer mais o trabalho da Cecília, o endereço da sua produtora, a Cipó Caboclo Vídeos é <http://cipocaboclovideos.wordpress.com/>.

No dia seguinte a palestra, Cecília deixou a seguinte mensagem para a turma: "Eu adorei conhecer o grupo e o trabalho de vocês. Eu gosto muito de falar destes temas e trocar com



peças que estão vibrando nesta sintonia. Fiquei muito contente em saber que a questão da imagem, do vídeo e de tudo que está implicado nesta linguagem dentro das pesquisas sociais ainda rendem boas conversas na academia. Com o desejo de continuar próxima. Beijos"

Entramos no último mês da oficina e no 3 de abril, fizemos, a partir de um computador e do data show, uma aula sobre programas de edição e exercícios de decupagem e edição. Esta aula foi dada por um aluno que estava nos acompanhando desde o primeiro módulo, e que estava estudando, com o auxílio da oficina e por conta própria, todos os elementos de uma carreira no audiovisual. Com seu interesse, este aluno havia conseguido em emprego na Secretaria Municipal de Cultural de Seropédica e esta fazendo videos institucionais. Super interessado, virou uma espécie de líder e orientador dos outros colegas e passou a estar mais próximo de nós. Nos mesmos moldes que vínhamos trabalhando, ele montou uma aula, apresentou o programa de edição e explicou como funcionava para a turma, antecipando algumas questões que serao trabalhadas no terceiro módulo.

Faltando apenas duas aulas para terminar nosso segundo módulo, recebemos no dia 10 de abril três visitas. Duas para reforçar os depoimentos sobre famílias e um colega para falar dos processos de autoria na montagem de trabalhos. A disponibilidade de um aluno compartilhar novamente a sua história com a família paterna, falando do processo de reconhecimento de paternidade,



assim como a de um colega, professor, em contar sua trajetória familiar para a turma, foram fundamentais para pensarmos os rumos que gostaríamos de dar ao roteiro do documentário.

Tivemos ainda a palestra *MONTAG[EM]TRANSE*, feita pelo ensaísta visual (em cinema e vídeo) Renato Vallone. Renato tem filmado nos últimos anos manifestações sociais e religiosas na cidade do Rio de Janeiro. Ele conversou conosco sobre filmagem e montagem em transe, desenho de som, sample de imagens e direitos autorais.

Vimos alguns de seus trabalhos, disponíveis em sua página no Vimeo [<http://vimeo.com/vallone>], no Youtube [<http://www.youtube.com/user/RVallone>] ou na página da Aruac Produções [<http://vimeo.com/aruac>]:

m a r i a m a r i a (REcine, 2010);

ó d o d ó (Carnaval, 2012);

r o n c ó (2012);

E o teaser da série para TV, ainda inédita, 'FOUCAULT - Loucura & Desrazão', da qual é montador (série de 12 episódios dirigidos por Eryk Rocha).

Algumas das influências citadas foram:

- Carmelo Bene;
- Geraldo Sarno;
- Pier Paolo Pasolini;
- Glauber Rocha;
- Georges Bataille;
- Antonin Artaud;
- Franz Kafka.



No dia seguinte ele deixou o seguinte recado para nossa turma: "É sempre muito gratificante pra mim, sair de uma palestra ou uma aula, onde exponho o meu trabalho e meu processo de fazer filmes, e ver que os olhos e os corações ganharam um brilho a mais em direção ao cinema! Obrigado Cultis UFRRJ! Contem comigo!"

No último dia do segundo módulo, 24 de abril, combinamos o que seria filmado no recesso, das tarefas dos grupos e disponibilizamos um tempo para os próprios grupos conversarem e fazerem os planos de produção.

Combinamos nos organizar da seguinte maneira:

Grupos - Conforme conversamos dividimos a turma da oficina em três grupos para melhor organização. Grupo 1) San, Thainá, Ju Brasil, Ju Borges e Priscila. Grupo 2) Vitor, Catarina, Melqui, Dirlene e Gabrielle. Grupo 3) Ju Brasil, Igor, Marília, Matheus, Ana Paula e Jamille.

Temas: família e cidade. Se tivessem tempo, pensar tanto as imagens produzidas no laboratório como os depoimentos. O que combinamos que vamos fazer?

Igor: depoimentos de família em Londres e imagens da vida estudantil em Londres. Brighton

Ju Brasil: imagens da liberdade feminina por meio da bicicleta. Arquitetura, cidade, juntar arquitetura e patrimônio, grades e portões de Seropédica, de onde vem?

San e sua equipe: depoimento do Lôndero. Mãos do Lôndero. Imagens da ausência paterna, (dona Catarina, rua 7 casa 181), dona Maria.

Ju Borges: A ideia do abrigo. Mães que moram nos alojamentos. E pais também. Thainá quer filmar a moça argentina com bebê que vende artesanato no P1.

Catarina, Melqui, Dirlene e Gabi: filmam moto, bicicletas, Renato Dutra. Gabi quer explorar mais, filmando e fotografando Seropédica. Melqui prefere encontrar o tema. Catarina filma paisagem.

Marlon: filma os homens de laranja, os construtores.

Catarina e Marlon filmam cavalgada.

Catarina, festas em junho.

(trecho de mensagem trocada com os participantes)

Mensagem de 19 de junho de 2013

Querid@s oficineir@s,

Nos reunimos ontem e queremos compartilhar nossa conversa com vocês.

Após dois módulos da oficina e de meses conversando sobre a produção de imagens, precisamos sistematizar o que temos para pensarmos o documentário e sua posterior edição.

Como a produção do documentário está diretamente ligada ao projeto Sem nome do pai, que tem pensado as dimensões e representações familiares, além da cidade e cultura em Seropédica, chegamos a conclusão que temos algumas tarefas pela frente:

- 1) Transcrição do material filmado, principalmente dos depoimentos do segundo módulo da oficina. Pensamos em alguns bolsistas e alunos da oficina para esta tarefa, vamos entrar em contato;*
- 2) Entrevistas com alguns possíveis personagens, que embasariam o roteiro. Carly ficará responsável pelas entrevistas;*
- 3) Entrega e sistematização do que foi produzido por vocês durante o recesso.*
- 4) Assistir e decupar previamente o material audiovisual produzido por vocês. Tarefa de Patrícia e Ana Paula;*
- 5) Construção do roteiro.*

Como pensamos em sistematizar essas etapas:

Para construção do roteiro imaginamos usar algumas das histórias que foram aparecendo ao longo das oficinas. Algumas mais abertamente, outras nem tanto. As que foram sistematicamente apresentadas na oficina deverão ser transcritas e as outras serão sistematizadas através de entrevistas realizadas pela professora Carly, já que ela de fato não conhece as histórias e poderá conduzir os entrevistados a "recontarem pela primeira vez".

As histórias, depois de sistematizadas serão entregues a outras pessoas que irão recontá-las para serem gravadas. Assim, não estaremos usando nem o nome, nem a voz dos "donos das histórias". Pensamos algumas soluções para isso, mas ainda não batemos o martelo, o que faremos junto com vocês.

As histórias que imaginamos para conduzirem o documentário vão por inbox, assim como os nomes daqueles que pensamos poderiam ficar responsáveis pela transcrição e os que serão entrevistados pela Carly. Se alguém mais achar que tem uma história que poderia entrar no documentário, por favor, se pronuncie. Não estamos fechadas nas que vão por inbox.

Isso vai por inbox

- 1) Darlan (transcrição a cargo de Ana Paula?)*
- 2) Nathan (transcrição a cargo de Juliana Borges?)*
- 3) Catarina*
- 4) Igor*
- 5) Juliana Brasil*
- 6) San*

As transcrições devem estar prontas até 20 de julho. Assim, pedimos às responsáveis que procurem a professora Patricia, quarta ou sexta, na parte da manhã, na sala dos professores para pegar o material para a tarefa.

Vocês ficaram de produzir imagens durante o recesso. Pedimos que aqueles que tiverem feito isso, levem esse material para a Patricia, naqueles dias e horário acima, para que esse material possa ser organizado.

Ana Paula e Patrícia estarão, enquanto são transcritas, entrevistadas e sistematizadas as histórias, assistindo todo o material produzido em imagens para começar a identificar linguagens a partir das quais construir o documentário. Assim que marcarmos esses encontros (que acontecerão no Rio), avisaremos a todos. Quem quiser participar será bem vindo.

Depois de sistematizado tudo, teremos alguns encontros na Rural para assistir novamente ao material a partir de algumas seleções realizadas no encontro entre Patricia e Ana Paula (e quem mais vier) para discutirmos juntos a construção do roteiro, a seleção de imagens e decidir se há necessidade de produção de novas imagens.

Assim, nossos encontros serão mais pontuais, menos frequentes. Isso significa que vocês serão avisad@s com antecedência das reuniões e elas não serão semanais.

(mensagem trocada com os participantes)

4.3.Possíveis conclusões

Vimos, ao longo dos meses de agosto de 2012 a abril de 2013, em seus dois módulos, um projeto começar a se consolidar. Este projeto diz respeito ao Sem nome do Pai e ao engajamento que os alunos da oficina tiveram à ele, sua aderência e disponibilidade em compartilhar suas trajetórias familiares, nos dando hoje a certeza que um documentário sobre subrepresentações da paternidade e a cidade de Seropédica só é possível de ser feito por que esta turma confiou o suficiente para construir um roteiro no qual estavam incluídos e se vissem representados.

Por outro lado, este mesmo engajamento e paixão são vistos nas transformações e uma maior segurança nas trajetórias acadêmicas destes alunos. Hoje dois alunos do ensino médio estão estudando para seguir carreira na área de comunicação. Um tem trabalhado de forma intensiva com audiovisual. Duas investem na fotografia, sendo que uma delas tem participado como assistente de direção e fotografia em um documentário. Esta hoje cursa também uma escolar de audiovisual (Oi Kabum), assim como sua colega tem trabalhado como produtora da CUFA – Central Única de Favelas. Ao menos três deste grupo investiram também na Antropologia Visual.

Neste momento (outubro de 2013) estamos revendo o material filmado e construindo um roteiro que contemple o que foi a experiência da oficina e sua inserção no projeto.

A oficina não está desenvolvendo atividades desde maio de 2013, mas pretendemos retomar com um terceiro módulo, o da edição efetiva do filme, tão logo consigamos espaço para montagem de todo equipamento, que comporte de 15 a 20 alunos. A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro expandiu seus cursos, e por consequência quadros docentes e discentes e ainda não há espaço para desenvolvimento de todos os laboratórios e atividades pretendidas.

Em que se pese esta informação, continuamos em contato com os alunos em um grupo fechado no Facebook, compartilhando informações importantes ao projeto, a antropologia e a área de antropologia e imagem.

5. Levantamento cultural

“La cultura es un discurso, un lenguaje, y como tal no tiene principio ni fin y siempre está en transformación, ya que busca constantemente la manera de significar lo que no alcanza a significar. Es verdad que al ser comparado con otros discursos de importancia el político, el económico, el social, el discurso cultural es el que más se resiste al cambio. Su deseo intrínseco, puede decirse, es uno de conservación, puesto que está ligado al deseo ancestral de los grupos humanos de diferenciarse lo más posible unos de otros. De ahí que podamos hablar de formas culturales más o menos regionales, nacionales, subcontinentales y aun continentales. Pero esto en modo alguno niega la heterogeneidad de tales formas. Un artefacto sincrético no es una síntesis, sino un significativo hecho de diferencias (la isla que se repite. Antonio Benítez Rojo, 1989: xxvi-xxvii apud Martínez-Echazábal, 1996).

A investigação acerca da produção cultural em Seropédica se iniciou através da observação das atividades seropedicenses em seu cotidiano. Essa ação foi executada principalmente a partir da observação participante em eventos locais e entrevistas com responsáveis pelas Secretarias de Educação e de Cultura e Turismo do município, mas também contou com o apoio de dados de estatísticas oficiais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), arquivos da imprensa local e a produção acadêmica sobre o município, a região onde se insere e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Logo de início, ao questionarmos sobre a produção cultural em Seropédica encontramos duas linhas distintas de argumento enfatizadas pelas pessoas: 1) uma nas atividades rurais como a produção de mel a partir da apicultura ou a produção de geleias caseiras e 2) outra da indissociabilidade entre o município e a universidade, assinalando a importância de alunos e professores na efetivação de atividades culturais para o município.

Uma atividade organizada dentro da universidade, com a produção de moradores da região é a feira de artesanato que acontece mensalmente no pavilhão central do prédio da reitoria da UFRRJ. Essa feira é constituída por senhoras da terceira idade que apresentam sua produção artesanal. Os produtos são utilitários como porta canetas e bolsas feitas com folha de bananeiras, panos de prato bordados, flores feitas de tecido, passadeiras em crochê,

bombons de chocolate, toalhas de banho bordadas entre outros. Entretanto, para a maioria dessas senhoras, essa atividade não é prioritária sendo o complemento de outras atividades.

O município é destituído de aparelhos culturais como cinemas, teatros, salas de exposição. A não ser pela universidade que tem espaços que oferecem tais possibilidades, apenas os municípios do entorno, como Campo Grande ou Itajaí, possuem cinemas. A Secretaria de Estado de Cultura enumera 9 espaços culturais públicos na região da Baixada Fluminense²⁸. No entanto, grande parte desses espaços não tem atividades continuadas. Uma solução alternativa aos espaços públicos mal administrados tem sido o cineclubismo, atividade que tem crescido nessa região. Em Duque de Caxias, o Mate com Angu já completa 11 anos e o Buraco do Getúlio, em Nova Iguaçu, 7 anos.

Os espaços da universidade assim são aqueles nos quais se encontram grupos de produção cultural (música, teatro, vídeo, pintura, escultura etc.), mas que em geral se apresentam dentro da universidade, com pouca ou nenhuma divulgação para fora da instituição. Grande parte desses grupos tem relação com projetos de pesquisa, extensão ou PIBID de professores da instituição. Portanto, a quantidade e o tipo de produção cultural desenvolvida pelos grupos varia conforme o início e o fim dos projetos, assim como o ingresso de alunos e a conclusão de seus cursos.

Na intenção de investigar os temas em torno dos quais a Secretaria de Educação do Município trabalhava e sua articulação possível com a Secretaria de Cultura e Turismo, entrevistamos alguns funcionários desses departamentos. A Secretaria de Educação tem fundado suas ações em torno do tema do meio ambiente e da sustentabilidade. Diversas atividades são desenvolvidas em parceria com departamentos e professores da UFRRJ.

O impacto da universidade sobre o imaginário local pode ser parcialmente apreendido pela presença da imagem do prédio da reitoria em diversos materiais impressos usados pelas entidades públicas locais. Assim o desenho da capa da agenda da secretaria no ano de 2011 era a fachada desse prédio, assim como a logomarca da prefeitura.

Na Secretaria de Cultura e Turismo de Seropédica a intenção foi investigar se havia algum projeto político voltado para a cultura e a forma como o turismo era encarado, já que se trata de uma cidade dormitório para a maioria de seus moradores e pela qual passam quase exclusivamente caminhoneiros rumo outras cidades, funcionários da UFRRJ que trabalham na cidade e alunos que passam períodos mais ou menos prolongados, em geral voltando para suas casas nos fins de semana, recessos e férias.

²⁸ Ver anexo 1

Seropédica é uma cidade próxima da Zona Oeste do município do Rio de Janeiro e é frequentemente vista como uma “região de fronteira” entre os universos urbano e rural (Damasceno e Duarte, 2009). Um dos municípios da Baixada Fluminense, junto com Japeri, Queimados, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Mesquita, São João de Meriti, Nilópolis, Duque de Caxias e Magé, a cidade teve em seu passado histórico-cultural, em meados século XIX, a proteção e sociedade de sua Majestade Imperial, Dom Pedro II, na Imperial Companhia Seropédica Fluminense. Dirigida por José Pereira Tavares, a fazenda cultivava a amoreira, criava o bicho da seda, produzia o fio e exportava esse tecido. A sericultura foi o que deu origem ao nome do município.

Nessa época, o município, ainda parte do município de Itajaí, contava também com atividades rurais em grande escala. A crise da cafeicultura, no final do século XIX, resultou em um esvaziamento populacional e um período de decadência. No começo do século XX, a instalação da indústria têxtil no antigo distrito de Paracambi e obras de saneamento na Baixada Fluminense trouxeram novamente movimento à região. Na década de 1940, testemunhou-se um momento de valorização fundiária por conta da implantação da Companhia Siderúrgica Nacional, da construção de rodovias federais, entre elas a via Dutra, da industrialização do Vale do Paraíba e da crescente urbanização de cidades vizinhas, como o Rio de Janeiro (Silveira, 2009).

Em 1938, iniciaram-se as obras do Centro Nacional de Estudos e Pesquisas Agronômicas, onde hoje funciona a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). As origens da UFRRJ remontam ao ano de 1910, quando o Decreto nº 8.319 criou a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, instalada em 1913. A partir de então, a sede da Instituição foi transferida várias até ocupar seu atual campus, no Km 47, da antiga Estrada Rio-São Paulo. “Permaneceu vinculada ao Ministério da Agricultura desde sua criação até o ano de 1967, quando passou a integrar o Ministério da Educação e Cultura, ocasião em que assumiu sua atual designação” (Otranto, 2005). Além da UFRRJ, o município conta ainda com a circulação de uma vasta gama de profissionais qualificados, pesquisadores, documentos e tecnologia devido à presença de outros centros de pesquisa, como EMBRAPA, PESAGRO, IBAMA e CTUR.

Geograficamente situada na Baixada de Sepetiba e banhada pela bacia do rio Guandu, Seropédica está próxima do Porto de Sepetiba, contando também com uma rica diversidade

“natural”²⁹. Devido principalmente à água subterrânea, seu subsolo é adequado a vários tipos de cultivos (familiar, orgânico e tradicional), assim como a pecuária e ao aproveitamento da água para diferentes destinos (saneamento ambiental e instalação de indústrias). Circundam o noroeste e o norte do município as Serras do Catumbi e da Cambraia, que apresentam fragmentos expressivos de Mata Atlântica e manancial hídrico de superfície (Silva e Stella, 2006). Ainda assim, “o município possui pouca autonomia econômica, sendo sua principal atividade a extração de areia para uso na construção civil, praticada por várias empresas mineradoras da região”³⁰.

Em 1997, Seropédica emancipou-se de Itaguaí, tornando-se um município independente. A história política dessa modificação estatutária ainda está por ser feita. No entanto, em nossa incursão à Secretaria de Cultura e Turismo nos foi apresentada a ideia de um projeto político explícito de construção identitária da região. A transição entre os governos Lula e Dilma, em 2011, que suspenderam o programa dos Pontos de Cultura, assim como a dificuldade em descobrir produtores culturais locais associados a esse discurso de construção de uma identidade particular para o município nos levou a transformar o projeto de elaboração de um mapeamento cultural visando a possível elaboração de um projeto de Ponto de Cultura para a região em uma investigação acerca desse projeto político. Foi assim que foi apresentado à Faperj o projeto “Da seda à chita: *Seropédica como espaço de observação empírica dos processos de produção e reprodução de memória e identidades regionais*”.

Um survey inicial colocou-nos em contato com ações por parte dos órgãos públicos locais que apontavam para um processo cujo horizonte era o resgate de uma memória perdida, ainda que a partir de referenciais novos, como base para a construção de uma identidade municipal.

Vimos assim, que a Secretaria de Educação vinha fundado suas ações pedagógicas no, ano de 2011, em torno do meio ambiente e da sustentabilidade, tendo como horizonte a diversidade de paisagens da região da Baixada Fluminense, enquanto a Secretaria de Cultura apostava em algumas características “agrestes”³¹ do município de Seropédica, investindo nas quadrilhas juninas, nos bailes de música, mas também no carnaval local e no mapeamento do patrimônio histórico. Essas ações pareciam estar em parte fundamentadas no lançamento, em

²⁹ Compreendemos com Roy Ellen que “as concepções de natureza variam histórica e etnograficamente e são, portanto, elas mesmas intrinsecamente culturais” (Ellen, 1996:103). Assim, o uso do termo natural aqui é uma figura de linguagem do senso comum para se referir à diversidade paisagística da região.

³⁰ Portal de turismo, roteiros do Brasil, **Região Baixada Fluminense**: <http://www.ferias.tur.br/informacoes/7088/seropedica-rj.html>

³¹ Categoria utilizada várias vezes pela secretária de cultura. Entrevista concedida à pesquisadora, em 25/10/2011.

2003, do Plano Nacional de Turismo (PNT) e, em 2004, do Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil, pelo Ministério do Turismo. O interesse expresso pela secretária de cultura estava em aproveitar a passagem de caminhoneiros pelo município, desenvolvendo a dimensão turística da região através da construção de uma identidade distintiva.

A investigação preliminar mostrou que as ações da Secretaria de Cultura vinham sendo desenvolvidas majoritariamente entre os alunos da rede de ensino fundamental e médio das escolas municipais. O dia da cultura, comemorado no dia 8 de novembro (ao invés de 5, que é a data oficial), foi celebrado no campus da UFRRJ e contou com a participação das escolas locais e da *FAMUSE* – Banda Marcial Municipal de Seropédica. As escolas apresentaram danças temáticas referidas a identidades estereotipadas como dança dos índios, na qual as crianças se vestiram com roupas feitas de juta e penas coloridas.

Para além da dimensão do estereótipo do índio, aparecia nessa programação uma forma de construir um contraste entre o que seria uma identidade propriamente seropedicense e o que seriam outras formas de identidade. Esse evento foi apresentado no Centro de Artes e Cultura – CAC, da UFRRJ, uma espécie de extensão universitária que fornece mão de obra, através de alunos e professores que ministram cursos diversos para a população local. A coordenadora do CAC era até o início de 2013 também Secretária de Cultura do município. Assim, existia uma relação estreita entre a UFRRJ e essa secretaria.

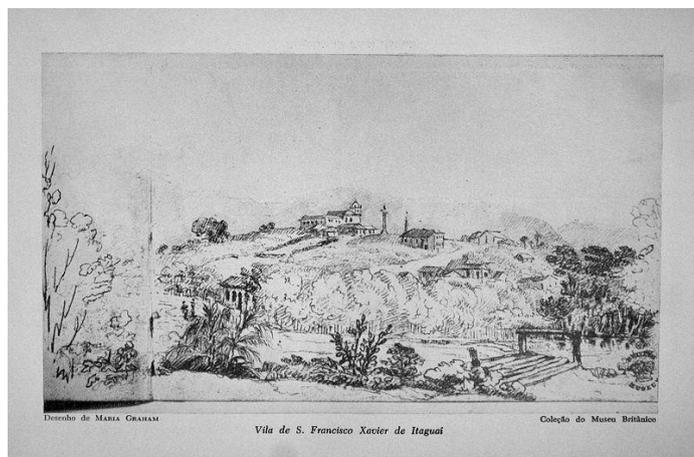
A convivência com a universidade torna a cidade palco de uma série de eventos nos quais se encontram os estudantes e os moradores. O município aparece assim como um espaço configuracional no qual se pode observar formas urbanas particulares (repúblicas de alunos, residências particulares, empreendimentos comerciais que delimitam espaços distintos de sociabilidade em Seropédica), distintos cenários de produção cultural (a diversa variedade de projetos culturais existentes na universidade, a produção musical local, a produção carnavalesca, dentre outras), assim como referentes de representações identitárias destacadas (as representações variáveis que trazem as levadas de alunos que se renovam a cada ano se misturam com as representações municipais que se transformaram ao longo da história do município e os ideais de construção identitária das secretarias municipais). Portanto, para falar da produção cultural de Seropédica e de uma identidade para a cidade, temos que observar também da produção cultural de alunos e professores da UFRRJ.

O projeto político de construção de uma identidade municipal procura inserir os moradores em um sistema de classificação que os localiza hierarquicamente numa posição distinta daquela de moradores de beira de estrada (os bairros de Seropédica são nomeados

através de sua localização em relação à BR 465, ou seja, o Centro é conhecido como Km 49, o bairro da Boa Esperança é conhecido como Km 43, e assim por diante). Entretanto, uma das características que parece mais marcante no município é o fluxo contínuo de atores sociais - estudantes, professores, viajantes, comerciantes - que passam por períodos mais ou menos longos pela cidade. Assim, podemos resumir o objetivo principal dessa investigação como a observação das formas através das quais as produções culturais encontradas em Seropédica podem ser causa e consequência de percepções circunstanciais acerca do município.

Seropédica ultrapassa as fronteiras municipais delimitadas pela administração pública e se apresenta como um espaço complexo de relações sociais atravessado pela história local e pelas histórias individuais de alunos, professores, moradores e visitantes. As representações simbólicas locais acerca desse município enquanto entidade coletiva de pertencimento se constitui por demarcações em face de terceiros (políticos, intelectuais, visitantes) – mutáveis, manipuláveis e de caráter circunstancial – e não por contornos precisos como nas definições administrativas e cartográficas (Cordeiro e Costa, 1999). A unidade que se situa entre “o rural e o urbano” e que está implícita no nome Seropédica como espaço de proposição e desenvolvimento de políticas culturais não pode então ser tomada como unidade de análise reificada aprioristicamente, mas deve ser problematizada nos diversos aspectos aqui esboçados.

Como muitos dos municípios do Rio de Janeiro emancipados ao longo dos anos 80, Seropédica não dispõe ainda de dados próprios, como também não tem um Centro de Documentação Histórica. Suas informações estatísticas estão em geral agregadas às de seu antigo município-sede, Itaguaí.



Vila de São Francisco Xavier de Itaguaí - 1823, Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada neste país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823, de Maria Graham. Coleção Brasileira, Volume 8, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1956. Disponível em formato

eletrônico: <http://www.brasiliana.com.br/obras/diario-de-uma-viagem-ao-brasil-e-de-uma-estada-nesse-pais-durante-parte-dos-anos-de-1821-1822-e-1823/preambulo/44/>

Conforme Cyro Corrêa Lyra a denominação Seropédica, criada no século XVII, significa “onde se faz ou onde se trata de seda” (LYRA, 2006). A qualidade da seda acabou dando nome à cidade e colocando o Brasil em lugar de destaque entre os maiores produtores de seda do mundo. Está distante 119 km da cidade do Rio de Janeiro, município recém-emancipado da Baixada Fluminense, faz limite com Nova Iguaçu, Queimados, Japeri, Paracambi e Itaguaí.

Essa região é reconhecida como área conflituosa no que diz respeito à política. “*Nos primeiros oito anos de vida (1997/2005), Seropédica foi lançada num mar de lama e descrédito. Perseguição à oposição, extorsão, apropriação indébita do dinheiro público, dívidas com os governos federal, estadual e investidores foram iniciados neste período*”. (PESSOA, Gilberto. ***Fato inédito em Seropédica***. Disponível em <<http://focopopular.blogspot.com.br/2012/07/foco-inedito-em-seropedica.html>>. Acesso em 11 de setembro de 2012).

Conforme a população seropedicense, os conflitos na história de Seropédica são antigos. No entanto, mesmo com uma política marcada por conflitos, a população procura se afirmar através de um discurso que enfatiza uma qualidade de vida vinculada às representações de um município rural. Nesse sentido, prevalece a representação de ruralidade por oposição às representações de uma área urbana destituída de atividades de lazer e de serviços variados que aparece em outros momentos nos discursos dos moradores. Na faixa produzida por uma professora, por exemplo, afirma-se a convivência dos conflitos locais com a performatização do imaginário de felicidade da vida local.



Fotografia: Marlon Bruno Nascimento Morais - Estagiário do Centro de Memória da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, 07 de setembro de 2012.

5.1. Identidade como processo cultural de produção social de memória

Cultura é a categoria a partir da qual a antropologia se constituiu enquanto disciplina científica no final do século XIX e início do século XX. O termo, entretanto, tem uma longa história anterior e um desenvolvimento posterior principalmente a partir do último terço do século XX que o torna impreciso e exige esclarecimentos. Historicamente o termo teve seu surgimento a partir da relação com o cultivo da natureza. Foi somente no século XVIII que a palavra se desligou de adjetivos tendo se tornado uma entidade em si (Eagleton, 2000).

Etimologicamente o termo conduz ao deslocamento da ênfase na vida rural para a existência urbana, do cultivo da natureza para uma metáfora da expansão espiritual e intelectual e traz consigo uma carga semântica paradoxal que inclui da autoridade religiosa (representada através de palavras como culto) a afinidades com a ideia de ocupação e invasão (como nos termos colono e colonialismo). Outra ambigüidade do termo pode ser mais facilmente compreendida se fizermos uma distinção heurística entre a noção de 'cultura' no sentido normativo e 'cultura' em sentido antropológico amplo no qual o termo só pode ser

compreendido a partir da descrição dos valores e significados de grupos específicos. Em todos os sentidos aqui esboçados, a “cultura” é frequentemente naturalizada como um dom, obliterando-se no senso comum o caráter socialmente construído.

Essa naturalização contribui para a essencialização de identidades, congelando o que é por si mesmo um processo em constante transformação, a identificação e diferenciação situacional entre grupos e indivíduos. Foi assim que, principalmente a partir do começo do século XX, diversos estados nacionais lançaram mão das manifestações artísticas como forma de construir identidades nacionais tomando de empréstimo elementos dos chamados povos primitivos de forma a se diferenciarem entre si e das “civilizações” européias, às quais a modernidade legítima era atribuída.

Na antiguidade, estava implícito nessa atitude o que Elizabeth Travassos (1997) denominou “paradoxo do primitivismo”, ou seja, a ideia de que a representação de gente simples, como os pastores e a idealização de uma vida perto da natureza estaria conectada à promessa de libertação através de um mundo remoto e exótico. A diferença desse resgate do primitivo no modernismo é que no século XX o primitivo estava relacionado à ideia de identidade – individual e coletiva – que estaria manifesta na história, na língua, nas instituições sociais, nas formas de governo e de expressão artística.

Essa noção de identidade foi o estímulo que levou à coleta de canções e contos populares no final do século XVIII europeu e no Brasil, no começo do século XX. Esse impulso de uma busca pelo primitivo tinha então, em sua base, oposições tais como natural e artificial, primitivo e civilizado ou tradicional e moderno, rótulos valorativos que adquirem diferentes conotações dependendo do período e contexto em que possam ser observados. Dentro dos estados nacionais, diversas identidades foram sendo também construídas como parte da contradição entre a ideia de homogeneidades nacionais e a diversidade de grupos que as constituíram.

A noção de identidade foi popularizada por Erik Erickson nos anos 50 e, inicialmente relacionada ao self, adquiriu diversos outros sentidos e, assim como a noção de memória, perdeu precisão de significado na proporção inversa com que ganhou em poder retórico. Para Gillis, identidade e memória são co-dependentes uma da outra já que “o significado central da identidade de um grupo ou indivíduo, isto é, uma sensação de continuidade através do tempo e do espaço, é sustentada pela lembrança e o que é lembrado é definido pela assumida identidade” (1994:3). A ideia de resgate da memória e da identidade como algo que pode ser perdido ou encontrado são formas de tratar essas noções como objetos materiais, obliterando

o fato de que estas não são coisas fixas, mas representações, construções da realidade, fenômenos subjetivos que se transformam ao longo do tempo.

Levar em consideração que as tradições (Hobsbawm e Ranger, 1984) e as culturas (Wagner, 2010) são inventadas deveria contribuir para a decodificação das identidades na intenção de desvendar as relações que elas criam e sustentam. Entretanto, as recentes investigações sobre ‘invenção’ de culturas e tradições, particularmente associadas a políticas nacionalistas e étnicas, tem resultado no emprego reificante de noções de nação, grupo étnico, cultura e tradição.

Apesar da constatação de que estes não são fenômenos estáticos, mas processos contínuos de construção e negociação, a reificação é um problema epistemológico que permeia nossa visão de mundo científica de forma que ao tentarmos descartar alguns acabamos aplicando outros em seu lugar. Esse é o caso do conceito de identidade que foi usado como forma de fugir a noções como tradição e grupo étnico. Ainda que esteja claro que a cultura é construída, destruída e reconstruída na medida em que as pessoas se apropriam de suas identidades, é importante uma investigação sobre o uso da ideia de identidade (Handler, 1994).

Glazer and Moynihan (1975) identificaram a etnicidade como um instrumento para obtenção ou defesa de interesses políticos comuns. Cohen (1974), por sua vez, identificou a etnicidade como um instrumento para obtenção ou defesa de interesses econômicos comuns. O mesmo pode ser atribuído a noção de identidade. Entretanto, se por um lado, os símbolos são essencialmente objetivos, pois uma vez aceitos coletivamente eles desenvolvem uma realidade própria, tornando-se obrigatórios e exercitando constrangimentos nos indivíduos, por outro, os rótulos étnicos e regionais não são meramente construtos intelectuais neutros, pois existe uma forte dose de sentimentos e emoções agregados a esses símbolos.

As identidades são construções simbólicas através das quais os indivíduos e grupos percebem seu pertencimento étnico e/ou regional. Essas construções são, em grande medida, consequência de identidades sociais constituídas “a partir da ideia de pertencimento a coletividades culturalmente definidas e, eventualmente, referidas a territórios específicos” (Seyferth, 1995:57) que são, por sua vez, resultado de múltiplos eixos de classificação social de natureza étnica e regional que coexistem nas ‘sociedades modernas’. Esses eixos classificatórios têm influência na realidade objetiva das pessoas definindo para estas, condutas, direitos e deveres condicionados pelas posições sociais que ocupam nessa sociedade.

Para Seyferth, “A compreensão da identidade (étnica, regional) como processo social depende da noção de identidade múltipla – quer dizer, a identidade é plural, embora uma classificação étnica, por exemplo, possa se sobrepor a todas as outras, dado o seu grau de visibilidade social. Isto não significa que a identidade social possa ser definida simplesmente como a soma de *status* e papéis individuais” (Seyferth, 1995:57). As identidades são formadas por processos sociais derivados da dialética entre indivíduo e sociedade e, apesar de certo grau de cristalização elas são mantidas, modificadas e remodeladas pelas relações sociais (Seyferth, 1995:58).

Segundo Seyferth (2001), os fenômenos da identidade, etnicidade, regionalismo e nacionalismo são fenômenos relacionados, isto é, ainda que de naturezas distintas, todos dizem respeito às diferenças. O que está em jogo na identidade regional é, sobretudo, representações de cultura e território. Stuart Hall (2003) também já chamou atenção para a dimensão simbólica da cultura ao apresentar as “culturas nacionais” como discursos que produzem sentidos sobre as nações e com os quais se constroem identidades. Para tratar do regionalismo como representação (simbólica) sobre a cultura, Seyferth se apropria da noção de região da forma elaborada por Bourdieu (2000) para argumentar que esta é “mais do que expressão de um espaço geográfico, é uma representação simbólica, portanto, uma construção cultural ... um objeto de lutas entre agentes de diferentes campos do saber” (Seyferth, 2001:180).

As regiões podem assim ser inventadas – no sentido que Hobsbawm e Ranger conferem ao termo – como uma realidade objetiva numa arena de disputas em torno da representação de Nação. Faz parte da invenção das regiões a tensão entre o local e o nacional, que se apresenta de formas diferentes em distintos lugares. Nesse sentido, o folclore aparece para autores como Herzfeld (2003), como o ramo de estudo a partir do qual as especificidades locais e regionais reivindicam autoridade frente às imposições acadêmicas e burocráticas de homogeneidade modernista. A fluidez dos limites geográficos e simbólicos das fronteiras físicas e simbólicas são assim objetivados em disputas pela participação em uma cultura brasileira através da demarcação de dimensões específicas no interior das quais cada região contribui com sua especificidade.

Entretanto, as representações precisam de lastro na empiria para se enraizarem, além de serem instituídas a partir do referencial biográfico de quem as constrói. O recurso à culinária é uma das formas através das quais as identidades étnicas muitas vezes são construídas, por passarem por cima de distinções de classe e terem profundidade histórica,

remetendo para uma classificação nos domínios do folclórico (Seyferth, 2001). É como lastro empírico desse processo de construção de identidade que se pode analisar as memórias selecionadas para serem lembradas, as comemorações, o patrimônio histórico e cultural que vem sendo mapeado e desenvolvido e a natureza da região que aparece como objeto de propostas pedagógicas da secretaria de educação, em Seropédica.

Segundo Gillis (1994), a memória moderna não se constrói apenas a partir da sensação de rompimento com o passado, mas de certa consciência das representações conflituosas do passado e do esforço de cada grupo em fazer prevalecer sua versão como base para sua identidade. É assim que compreendemos as referências feitas ao cultivo da amora, a confecção de geléias da fruta e o enaltecimento das qualidades terapêuticas do chá feito com a folha da amoreira (planta que alimenta os bichos da seda e que era plantada na região no período que se considera seu apogeu histórico). No processo de construção das identidades nacionais ao longo do século XIX e primeira metade do século XX, as autenticidades nacionais foram construídas a partir de uma oposição entre a ideia de homogeneidade nacional e as especificidades regionais, assim como do “paradoxo do primitivismo” (Travassos, 1996) que buscava a construção de modernidades a partir das tradições.

Segundo Gillis, “o ‘trabalho da memória’, como qualquer outro tipo de trabalho mental ou físico está imerso em relações complexas de classe, gênero e poder que determinam o que é lembrado (ou esquecido), por quem e com que finalidade” (Gillis, 1994:3). Se pensarmos a partir da ideia de um sistema classificatório, toda identidade implica e esconde um relacionamento particular no qual uma determinada identidade (nacional, étnica, regional etc.) só existe em relação a outras que são construídas e mantidas. “Identidades e memórias não são coisas *sobre* as quais pensamos, mas coisas *através* das quais pensamos. Como tais, elas não têm existência além de nossas políticas, nossas relações sociais e nossas histórias” (Gillis, 1994:5). Assim, todas as reivindicações de identidade envolvem escolhas que afetam a nós e aos outros. A memória é constantemente revista para se adequar às necessidades da identidade corrente

Pollak (1992) argumenta que, se a *priori*, a memória parece ser um fenômeno individual, Maurice Halbwachs, sublinhou o caráter coletivo e social do fenômeno que está sempre submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes. Entretanto o autor destaca também que “existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis”. Os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva são acontecimentos, personagens e lugares vividos direta ou indiretamente. No entanto, é “perfeitamente possível que, por

meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada” (Pollak, 1992). Para Pollak, nos aspectos mais públicos, as comemorações podem ser os lugares de apoio da memória. Acontecimentos, personagens e lugares, conhecidos direta ou indiretamente, podem dizer respeito a acontecimentos, personagens e lugares empiricamente fundados em fatos concretos, mas pode também ser a projeção de outros eventos.

Levar em consideração que as tradições são inventadas (Hobsbawm e Ranger, 1984) contribui para a decodificação das identidades na intenção de desvendar as relações que elas criam e sustentam. As atividades comemorativas são o espaço para construção e renovação das tradições. Essas atividades são ao mesmo tempo políticas e sociais por envolverem a coordenação de memórias individuais e coletivas que, apesar aparecerem como consenso, são o produto de disputas e até de aniquilação em alguns casos. As festas organizadas em Seropédica pela prefeitura e as secretarias municipais podem então ser locais de observação da objetivação desse projeto político de construção identitária para a região.

Em relação ao patrimônio, Handler (1988) argumenta que falar em patrimônio é ver a cultura nacional como propriedade e a nação como um indivíduo coletivo proprietário (property-owning ‘collective individual’). Assim o conceito tipifica a idéia de uma lógica objetificante que permite imaginar a vida humana como um objeto delimitado no tempo e no espaço ou associado à propriedade de um grupo particular que é imaginado como limitado territorial e historicamente. “A posse de uma herança é considerado uma prova crucial da existência nacional.” (Handler, 1988:142).

O trabalho de inventariar o patrimônio com extensos relatórios fotográficos, cuja intenção seja de preservar a memória dos objetos e ajudar na tarefa de conservar e preservar foi uma das formas através das quais o mercado das nacionalidades, que se formou ao longo do século XIX, se organizou. Esse mercado é parte de um sistema de classificação social que funciona não só ao nível do prestígio entre nações, isto é, numa dimensão institucional, mas também entre os indivíduos. Assim, colecionar antiguidades de outro país era, no século XIX, como colecionar troféus da ‘conquista’ de um povo estranho. Os debates em torno da questão das devoluções de objetos etnográficos e artísticos se refere a esses processos.

No Quebec, Handler identificou como objetivo desse investimento aumentar a consciência histórica e “desenvolver um espírito patriótico, assim como dar aos turistas uma imagem melhor da nação” (Handler, 1988:145). Handler mostra que dentre as várias coisas

que podem ser consideradas patrimônio de uma nação, a natureza é uma delas. No romantismo a natureza foi vista como integrada ao homem, assim o meio definia o caráter de um povo, as raças seriam a um tempo delimitadas espacialmente em relação ao clima etc. No Brasil, a natureza foi vista como parte integrante de nossa identidade. Em Seropédica, a fauna, a flora, o rio Guandu e as serras do entorno tem sido exaltadas como constituintes de uma especificidade regional. Mas mais significativo que isso parece ser o projeto de mapeamento do patrimônio histórico empreendido pela secretaria de cultura do município que apresenta novamente esse vínculo forjado entre um passado histórico e o presente como se houvesse uma continuidade cultural que se mantivesse ainda que os grupos sociais e as atividades desses tenham se transformado.

Weber (1999) ressalta a questão do poder como eixo central do processo de construção de comunidades. Para o autor, esses grupos existem em função de uma ação comum, positiva ou negativa, que faz com que a virtualidade de um grupo o transforme em uma comunidade. A comunidade política pode se fundar a partir de um sentimento de compartilhamento de parentesco de origem – fundamentada ou não. Uma comunidade ou um sentimento de parentesco pode ocorrer com base em memórias comuns de migrações ou colonização, por exemplo. Assim, os efeitos da adaptação e da memória anterior a fenômenos de migração, por exemplo, pode servir como fonte de “sentimentos de lugar”. No caso de Seropédica, a emancipação parece ser o marco histórico para a construção dessa origem.

Handler (1988) se apropriando da ideia weberiana de uma origem, fundamentada ou não, fala de uma “naturalização da cultura” (46) na qual se o indivíduo equivale à espécie, os traços culturais acabam aparecendo como entidades naturais. Assim, os seropedienses naturalmente deveriam gostar das festas juninas e da comida “agreste”, pois não haveria escolha a não ser o que eles devem naturalmente ser. Sendo assim, uma investigação sobre a construção da identidade seropedicense pode lançar luzes sobre os processos gerais de construção de identidades regionais e as consequências desses na vida cotidiana das pessoas.

Eixos de uma “identidade seropedicense”

Um dos eixos norteadores do discurso de construção de uma “identidade seropedicense” defendido pela Secretaria da Cultura e Turismo de Seropédica - SECULT foi a ideia de resgatar os sítios históricos existentes na região. Entretanto, ao longo da pesquisa não encontramos nenhuma atitude por parte dos representantes do município em relação aos sítios

históricos. A Fábrica “Imperial Companhia Seropédica Fluminense”, por exemplo, às margens da antiga rodovia Rio-São Paulo, tem como sede um prédio do século XIX que se deteriora.

Na Revista de História da Biblioteca Nacional, na sessão patrimônios em perigo, Igor Mello (2008) faz o alerta. “A fábrica não é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico - IPHAN, nem por qualquer outro órgão”. O município também parece não ter planos para o lugar. Tal descaso parece contradizer o discurso da Secretaria de Cultura e Turismo, haja vista que a fábrica cidade significa a origem do próprio nome da cidade, e, portanto importante referência como lugar de memória para a construção da identidade local.

Em termos históricos, no Município de Itaguaí, encontram-se monumentos em homenagem ao Barão de Tefé e ao Dr. Fernando Costa, Ministro da agricultura, que deu apoio à implantação definitiva do *campus* da UFRRJ, em 1947. A emancipação da cidade e a tentativa de construção de uma identidade para Seropédica distinta daquela de espaço rural e de violência há uma tentativa de identificar alguns atores da história da região através da atribuição de seus nomes às instituições públicas.

Na entrevista com a Secretária de Cultura e Turismo percebemos as referências a esses atores históricos a partir dos símbolos municipais. Assim, o nome de José Pereira Tavares foi mencionado com relação à construção das primeiras edificações no município. O historiador da região José Nazareth de Souza Fróes (2000), descreveu José Pereira Tavares como o sujeito mais significativo para a cidade, ainda 2º Distrito da cidade de Itaguaí, foi. Nascido na Província do Rio Grande Sul, após fracasso nos negócios familiares, ele teria se mudado para a Província do Rio de Janeiro, estabelecendo-se nesse Distrito. Dedicando-se à prática da Sericultura, José Pereira Tavares teria então atraído a atenção para essa região.

Mencionar seu nome, assim como cultivar e divulgar os benefícios da folha de amoreira são formas através das quais a secretária de cultura e turismo procura resgatar uma memória que inseria Seropédica em um sistema econômico e simbólico de prestígio para a cidade.

A valorização das áreas ecológicas e dos parques naturais, como a Floresta Nacional Mário Xavier, ou Horto Florestal como é conhecida pelos moradores da cidade, também já foram elementos de destaque na construção das representações sobre a cidade, como observamos na primeira logomarca da prefeitura, após a emancipação. Ganha destaque ali uma paisagem natural que remonta à floresta, aos morros e aos parques locais.



2004 - 2008. Antiga logomarca da Prefeitura Municipal de Seropédica. (A frase mudou ainda nessa logomarca de “Governo do Povo” para “Juntos pelo Progresso”).

No entanto, fez parte do projeto político da nova prefeitura uma representação de modernidade que se apoiava na relação com a produção de conhecimento simbolizada pela UFRRJ, por um lado, e na história local, por outro. Assim, a presença de um campo pesquisa e inovações tecnológicas, assim como a aliança da universidade para melhoria da qualidade da educação e desenvolvimento da cidade aparecem na logomarca da prefeitura atual.



2008 – 2012 e 2012 - 2014. Atual logomarca da Prefeitura Municipal de Seropédica.

O trabalho da Secretaria de Educação, por sua vez, promove uma interação nas escolas do município, elaborando projetos que estimulam os jovens moradores da cidade através de eventos festivos que procuram fazer coincidir as características da religiosidade local com festividades nacionais, inserindo o município no conjunto da diversidade de identidades componentes da nacionalidade brasileira. Acontecem assim, apresentações artísticas e culturais no Centro de Arte e Cultura – CAC – da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, nas datas comemorativas, como o aniversário da cidade, dia do trabalho e o dia da cultura. Essas atrações são apresentadas tendo a comunidade como público. Entretanto, são as festas juninas e julinas que mais marcam a memória dos moradores da região.

A *XIII Festa Caipira de Seropédica* aconteceu nos dias 13 e 14 de julho de 2012, no chamado de “Km 49” da BR 465/ Rio - São Paulo, reconhecido como “Centro” de Seropédica. O evento contou com a participação de todas as escolas municipais. Assim professores, alunos, funcionários, assim como a Secretária de Educação e sua equipe tomaram parte no evento que contava com um concurso para a melhor apresentação da quadrilha e barraca típica. O ganhador levaria uma televisão de 29’ como troféu.

A representação estereotipada do “caipira” que se encontra nas festas juninas dos centros urbanos não constituía característica das roupas dos participantes dessa festa. Os trajes daqueles que estavam disputando a quadrilha eram ricamente ornados, ou seja, calças jeans com remendos ou rasgos e camisas quadriculadas, para rapazes e maquiagem simulando sardas no rosto e tranças no cabelo, para moças não estavam presentes. A quadrilha se parecia com uma festa importante como aquelas representativas de identidades regionais (o boi de Parintins ou o carnaval do Rio) e durante todo o evento ouvia-se ao fundo o narrador “[...] Esse governo também sabe fazer um lê lê lê lê [...]”.

Após as apresentações das escolas, as diretoras foram convidadas a subir ao palco, momento embalado por som apresentado por um DJ, quando a comissão composta por vários moradores avaliou e decidiu que o troféu de primeiro lugar e a que escola a televisão deveria ser destinada. A vencedora foi a Escola Municipal José de Abreu.

Ao final da avaliação, apresentou-se a “Quadrilha Junina Flor de Lírio”, um grupo que foi fundado com a criação do novo município. Percebemos assim que a data das festividades juninas são representativas da criação do município autônomo de

Seropédica, cuja fundação/emancipação é comemorada em 13 de julho. As festas juninas cujas origens são muitas vezes remontadas ao catolicismo³² também estão relacionadas com a identidade nordestina. É em junho que se agradece aos três santos católicos, São Pedro, São João e Santo Antônio, assim como se agradece pelas chuvas. A relação com o Nordeste brasileiro está explícita no tema do ano de 2012, “São João do Nordeste”. Ainda que com o som da quadrilha se podia ouvir ao fundo “[...] *16 anos de História, 16 anos de Glória, 16 anos de cultura seropedicense, engrandecendo a cultura brasileira* [...]”.

Portanto, o estímulo às festas juninas através do patrocínio por parte da prefeitura de Seropédica de uma grande festa com todas as escolas da região contribui para a imagem de “sertão carioca” presente no discurso da secretária de cultura e turismo, assim como pode ser interpretada como um investimento para o desenvolvimento de numa forma de turismo característica com impacto econômico e simbólico para a região. Ainda que com o som da quadrilha se podia ouvir ao fundo “[...] *16 anos de História, 16 anos de Glória, 16 anos de cultura seropedicense, engrandecendo a cultura brasileira* [...]”.

O principal integrante da quadrilha, responsável pelo figurino, ensaios e tema afirma que um dos propósitos da quadrilha é “retirar os jovens e adolescentes das ruas”. Para além do discurso disciplinar relacionado às festas juninas há ainda a expectativa de criar para os moradores, através dessas festas, novas perspectivas de transformação políticas, profissionais e familiares. Como no carnaval carioca, os trajes são produzidos especificamente para a festa, assim como todo o material decorativo. A apresentação do grupo na festa da cidade é marcada pelo reconhecimento e valorização, tanto por parte de cada participante, quanto por aqueles que vão para assistir.

O fim das quadrilhas marca novo sentido à festividade, quando subiu ao palco um cantor de forró, Cleiton do Forró. A maioria das famílias foi embora e o público ficou quase restrito aos jovens da região. Dois telões garantiam visibilidade de qualquer uma das barraquinhas de comida ou de jogos.

A administração da cidade proporciona a integração entre as diferentes localidades de Seropédica ao garantir transporte aos estudantes e suas famílias. Uma identidade homogênea é assim construída em torno de uma festividade que marca uma

³² Diversos trabalhos analisam a imbricação entre política e pentecostalismo em Seropédica, “politização pentecostal e pentecostalização da política” (Damasceno, 2007), como uma das dimensões da religiosidade local que se divide entre diversas denominações, assim como entre outras congregações religiosas.

continuidade com o interior agreste do nordeste. As dificuldades do clima e da falta de investimentos públicos que vigoram tanto no Nordeste como na história da Baixada Fluminense são estrategicamente acionadas como forma de realizar uma inversão simbólica similar aquela operada por Euclides da Cunha.

Um dos pilares do pensamento social brasileiro, Euclides da Cunha era adepto das teorias raciais, mas propunha que os mestiços do interior eram melhores que os mestiços do litoral. Sua frase mais célebre, “o sertanejo é antes de tudo um forte” (Cunha, 1902), é uma síntese dessa ideia. O autor organizou seu livro mais famoso, *Os sertões*, a partir da relação entre o meio e a raça, onde ele faz uma das primeiras descrições sobre a natureza, a seca, a necessidade de irrigação no interior do Nordeste.

Uma das ideias expressas em *Os sertões* é a de que a alma do povo estaria na vida rural camponesa. Ali estaria o lócus da autenticidade por não ter sido contaminado pela cultura estrangeira. O livro é importante pela descrição da região, da população ali existente, assim como sua discussão sobre soluções para superar a seca. Entretanto, se o sertanejo é um forte em relação ao mestiço do litoral, este só é considerado equilibrado dentro da sua inferioridade: contato com a civilização sua inferioridade se revelaria. Assim como a publicação de Euclides da Cunha, a opção pela festa junina como forma de construção de uma identidade “agreste” está atravessada por contradições.

5.2. Iniciação científica e extensão

O projeto “Da seda à chita: Seropédica como espaço de observação empírica dos processos de produção e reprodução de memória e identidades regionais”, foi agraciado pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ com sua primeira bolsa de iniciação científica, no primeiro semestre de 2012. O objetivo do projeto era, fazer um levantamento acerca da produção cultural de Seropédica, atentando para os discursos de construção de uma identidade regional, as formas como esses discursos eram objetivados em ações e eventos e as formas como as pessoas se apropriaram ou não de tais ações na defesa de interesses políticos e/ou econômicos comuns.

Procuramos investigar como tinham sido desenvolvidos os projetos culturais da secretaria de educação através de entrevistas com os responsáveis por tais projetos, assim como participando nas atividades desenvolvidas ao longo do ano de forma a

observar a maneira como vinham sendo apropriadas e reelaboradas pelos diversos atores sociais.

Para tanto levamos em consideração que as definições antropológica e estética de cultura, uma “debilitantemente ampla, e outra desconfortavelmente rígida” (Eagleton, 2000) não eram parte da preocupação dos atores envolvidos em suas atividades cotidianas. Assim, esses diferentes sentidos estiveram presentes indistintamente no discurso dos atores sem a preocupação com a manutenção da coerência com apenas um deles. Nossa intenção foi observar se a noção de identidade regional, que a secretaria de cultura apresenta como “projeto político”, encontrava reverberação na experiência cotidiana de quem vive, trabalha e visita Seropédica.

Tivemos para tanto, as seguintes metas:

As metas do presente projeto consistem nos seguintes momentos:

- 1 – levantar a história de Seropédica desde o período considerado áureo, da sericultura, nos detendo com mais detalhes no período recente, após sua emancipação, em 1997;
- 2 – analisar as ações desenvolvidas desde então em relação ao desenvolvimento de políticas culturais específicas para o município;
- 3 – levantar, através de observações-participantes, as formas de participação da comunidade seropedicense nas festas e comemorações públicas;
- 4 – aprofundar o entendimento teórico-metodológico sobre a interação entre as políticas públicas na área de cultura e os processos de construção de identidades;
- 5 – construir espaços de integração, ensino, pesquisa e extensão que envolvam os estudantes dos cursos de graduação da UFRRJ.

Como metodologia, a pesquisa lançou mão de múltiplos métodos para dar conta de seus objetivos: observação-participante, entrevistas semi-estruturadas, levantamento em fontes documentais e pesquisa bibliográfica foram os principais instrumentos dessa investigação.

As festas, comemorações e feiras organizadas pelos órgãos municipais foram investigadas através de observações-participantes, mas a compreensão das mesmas

também esteve vinculada a entrevistas com os responsáveis pela elaboração e organização, assim como a entrevistas com participantes desses eventos.

No tocante aos projetos de professores e alunos da UFRRJ, procuramos fazer um levantamento dos cursos oferecidos pelo CAC, assim como dos projetos de extensão vinculados ou não à Pró-reitoria de extensão, compreendidos por seus elaboradores como “culturais”.

Uma pesquisa em periódicos locais levantou parte da história recente do município, buscando compreender o debate político que motivou o processo de emancipação. Essa pesquisa esteve acompanhada de entrevistas semi-estruturadas acerca do mesmo assunto com alguns dos principais atores sociais desse processo.

Concomitantemente, uma pesquisa bibliográfica sobre os temas da construção de identidade, memória, folclore e identidade cultural acompanhou as outras técnicas de investigação para dar apoio teórico às observações e à análise dos dados levantados

Orientados pela professora Patricia Reinheimer, o projeto “Da seda à chita” contou com três bolsistas ao longo do período de março de 2012 a março de 2014.

O primeiro aluno bolsista a participar do projeto foi Eriknatan Medeiros, bolsista Faperj, de 2012 a 2013. O bolsista ficou encarregado de desenvolver a análise de processos construção de identidade a partir das categorias memória, folclore e identidade cultural e suas expressões em práticas políticas.

Alguns dos eventos por ele observados são descritos abaixo (trechos do relatório final apresentado pelo bolsista à Faperj)

Feira de Domingo em Seropédica - Espaço de informação

Um local muito movimentado é a feira do Centro. Nela percebemos um conjunto de contrastes. Reúnem-se médios e pequenos produtores, feirantes que parecem ser de perto, e do interior do município. A feira acontece na parte da manhã, muito cedo, próximo à primeira passarela e aos quiosques que margeiam toda a BR 465. Por volta de 13h já não é mais possível encontrar feirantes ou barraquinhas. A partir desse horário a dança já é o que faz o movimento do local. É possível perceber então a diversidade da clientela, quando nesse momento, entram em contato os diferentes níveis sociais de Seropédica.

A Prefeitura de Seropédica vê esse local como propício para informes, e realização de campanhas. A Secretaria de Saúde promoveu durante todo o domingo do

dia 27 de janeiro de 2013 uma campanha informativa sobre a hanseníase. As atividades foram realizadas para marcar o “Dia Mundial de Luta Contra a Hanseníase”, comemorado todos os anos no último domingo de janeiro. Para dar suporte à equipe e também realizar testes rápidos foi montada uma tenda na Praça Nildo Romano. Entre os materiais distribuídos, estavam folders e cartazes, que abordavam o que é a Hanseníase, como acontece a transmissão, os sintomas e as formas de tratamento.

Esse espaço da feira é utilizado como um local estratégico no encontro de uma maior parte de moradores, para fazer atividades diversificadas. Nesse ano também houve uma aula pública na feira.

Atividade de lazer ao Domingo

Aos domingos conseguimos identificar que, além da feira, parte dos seropedicenses costuma optar pelos bares e quiosques do Centro, no entardecer. Acontece ainda um número considerável de shows gospel que envolve o público jovem, ou um pouco mais velho. Outras atrações são na maioria das vezes protagonizadas pelos estudantes da Universidade Rural, que acabam atraindo o público jovem. Dentre as atividades se destacam as festas do *Kula* e o *Quadrilhão do Avesso*, as chopadas realizadas pelos cursos de graduação para a integração dos calouros, das quais também participam moradores de Seropédica.

O ano de 2012 ficou marcado pela 1ª Cavalgada de Seropédica. Nossos dados se resume aos relatos de um estudante da Universidade Rural. Segundo José: “[...] *A cidade nunca realizou tal festividade, acredito que perdeu um pouco o sentido* [...]”. Entendemos a partir dessa colocação a busca por um novo elemento para ser somado à identidade que a secretaria de cultura vem incentivando para o município. A cavalgada tem relação direta com o discurso da Secretária de Cultura e Turismo, no qual deveria haver uma valorização do sujeito sertanejo. Participaram poucos cavaleiros, amazonas e garotos da localidade mesmo. O início foi na BR 465 com o apoio da Polícia Militar no trânsito.

Por parte dos trabalhadores, houve questionamentos, devido ao engarrafamento do Km 47, ou Bairro Ecologia, de onde saíram para o Km 49. Segundo José é contraditório pensar cavalgadas na cidade de Seropédica, visto que, ela fica na região metropolitana do Estado, e é marcada por um intenso fluxo de carros, ônibus e carretas de transportadoras que cortam o município. Portando não havendo um espaço para transporte de tração animais, ou mesmo para os cavalos pensados como transporte. Essa

afirmação mostra o lugar de fronteira que Seropédica ocupa no imaginário, entre o rural e o urbano.

Fronteira entre o rural e o urbano ou o passado e o presente?

Conseguimos identificar o Município Seropédica reforçando incentivos através da educação, atividades de lazer e cultura marcadas pelo projeto administrativo local. A parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, com a participação da instituição a convite da Secretaria Municipal de Educação, na Comissão de Sistematização do Plano Municipal de Educação de Seropédica para o período de 2012-2022, pode também ser percebida na nomeação da coordenadora do Centro de Arte e Cultura da Universidade para o cargo de secretária de cultura e turismo.

A Universidade Rural se tornou conhecida por seus aspectos voltados para o campo, e áreas rurais. Entretanto, inaugura-se com o projeto de reestruturação universitária – REUNE – uma área de ciências humanas que envolve diversos novos cursos de graduação. A modernidade da Universidade Rural pode ser caracterizada por concentrar um grande número de jovens, que realizam pesquisas e modificam a vida da cidade, transformando valores e mudando a paisagem.

Como coloca Pereira de Queiroz (1989) em relação ao conceito de identidade, é necessário reconhecer as circunstâncias históricas em que foi forjado para perceber os sentidos que ele adquire na nova situação histórica que ele está sendo empregado. Em certo sentido, talvez possamos relacionar essas formações voltadas para o social, especificamente às licenciaturas, como uma das maiores influências nessa produção cultural que está sendo pensada em conjunto para a cidade.

Fredrik Barth (2000) salientou sobre a confrontação e modificação das fronteiras culturais. São essas fronteiras que definem a comunidade e não o conteúdo cultural por ela delimitado. Se um grupo mantém sua identidade quando seus membros interagem com outros, disso decorre da existência de critérios de pertencimento. Nesse processo de construção de uma identidade para a cidade, observamos o enaltecimento de um passado glorioso a partir da produção de seda nessa região reconhecida e valorizada durante o Império. As escolas municipais em datas comemorativas frequentemente fazem referências a essa época.

Se, por um lado, a diferença cultural é produto das delimitações, ela também as produz num processo dialético no qual a implementação de políticas diferenciadas por região contribui para o aprofundamento da diferença, pretexto para a produção de novas diferenças (Bourdieu, 2000). Ao mesmo tempo ocorre uma identificação entre as

cidades com as quais o município faz fronteira. “A cidade Paracambi é conhecida no Estado do Rio de Janeiro pelas festividades juninas e torneios de quadrilhas de roça” (Guia Socioeconômico dos Municípios do Rio de Janeiro, 1993: 116), e a cidade de Seropédica desde a sua emancipação realiza uma festa caipira no mês de junho ou julho. Há nesse sentido uma continuidade entre a identidade do município e a identidade atribuída aos municípios do entorno.

I Seminário no Centro de Memória da Universidade Rural

De acordo com a Coordenadora administrativa Kate Hellen de Souza Batista, o Centro de Memória começou a funcionar em 2002, sendo oficialmente inaugurado em 13 de maio de 2004, e aprovado pelo CONSU em 28 de fevereiro de 2005, como um órgão vinculado à Reitoria da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. O site do estabelecimento o definiu como muito importante para a produção acadêmica, e o reconhecimento histórico e cultural da instituição (UFRRJ, 2013).

Dentre as atividades de restauração, organização, conservação e divulgação da documentação histórica da universidade, o estabelecimento museológico acaba se envolvendo com a comunidade seropedicense, pois, realiza exposições e visitas guiadas, as quais motivam o conhecimento por parte das escolas e moradores de Seropédica. A organização de atividades ligadas à memória histórica e ao patrimônio sociocultural é diversificada. De acordo com o Informativo Rural Semanal, são organizados eventos de ordem acadêmica, seminários, conferências e ainda de reconhecimento às personalidades da região. A mais recente foi à homenagem ao escritor e sambista Nei Lopes, que mora em Seropédica, com o título de *Doutor Honoris Causa*, no dia 19 de outubro de 2012.

Dentro das atividades, foi também desenvolvida a 10ª Semana Nacional de Museus - “Museus em um mundo em transformação: novos desafios, novas inspirações” - que ocorreu de 14 a 18 de maio de 2012 promovida pelo Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Foi organizado pelo Centro de Memória, Centro de Arte e Cultura - CAC, Secretaria de Cultura e Turismo de Seropédica e com o apoio da Imprensa Universitária, de 15 a 17 de maio de 2012 o I Seminário de Memória, Patrimônio e Cultura da UFRRJ, com atividades, cujo objetivo era ampliar o diálogo sobre a relação entre patrimônio, arte e cultura e a preservação da memória institucional e das cidades onde a Universidade Rural está localizada.

Assim, o evento realizou apresentações de palestras, mesas-redondas e de trabalhos, sob a forma de pôsteres, com a temática da História e memória da UFRRJ, dos movimentos sociais, da educação, do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico e cultural da UFRRJ e das cidades de Seropédica, Nova Iguaçu, Três Rios ou Campos de Goytacazes. Houve um convite da coordenação para que apresentássemos um resumo dessa pesquisa abordando a formação histórica, objetivos e a metas quando concluída.

O projeto foi apresentado em parceria com o Centro de Memória no intuito de constituir um banco de dados com o material coletado durante o trabalho de pesquisa.



Apresentação do Resumo pelo Bolsista Eriknatan Medeiros sendo avaliado pela Diretora do Centro de Memória e Assessora da Reitoria Prof.^a Dr.^a Lucília Augusta Lino de Paula. Fotografia: Laís de Paula, 15/05/2012.

O trabalho executado durante sua participação no projeto “Da seda à chita” levou o bolsista Eriknatan Medeiros a desenvolver seu trabalho de conclusão do curso de História a partir do investimento na memória social da cidade de onde é proveniente. Atualmente essa nova pesquisa está em andamento sob a orientação da professora Patricia Reinheimer.

Em Julho de 2012, uma **segunda bolsa** foi aprovada para esse projeto através do PIBID. Esta bolsa foi designada para Igor Casemiro.

Aproveitando a experiência do bolsista com Antropologia Visual, sob orientação da professora Carly Machado, fizemos leituras referidas à Antropologia urbana e

Antropologia da Cidade e o bolsista produziu material áudio-visual sobre a cidade, assim como contribuiu e participou na oficina de documentário etnográfico oferecida pelas professoras Carly Machado, Ana Paula Alves Ribeiro e Patricia Reinheimer.

Através do uso de imagem e vídeo, o bolsista procurou compreender para os moradores da cidade e estudantes da UFRJ o que significa viver em Seropédica. A rotina da vida citadina pode compor para o pesquisador uma “cultura da cidade” (Agier, 2011:143), ou seja, as representações comuns a um grupo de uma determinada região. Assim, Igor Casemiro produziu material áudio-visual sobre espaços diversos da cidade. Esse material ainda está em estado bruto, precisando ser decupado e editado.

Marlon Bruno Nascimento de Moraes foi o **terceiro bolsista** de Iniciação Científica, orientado para o projeto “Da seda à chita”.

No desdobramento do projeto, procuramos fazer uma investigação acerca das relações, memória e processos de identificação que se desenrolam nas ruas da cidade procurando observar como as situações e os espaços, físicos e sociais “produzem” a comunidade (Agier, 2011:25). Procuramos, nesse segundo ano de investigação nos concentrar nas atividades nas quais os moradores participam para compreender as experiências que dão sentido à vida em Seropédica.

O plano de trabalho proposto para esse segundo ano tem como objetivo central digitalizar o material coletado sobre a cidade no ano de 2012, para ao final da pesquisa, depositar as cópias em papel e os originais no Centro de Memória da UFRJ. O acervo digital constituirá a base para um banco de dados a ser sistematizado no futuro para servir de material de consulta para pesquisas sobre a cidade e a universidade.

Em 2012 tomamos contato com algumas ações dos órgãos oficiais do município desenvolvidas com vistas à construção de uma identidade regional. Após um ano de investigação na cidade, encontramos algumas atividades sistemáticas organizadas pelos poderes públicos e também ações esparsas organizadas por alguns atores sociais visando discutir os problemas e a história da cidade de Seropédica. Assim, o desdobramento da etapa anterior é concentrar agora as ações de investigação nas interações entre os moradores e visitantes da cidade nos espaços e eventos que acontecem na cidade. Nesse segundo ano, estamos investindo nas formas como as pessoas têm se apropriado dos espaços da cidade para pensar a rua, os bares, as feiras, os encontros para realização de competições de MotoCross como espaços de produção de subjetividades e representações sobre a cidade.

É através das redes de sociabilidade alargadas (Agier, 2011) com base em vínculos de parentesco (incluindo o prático ou fictício – consideração), vizinhança, lazer ou associativismo que pretendemos compreender as relações entre a vida cotidiana das pessoas e suas identificações com a cidade onde moram.

Podemos resumir o objetivo principal dessa investigação como a observação das formas através das quais o projeto político de construção de uma identidade municipal tem sido capaz de produzir sentimentos e emoções relacionados aos símbolos de pertencimento regional. Como um dos produtos finais desse projeto, pretendemos produzir material audiovisual que dê suporte a construção de um roteiro para um documentário sobre a cidade.

É nesse contexto que chegamos a publicação sobre o município, “O homem de Seropédica”, Jorge da Rocha SOARES (Rio de Janeiro: Editora 3D, 2008). O texto é quase um mito fundador da cidade e de seus cidadãos. A obra narra a história do Senhor Thomaz, um homem da cidade de Seropédica, e suas preocupações sobre a situação política do município.

Nele percebemos a preocupação com a construção de uma história para o município recém emancipado, assim como a imbricação entre política e religião através da crítica a uma série de valores morais. Ao longo da obra, por exemplo, Senhor Thomaz elabora várias reflexões fazendo críticas ao consumo de bebidas alcoólicas e à venda de votos, por se deixarem levar pela embriaguez.

Visto isso Senhor Thomaz criou o clube X, com a finalidade de discutir questões sobre a cidade. Baseava suas falas nas passagens bíblicas, iniciando e terminando as reuniões sempre com uma oração. Thomaz falava da cidadania como a obrigação de fiscalização dos órgãos públicos, ao mesmo tempo que falava da família e do dever dos pais em educar seus filhos e dar um bom exemplo de cidadão. Para o personagem, as “células formadoras” das sociedades e das cidades eram as famílias³³.

O texto é ao mesmo tempo um tipo de mito fundador do município emancipado e da construção de cidadãos engajados e uma mostra da mentalidade de grande parte dos moradores da cidade.

O mesmo autor de O homem de Seropédica publicou ainda outro livro, **A História da Emancipação de Seropédica**, 2008, pela mesma editora. Nesse livro o narrador já não é mais um personagem, mas o próprio autor que conta sua perspectiva

³³ Senhor Thomaz defendia a configuração cristã da família que é formada do casal que geram filhos e filhas que casaram com filhos de outras famílias.

sobre o processo de emancipação do 2º Distrito de Itaguaí, o município de Seropédica. Ainda que não contenha referências a datas e locais, o livro pretende ser um relato histórico do processo.

Segundo o autor o processo de emancipação se iniciou com a criação de um Comitê de Emancipação. Dentre as reuniões de mobilização da população, destaca uma reunião na Igreja Assembléia de Deus do Incra, no Km 44, devido ao grande número de participantes, cerca de seiscentos apoiadores da emancipação.

Durante todo o processo houveram embates entre os intitulados “separatistas” (favoráveis à emancipação) e os “contras” (contrários à emancipação). Os “contras” argumentavam que a emancipação era inviável, pois Seropédica não conseguiria se manter economicamente, pois não tinha indústrias, fábricas e nem comércio consolidado. Já os “separatistas” alegavam o contrário, mostrando através de números que a região tinha potencial para se manter.

Dias antes de o plebiscito ocorrer aumentaram o número de reuniões dos separatistas e dentre os preparativos finais, na visão do autor, ocorreu uma atividade fundamental que ficou conhecida como Dia da Energia Positiva e da Positividade. Uma ação conjunta dos bairros do então 2º distrito a fim de difundir a ideia da emancipação, criando nos cidadãos seropedicenses um sentimento de “pertencimento a região”.

Para o autor, uma importante contribuição para a emancipação foi a mudança do nome da linha de ônibus que vem da Central para a UFRRJ, de Central x Universidade Rural, para Central x Seropédica. Isso teria feito com que muitos moradores dos Km 39, 40, 41 e 42 soubessem que suas moradias pertenciam à região de Seropédica, antes localizadas apenas através da quilometragem na BR Rio-São Paulo.

As duas publicações, mostram de formas distintas o processo de constituição de uma identidade seropedicense fundada na instituição de um sentimento de pertencimento que passa por ações tão básicas como a explicitação do nome do município, antes pouco significativo para os moradores, como também pelo fortalecimento da ideia de família como núcleo formador de uma comunidade.

Atualmente, concentramos nossa observação na sociabilidade dos bares de uma rua específica da cidade, frequentada por moradores, alunos e professores da universidade. Intencionamos assim apreender formas de relação entre moradores e universitários. Não damos a pesquisa por concluída junto com o prazo do financiamento do projeto “Sem nome do pai” e, assim como a continuidade da investigação etnográfica

sobre a própria cidade, ainda temos a intenção de organizar as informações coletadas sobre a cidade em um banco de dados.

Na intenção de apresentar o projeto de forma mais integrada aos bolsistas desse projeto e do projeto maior, “Sem nome do pai”, organizamos um seminário interno do núcleo de pesquisa, Cultis. O seminário consistiu nas seguintes atividades:

Seminário Interno CULTIS

Dia 22 de agosto de 2012 (quarta-feira)

Horário: 10h às 16h

Programação:

10h – Conversas Iniciais

10h30min – 13h30min – Conversa sobre o material sugerido, diálogo sobre como pretendemos trabalhar nos dois módulos da oficina de vídeo.

Referências obrigatórias para o encontro:

Filmando as famílias:

FONSECA, Claudia. A noética do vídeo etnográfico. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 187 – 206, jul./set. 1995. Disponível em <http://www.ufrgs.br/ppgas/ha/pdf/n2/HA-v1n2a14.pdf>

Ciranda Cirandinha.

De Claudia Fonseca, 27 min., 1994, Br. A partir do depoimento de mães, avós, madrinhãs e crianças, o vídeo mostra a trama das relações sociais que respaldam a circulação de crianças nos bairros populares em Porto Alegre.

Filmando a cidade e as expressões culturais:

HIKIJ, Rose Satiko Gitirana. Imagens que afetam – filmes da quebrada e o filme da antropóloga. Trabalho apresentado na 26a. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil, no GT 3 - O fazer, o ler e o escrever imagens e sons e suas apresentações e representações na narrativa etnográfica, coordenado pelos professores Sylvia Caiuby Novaes (USP), Marco Antonio Gonçalves (UFRJ). – Disponível em <http://www.fflch.usp.br/da/antropologiacompartilhada/blog/wp-content/uploads/2008/11/aba.pdf>

Lá do Leste - <http://vimeo.com/37323409>

De Carolina Caffé e Rose Satiko Gitirana Hikiji, 28 min., 2010, Br.

Lá do Leste, do lugar onde a cidade termina (ou começa), chegam rimas, gestos e cores que marcam o espaço. A experiência periférica urbana é a base e o motivo da

produção dos artistas de Cidade Tiradentes, que cresceram junto com o distrito paulista e em suas obras dialogam com seus desafios e sonhos. O filme segue a vida e as transformações do street dance, grafite e rap neste lugar considerado o maior complexo de conjuntos habitacionais populares da América Latina, marcado pela exclusão, no qual a população orchestra suas dificuldades com dinâmicas próprias de sociabilidade, moradia, e apropriação do território.

Outras referências

Antropologia Visual no Brasil

NOVAES, Sylvia Caiuby. O Brasil em Imagens: Caminhos que antecedem e marcam a antropologia visual no Brasil. In.: DUARTE, Luiz Fernando Dias (org.). Horizontes das Ciências Sociais no Brasil - Antropologia. São Paulo: ANPOCS; Discurso Editorial; Editora Barcarolla, 2010.

Jean Rouch – Uma referência da Antropologia Compartilhada.

Jean Rouch – Subvertendo Fronteiras - <http://vimeo.com/26333579>

De Ana Lucia Ferraz, Edgar Teodoro da Cunha, Paula Morgado, Renato Sztutman, 41 min., 2000, Br. Conversas com o antropólogo-cineasta Jean Rouch em São Paulo e em Paris nas quais se discute seus filmes mas, também, cinema-verdade, etnoficção, antropologia compartilhada.

Referências bibliográficas

- AGIER, I. Michel. *A cultura das cidades como mestiçagem*. IN: Antropologia da cidade:lugares, situações, movimentos. Tradução: Graça Índias Cordeiro; prefácio à edição brasileira Graças Índias Cordeiro, Heitor Frúgoli Jr. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011. (Antropologia hoje)
- ANDERSON, Benedict R. *Nação e Consciência Nacional*. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira, São Paulo: Editora Ática, 1989.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras In O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Contra Capa Livraria, Rio de Janeiro, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,2010.
- BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In *O poder simbólico*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. A propôs de la famille comme catégorie réalisée. In: *Actes de la recherche em sciences sociales*.vol 100, décembre, ,pp. 32-26, 1993.
- Champagne, Patrick. La fete au village In Actes de la recherche en sciences sociales (17/18): 73 – 84, nov. 1977.
- COHEN, Abner. *Urban Ethnicity*. Tavstock Publications, London, 1974.
- CORDEIRO, Graça Índias e Costa, António Firmino. Bairros: contexto e intersecção. In Velho, Gilberto (org.) *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1999.
- DAMASCENO, Caetana Maria e Duarte, Tatiane dos Santos. Etnografia sobre rituais de politização pentecostal e valores de gênero em um município da Baixada Fluminense/RJ. Revista *ESPAÇO PLURAL*, Ano X, n. 21, 2º. Semestre 2009, (117-126) - ISSN 1518-4196

- DAMASCENO, Caetana Maria e Duarte. “PARA CHEGAR LÁ”: O DOM, A GRAÇA E A ECONOMIA DO VOTO. *Rev. Univ. Rural, Sér. Ciências Humanas*. Seropédica, RJ, EDUR, v. 29, n. 1, jan.-jun., 2007. p. 08-26.
- DAUSTER, Tania. 1987. *Nome de família: maternidade fora do casamento e o princípio de filiação patrilinear*. Tese (doutorado em Antropologia Social) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1987.
- DE SINGLY, François. *Sociologia da família contemporânea*; Rio de Janeiro: Ed FGV, 2007.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia*. Lisboa: Assirio e Alvim, 1972.
- EAGLETON, Terry. *A ideia de cultura*. Editora Unesp, São Paulo, 2000.
- ELLEN, Roy F. The cognitive geometry of nature. A contextual approach *In* Descola P. e Pálsson G. (eds) *Nature and Society. Anthropological perspectives..* Routledge, London, 1996.
- ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A LEGISLAÇÃO CORRELATA. Lei nº 8069/90, de 13/07/90 Atualizada e legislação correlata. *Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude*. Rio de Janeiro, 2004.
- FINAMORI, Sabrina Deise, Os sentidos da paternidade: dos pais desconhecidos ao exame de DNA. 2012. 330 f.(Tese de doutoramento). Programa de Doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2012.
- FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra: Etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 2000.
- FONSECA, Claudia. “A vingança de Capitu: DNA, escolha e destino na família brasileira contemporânea”. In: BRUSCHINI, Cristina & UNBEHAUM, Sandra G. (orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, Edições 342002, p. 267-95.
- FONSECA, Claudia. A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, vol12, n. 002, pp. 13-34, maio- agosto, 2004.
- FONSECA, Claudia. *Caminhos da adoção*. São Paulo, Cortez. 1995.
- FONSECA, Claudia. A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA. *Revista Estudos Feministas*, Ago 2004, v.12, n.2, p.13-34.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984.

GILLIS, John R. (ed) Introduction In *Commemorations. The politics of national identity*. Princeton University Press, New Jersey, 1994.

GUIRRIEC, Patrick Le. *A Antropologia Urbana: convergências e divergências na França e no Brasil*. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil. 11p. Disponível em <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/mesas_redondas/trabalhos/MR%2027/Patrick%20Le%20guirriec.pdf>. Acesso em 24 de setembro de 2012.

HALL, Stuart. *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Ed. UFMG, Belo Horizonte, 2003.

HANDLER, Richard. Some salient features of Québécois Nationalist Ideology In Nationalism and the politics of culture in Quebec. University of Winsconsin Press, Winsconsin, 1988

HÉRITIER, Françoise. Família. *Enciclopédia Einaudi – Parentesco*, Lisboa, Vol.20, pp.81-94, 1989.

HERZFELD, Michael. Localism and the logic of nationalistic folklore: Cretan reflections In Comparative Studies in Society and History, An International Quarterly, vol 45, n.2, abril 2003. Cambridge University Press, Cambridge, 2003

HOBBSAWM, Eric J. *Introdução*. IN: HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KLEVENHUSEN, Renata Braga. A responsabilidade Intergeracional e o Direito de Conhecer a origem biológica. *JurisPoiesis Rio de Janeiro*, ano 8, n. 7, p.319-333, jan. 2005.

LEI Nº 12.010, DE 29 DE JULHO DE 2009. Disponível em<<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/818490/lei-12010-09>>. Acesso em 5 de out. de 2010.

LEWGOY, Bernardo. *Resenha do livro: Na metrópole: textos de antropologia urbana*. Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77011997000200009> . Acesso em 25 de setembro de 2012.

- LUNA, Naara. Natureza humana criada em laboratório: biologização e genetização do parentesco nas novas tecnologias reprodutivas. *História, Ciências, Saúde*, v. 12, nº2, p. 395-417, maio- ago, 2005.
- LUNA, Naara. Natureza humana criada em laboratório: biologização e genetização do parentesco nas novas tecnologias reprodutivas. *História, Ciências, Saúde*, v. 12, nº2, p. 395-417, maio- ago, 2005.
- MACHADO, Helena Cristina Ferreira, SILVA, Susana Manuela Ribeiro Dias da; MIRANDA, Diana Catarina de Oliveira. Regulação da investigação de paternidade biológica: perspectiva comparada. *Revista Direito GV*, Dez. 2012, v. 8, n. 2, p. 573-586.
- MACHADO, Helena; SILVA, Susana; COSTA, Susana, MIRANDA, Diana. Biogenética e género na construção da intencionalidade da paternidade: o teste de DNA nas investigações judiciais de paternidade. *Revista Estudos Feministas*. 2011, v. 19, n. 3, pp. 823-848.
- MAGNANI, José Guilherme & TORRES, Lillian de Lucca (org.). *Programa de Paulista: lazer no bexiga e na avenida paulista com a rua da Consolação*. IN: Na metrópole: textos de antropologia urbana. São Paulo, EDUSP/FAPESP, 1996.
- MARTÍNEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual? In Maio, Marcos Chor e Santos, Ricardo Ventura. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 1996.
- MOREIRA, Lisandra Espíndula; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. Paternidade responsável: problematizando a responsabilização paterna. *Psicologia & Sociedade*, 2013, v..25, n. 2, p.388-398.
- NATHAN GLAZER AND DANIEL P. MOYNIHAN. *Ethnicity Theory and Experience*. Harvard University Press, Cambridge Massachusetts, and London England, 1975
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Um conceito antropológico de identidade*. IN: *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976. Capítulo II. (p. p. 33-52).
- OTRANTO, CELIA REGINA. Universidade federal rural do rio de janeiro: história e memória. *Rev. Univ. Rural, Sér. Ci. Humanas*. Seropédica, RJ, EDUR, v. 27, n. 1-2, jan.-dez., 2005. p.85-89.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. *Identidade Cultural, Identidade Nacional no Brasil*. São Paulo, Tempo Social - Rev. Sociologia da USP, 1º sem. 1989.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha; SILVA, Cláudia Maria. Nem só de pão vive o homem. *Sociedade e Estado*. 2006, v. 21, n. 3, pp. 667-680.

PEREZ DA SILVA, Maria de Fátima Dias. A união homoafetiva como entidade familiar. Escola de Magistratura, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos_conclusao/2semestre2009/trabalhos_22009/MariadeFatimaDiasPerezdaSilva%20.pdf. Acesso em: 05 fev. 2011.

PEREZ DA SILVA, Maria de Fátima Dias. A união homoafetiva como entidade familiar. Escola de Magistratura, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos_conclusao/2semestre2009/trabalhos_22009/MariadeFatimaDiasPerezdaSilva%20.pdf. Acesso em: 05 fev. 2011.

PESSOA, Gilberto. *Fato inédito em Seropédica*. Jornal O Foco Popular. Disponível em < <http://focopopular.blogspot.com.br/2012/07/foco-inedito-em-seropedica.html> >. Acesso em 11 de setembro de 2012.

PINA CABRAL, João; LIMA P., Antónia. Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização social. *Etnográfica*, Lisboa, Vol IX (2), pp. 355-388, 2005.

PINA CABRAL, João; LIMA P., Antónia. Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização social. *Etnográfica*, Lisboa, Vol IX (2), pp. 355-388, 2005.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

REINHEIMER, Patrícia. *Da seda à chita: Seropédica como espaço de observação empírica dos processos de produção e reprodução de memória e identidades regionais*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, Rio de Janeiro, 2012. (Projeto da Pesquisa).

RENAN, Ernest. "What is a Nation?" in Eley, Geoff and Suny, Ronald Grigor, ed. 1996. *Becoming National: A Reader*. New York and Oxford: Oxford University Press, 1996: pp. 41-55.

RINALDI, Alessandra de Andrade. A arte de lutar contra a natureza. In: LADVOCA, Cunthia; DIUANA, Solange(org.). *Guia de adoção: no jurídico, no social, no psicológico e na terapia familiar*. São Paulo: Roca, .. (no prelo).

RINALDI, Alessandra de Andrade. Solidariedade, localidade, filiação e a “nova cultura da adoção” no município do Rio de Janeiro. In: KLEVEHENSEN, Renata Braga. *Temas de Direitos Humanos 2*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011. (no prelo)

- ROCHA- COUTINHO, Maria Lúcia. Transmissão geracional e família na contemporaneidade In: LINS DE BARROS. Myriam. Famílias e gerações. Rio de Janeiro: EDFGV, 2006.
- ROSPIGLIOSI, Enrique Varsi. La inversión de la carga de la prueba: la experiencia latinoamericana peruana. *Sociedade e Estado*. 2006, v. 21, n. 3, pp. 643-666.
- SCHNEIDER, David. *American Kinship: A cultural account*. Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1968.
- SEYFERTH, Giralda. Identidade, território e pertencimento In *Psicologia e práticas sociais*, v.2, n.1, 1995.
- SILVA, Marcia Cristina da e Costa, Stella Regina Reis da. Planejamento do setor turístico como estratégia para alavancar o desenvolvimento regional estudo de caso: município de Seropédica/RJ. XIII SIMPEP - Bauru, SP, Brasil, 06 a 08 de novembro de 2006.
- SILVEIRA, Ana Lúcia da Costa. Resenha de “Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense” / Bráulio Rodrigues da Silva; Leonilde Servolo de Medeiros, organização, apresentação e notas. – Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ:EDUR, 2008, 101 p. In *História Social*, n. 16, primeiro semestre de 2009.
- STRATHERN, Marilyn. Necessidade de pais, necessidade de mães. *Revista Estudos Feministas*, vol 3, n°2, pp.303-329, 1995
- STRATHERN, Marilyn. Regulation, substitution and possibility. **In:** Edward, J et al. *Technologies of procreation: kinship in the age of assisted conception*. 2 ed. London/ New York: Routledge. P. 171-216
- THURLER, Ana Liési. Outros horizontes para a paternidade brasileira no século XXI?. *Sociedade e Estado*. 2006, v. 21, n. 3, pp. 681-707.
- TORRES, Lilian de Lucca. Programa de paulista. Lazer no Bexiga e na avenida Paulista com a rua da Consolação In: Magnani, José Guilherme C. & Torres, Lilian de Lucca (Orgs.) *Na Metrópole - Textos de Antropologia Urbana*. EDUSP, São Paulo, 1996.
- TRAVASSOS, Elizabeth. *Os mandarins milagrosos. Arte e etnografia em Mário de Andrade e Béla Bartók*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1997.
- WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo, Cosac Naify, 2010.

CARVALHO, Luciana. *Divino toque do Maranhão*. Rio de Janeiro: IPHAN, CNFCP, 2005. - (Encontros e estudos; 9).

FRÓES, José Nazareth de Souza. *O Brasil na rota da seda: uma contribuição para a recuperação, o enriquecimento e a divulgação da memória de Seropédica, Itaguaí e do Estado do Rio de Janeiro*. Seropédica, Rio de Janeiro: Editora Universidade Rural, 2000.

GUIA SOCIOECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO. [Coordenação geral, Iara Sydenstricker; consultoria, Adhemar dos Santos Mineiro; coordenação de pesquisa, Graça Coutinho, Zilma Fonseca; redação, Adhemar dos Santos Mineiro... et al; pesquisadores, Cátia Antônia da Silva... et al.]. Rio de Janeiro: Gráfica JB, 1993. Volume 1.

GUIA SOCIOECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO. [Coordenação geral, Iara Sydenstricker; consultoria, Adhemar dos Santos Mineiro; coordenação de pesquisa, Graça Coutinho, Zilma Fonseca; redação, Adhemar dos Santos Mineiro... et al; pesquisadores, Cátia Antônia da Silva... et al.]. Rio de Janeiro: Gráfica JB, 1993. Volume 2.

LYRA, Cyro Corrêa. *Documenta histórica dos municípios do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Documenta Histórica, 2006.

MELLO, Igor. **Seropédica. Abandono na primeira fábrica de seda do Brasil**. <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/seropedica>, 30/9/2008.

O DIA. Jovens da Baixada na disputa da mais bela do Estado do Rio. 5 de janeiro de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ. *Histórico*. Itaguaí - Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.itaguai.rj.gov.br/cid_his.html>. Acesso em 11 de setembro de 2012.

REVISTA ATUAL. *Seropédica: uma cidade que cresce e acontece*. Revista Atual, Itaguaí. Ano VIII nº 16, outubro de 2012.

UFRRJ. Centro de Memória da UFRRJ. http://r1.ufrrj.br/centrodememoria/centro_memoria.php, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. *Estudando a realidade de Seropédica - Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino*. Seropédica, Rio de Janeiro: Editora: Editora Universidade Rural, 2007.

Referências - Fotografando e Filmando famílias:

PEIXOTO, Clarice. Entrevista com Claudia Fonseca sobre o filme Ciranda, cirandinha. In.: PEIXOTO, Clarice Ehlers (org.). Antropologia & Imagem, Vol. 2 – Os bastidores do filme etnográfico. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

PEIXOTO, Clarice. Filme (vídeo) de família: das imagens familiares ao registro histórico. In.: PEIXOTO, Clarice Ehlers (org.). Antropologia & Imagem, Vol. 1 – Narrativas Diversas. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

COPQUE, Barbara. Resenha do filme Ciranda, cirandinha. In.: PEIXOTO, Clarice Ehlers (org.). Antropologia & Imagem, Vol. 2 – Os bastidores do filme etnográfico. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

CARVALHO, César Augusto de. Instantaneidade: o que uma fotografia de família pode revelar a partir da leitura antropológica. In: Cadernos de Antropologia e Imagem, Rio de Janeiro, 17 (2): 151-153, 2003.

CARVALHO, César Augusto de. Os usos de fotografias de família. In.: PEIXOTO, Clarice Ehlers (org.). Antropologia & Imagem, Vol. 1 – Narrativas Diversas. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

FONSECA, Claudia. A noética do vídeo etnográfico. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 187 – 206, jul./set. 1995. Disponível em <http://www.ufrgs.br/ppgas/ha/pdf/n2/HA-v1n2a14.pdf>

CIRANDA CIRANDINHA. De Claudia Fonseca, 27 min., 1994, Br. A partir do depoimento de mães, avós, madrinhas e crianças, o vídeo mostra a trama das relações sociais que respaldam a circulação de crianças nos bairros populares em Porto Alegre.

IMAGENS, NARRATIVAS E PRÁTICAS CULTURAIS | Inarra/UERJ: www.inarra.com.br e www.facebook.com/inarra.imagens e www.vimeo.com/inarra

Filmando a cidade e as expressões culturais:

HIKIJ, Rose Satiko Gitirana. Imagens que afetam – filmes da quebrada e o filme da antropóloga. Trabalho apresentado na 26a. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil, no GT 3 - O fazer, o ler e o escrever imagens e sons e suas apresentações e representações na narrativa etnográfica, coordenado pelos professores Sylvia Caiuby Novaes (USP), Marco Antonio

Gonçalves (UFRJ). – Disponível em <http://www.fflch.usp.br/da/antropologiacompartilhada/blog/wp-content/uploads/2008/11/aba.pdf>

LÁ DO LESTE - <http://vimeo.com/37323409>

DE CAROLINA CAFFÉ e Rose Satiko Gitirana Hikiji, 28 min., 2010, Br.

LÁ DO LESTE, do lugar onde a cidade termina (ou começa), chegam rimas, gestos e cores que marcam o espaço. A experiência periférica urbana é a base e o motivo da produção dos artistas de Cidade Tiradentes, que cresceram junto com o distrito paulista e em suas obras dialogam com seus desafios e sonhos. O filme segue a vida e as transformações do street dance, grafite e rap neste lugar considerado o maior complexo de conjuntos habitacionais populares da América Latina, marcado pela exclusão, no qual a população orchestra suas dificuldades com dinâmicas próprias de sociabilidade, moradia, e apropriação do território.

Outras referências

Antropologia Visual

PEIXOTO, Clarice. Caleidoscópio de imagens: o uso do vídeo e a sua contribuição à análise das relações sociais. In.: FELDMAN-BIANCO, Bela & LEITE, Míriam Moreira. Desafios da Imagem – Fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais. Campinas: Papirus, 1998.

NOVAES, Sylvia Caiuby. O Brasil em Imagens: Caminhos que antecedem e marcam a antropologia visual no Brasil. In.: DUARTE, Luiz Fernando Dias (org.). Horizontes das Ciências Sociais no Brasil - Antropologia. São Paulo: ANPOCS; Discurso Editorial; Editora Barcarolla, 2010.

Jean Rouch – Uma referência da Antropologia Compartilhada.

Jean Rouch – Subvertendo Fronteiras - <http://vimeo.com/26333579>

De Ana Lucia Ferraz, Edgar Teodoro da Cunha, Paula Morgado, Renato Sztutman, 41 min., 2000, Br. Conversas com o antropólogo-cineasta Jean Rouch em São Paulo e em Paris nas quais se discute seus filmes mas, também, cinema-verdade, etnoficção, antropologia compartilhada.

Cinema e Cinema Documentário

NICHOLS, Bill. Introdução ao documentário. Campinas: Papirus, 2005.

PUCCINI, Sérgio. Roteiro de documentário – Da pré-produção à pós-produção. Campinas: Papirus, 2009.

RODRIGUES, Chris. O Cinema e a Produção – Para quem gosta, faz ou quer fazer CINEMA. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007.